

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG**

Estevam de Oliveira Peixoto

**O LUGAR DA ECONOMIA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE LÉON WALRAS**

Belo Horizonte

2024

Estevam de Oliveira Peixoto

## **O LUGAR DA ECONOMIA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE LÉON WALRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Bruzzi Curi

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Gomes de Deus

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica

P3791 Peixoto, Estevam de Oliveira.  
2024 O lugar da economia política no pensamento de Léon Walras  
[manuscrito] / Estevam de Oliveira Peixoto. – 2024.  
106 f.: il.

Orientador: Luiz Felipe Bruzzi Curi.  
Coorientador: Leonardo Gomes de Deus.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia.

1. Economia – Teses. 2. Economia social – Teses. 3. Walras,  
Leon (1934-1910) – Teses. I. Curi, Luiz Felipe Bruzzi . II. Deus,  
Leonardo Gomes de. III. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 330



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"O LUGAR DA ECONOMIA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE LÉON WALRAS"**

**ESTEVAM DE OLIVEIRA PEIXOTO**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e quatro**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

**Emmanuel de Oliveira Boff**

Universidade Federal Fluminense

**João Antônio de Paula**

Cedeplar/FACE/UFMG

**Leonardo Gomes de Deus - Coorientador**

Cedeplar/FACE/UFMG

**Luiz Felipe Bruzzi Curi - Orientador**

Cedeplar/FACE/UFMG

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2024.

---



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gomes de Deus, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Bruzzi Curi, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **João Antonio de Paula, Decano(a)**, em 30/09/2024, às 08:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel de Oliveira Boff, Usuário Externo**, em 09/10/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3588322** e o código CRC **7832EA0F**.

---

*Ao meu pai, Ronaldo*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Ronaldo e Rosana, que sempre me apoiaram em minhas escolhas e me deram as condições materiais para chegar até aqui.

Agradeço à Lídia, companheira fiel desde o primeiro momento no mestrado, que também sempre me apoiou e tornou essa jornada muito mais rica e interessante.

Agradeço aos meus fiéis amigos Bruno PP, Tiago, Bruno Michelini, Sérgio, Alexandre, Diana, Ezequiel, João Paulo, Ivan, Thaís e Lucas Maksud, sem os quais eu nada seria. Agradeço também à Isabelle, à Paula e ao Portella pelas ótimas companhias e momentos.

Agradeço ao meu tio Reinaldo, minha tia Papa, minha tia Madrinha, meu tio Romário, meu tio Nico, minhas primas Didis e meus primos Rodrigo, Felipe e Reinaldinho por todo carinho que me deram desde que vim ao mundo. Agradeço também à Cida.

Agradeço ao Bira pelas companhias nas madrugadas infundadas de escrita.

Agradeço às pessoas incríveis que encontrei nesse caminho, como meus colegas de turma no mestrado, Vitinho, Lucas Voltarelli, Vitão, Tuany, Lucas Ribas, Chris e Ana Paula e outros companheiros de Cedeplar, igualmente valiosos, como a Júlia Marchevsky, o Vini, a Olga, o Vicente, o Daronco, a Thaine, o Fágner, o Henrique Viana, o Gui e o João Motoca.

Agradeço ao Pedro Ivan Sampaio, pelas conversas sobre Walras e marginalismo que muito me ajudaram a desenvolver o tema da dissertação.

Agradeço à Marcela pela grande solicitude no processo de preparação para o exame ANPEC.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, à Faculdade de Ciências Econômicas e ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional pela oportunidade de estudar em um dos poucos espaços que ainda restam que favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico.

Agradeço a todos e todas funcionários da Face, técnico-administrativos e terceirizados, pessoas essenciais para a própria existência da universidade.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa.

Agradeço ao Luiz Felipe Bruzzi, que tive o prazer de conhecer nessa jornada, pela orientação cuidadosa, pela paciência, pela compreensão, pelo ensinamento na condução de uma pesquisa rigorosa e pelo incentivo criativo no processo de escrita da dissertação.

Agradeço ao Leonardo de Deus, mestre que me acompanha desde a graduação, pela orientação e pelos ensinamentos acadêmicos e de vida que deixaram todo esse árduo processo mais leve com sua irreverência sempre acompanhada de muito zelo e generosidade.

Agradeço ao professor João Antônio de Paula, preciosidade de nossa universidade, pela inspiração intelectual desde a graduação e pelas produtivas conversas sobre o tema que escolhi para a dissertação.

Agradeço aos professores Eduardo Albuquerque, Hugo Cerqueira e Michele Bee pelas ótimas aulas nas disciplinas que cursei no mestrado e pela disponibilidade em me ajudar a tomar importantes decisões na vida acadêmica.

Agradeço ao grupo de estudos em história do pensamento econômico pela motivação em seguir pesquisando na área.

Agradeço à Ferê e ao Tom, meus professores de percussão, ao cantor Zeca Pagodinho, ao mestre Candeia, ao mestre Cartola, à Dona Ivone Lara, à Clementina de Jesus, ao mestre Noel, à Leci Brandão, ao Bira Presidente, à Clara Nunes, ao Bezerra da Silva, ao Toninho Gerais, ao João Nogueira, à Beth Carvalho, ao Martinho da Vila, ao Paulo César Pinheiro e ao Samba por terem salvado minha vida incontáveis vezes.

Agradeço aos escritores Rubem Braga, Mário Quintana, Isabelle Scalambrini, Raduam Nassar, Gregório Duvivier, Julián Fuks, Virginia Woolf, Ana Cristina César, Arthur Rimbaud, Ring Lardner, Gabriel García Márquez, Roberto Drummond, Manoel de Barros entre outros e outras que, cada um à sua maneira, tiveram a ousadia de fundar novos mundos e revelar realidades ocultas.

Por fim, agradeço ao professor Emmanoel Boff e (novamente) ao professor João Antônio de Paula por terem aceitado o convite para participar da banca.

“(…)

*Não sentem o que há de morte em toda a partida,*

*De mistério em toda a chegada,*

*De horrível em todo o novo...*

*Não sentem: por isso são deputados e financeiros,*

*Dançam e são empregados no comércio,*

*Vão a todos os teatros e conhecem gente...*

*Não sentem: para que haveriam de sentir?*

(…)”

- Álvaro de Campos, 1928

(Pessoa, 1990)

*“O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.*

*Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos.*

*O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.*

*Me recuso a viver num mundo sem sentido.*

*Estes anseios/ensaaios são incursões em busca do sentido.*

*Por isso o próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado, numa busca que é sua própria fundação.*

*Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.*

*Tirando isso, não tem sentido.”*

- Paulo Leminski, 1986

(Leminski, 2012)

## RESUMO

Neste trabalho é proposto um exame do projeto teórico do economista político Léon Walras em sua amplitude, o que significa a abordagem do pensamento walrasiano para além da teoria do equilíbrio geral, sobre a qual o pensamento de Walras é frequentemente resumido. Para conduzir essa abordagem, recorre-se tanto a um estudo histórico - buscando identificar as condições da vida social no lugar em que Walras foi criado e se desenvolveu enquanto teórico, atentando-se à situação política e socioeconômica da França e da Europa do século XIX e início do século XX, e a suas influências intelectuais – quanto a um estudo cuidadoso das obras walrasianas, sob a hipótese da existência de algum sistema ali que atravessasse essas obras. O projeto teórico de Walras para a economia política e social pode ser sintetizado no que ficou conhecido como “tríade walrasiana”, isto é, sua divisão dessa matéria em três ramos: a economia política pura, a economia social e a economia política aplicada - cada um desses ramos pretendendo lidar com aspectos diferentes da vida econômica. Para conduzir esse estudo, optou-se por analisar a principal obra dedicada a cada um desses ramos: *Elementos de Economia Política Pura*, *Estudos de Economia Social* e *Estudos de Economia Política Aplicada*. No último capítulo é proposta uma identificação e interpretação desse possível sistema, apontando-se seu real propósito histórico: a legitimação e naturalização do regime da livre concorrência a partir de um processo de despolitização da economia política, o que significa seu fim, concomitantemente ao desenvolvimento de uma nova disciplina, a *economics*.

Palavras-chave: Léon Walras; marginalismo; economia política; história do pensamento econômico.

## ABSTRACT

This dissertation proposes an examination of the theoretical project of political economist Léon Walras in its entirety, extending beyond the general equilibrium theory for which Walras' thought is often summarized. To undertake this approach, both a historical study and a careful analysis of Walrasian works are utilized. The historical study aims to identify the social conditions in the environment where Walras was raised and developed as a theorist, focusing on the political and socioeconomic situation of France and Europe in the 19th and early 20th centuries, as well as his intellectual influences. The analysis of Walrasian works is conducted under the hypothesis that a coherent system traverses these works. Walras' theoretical project for political and social economy can be synthesized into what is known as the “Walrasian triad”, which divides the field into three branches: pure political economy, social economy, and applied political economy, each addressing different aspects of economic life. This study includes analyzing the main work dedicated to each branch: *Elements of Pure Political Economy*, *Studies in Social Economics*, and *Studies in Applied Political Economy*. In the final chapter, the dissertation proposes an identification and interpretation of this possible system, pointing to its real historical purpose: the legitimization and naturalization of the free competition regime through a process of depoliticization of political economy, which signifies its end, alongside the development of a new discipline, economics.

Keywords: Léon Walras; marginalism; political economy; history of economic thought.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1 .....</b>	<b>31</b>
<b>Gráfico 2 .....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 1 .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 1 .....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 2 .....</b>	<b>73</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. ASPECTOS HISTÓRICOS .....	15
1.1. Breve biografia .....	15
1.2. Contexto histórico e influências .....	18
1.3. Marginalismo .....	28
2. EM BUSCA DO SISTEMA WALRASIANO: A ECONOMIA POLÍTICA ENTRE A VERDADE, A ARTE E A MORAL.....	43
2.1. Elementos de Economia Política Pura .....	50
2.2. Estudos de Economia Social.....	54
2.2.1. 1ª lição.....	54
2.2.2. 2ª lição.....	57
2.2.3. 3ª lição.....	61
2.2.4. 4ª lição.....	65
2.2.5. 5ª lição.....	67
2.2.6. 6ª lição.....	74
2.2.7. Conclusão .....	77
2.3. Estudos de Economia Política Aplicada .....	81
2.3.1. Conclusão .....	86
3. NASCIMENTO DA <i>ECONOMICS</i> , MORTE DA ECONOMIA POLÍTICA .....	88
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	100

## INTRODUÇÃO

O olhar histórico sobre o pensamento econômico e seu objeto leva-nos à percepção de mudanças importantes ocorridas nessa área durante um período que pode ser mais ou menos identificado entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, quando as doutrinas da economia política clássica já estavam em decadência, perdendo seu protagonismo, ao mesmo tempo em que surgia e ascendia a economia neoclássica, que se tornou o pensamento econômico predominante ao longo do século XX, o sendo até os dias de hoje.

O termo “economia neoclássica” se refere a um amplo e diverso conjunto de teorias e modelos, contudo é possível identificar uma origem comum a esse conjunto, os economistas da chamada revolução marginalista, Jevons, Menger e Walras (Donzelli, 1989, p. 1). Pretende-se neste estudo entender o papel exercido por León Walras no processo de surgimento da economia neoclássica, investigando a natureza de sua compreensão acerca da economia política, ou ainda, seu sentido e como ela se daria como ciência.

Um foco em Walras se justifica pela amplamente reconhecida influência que seu pensamento tem exercido em toda a teoria econômica contemporânea dominante. Schumpeter chegou a afirmar que Walras teria sido o maior de todos os economistas (Schumpeter, 1954, p. 795), enquanto Friedman colocou que Walras talvez tenha feito mais do que qualquer outro economista na elaboração de uma estrutura para se organizar as ideias econômicas, fornecendo o tipo de linguagem correta para a ciência (Friedman, 1955).

A presença atual de Walras fica mais evidente quando se observa tanto os currículos das principais escolas de economia do mundo, quanto as teorias e modelos aos quais os formuladores de políticas econômica recorrem para referenciar suas práticas. Os modelos de equilíbrio geral estocástico e dinâmico (DSGE, na sigla em inglês) dominam a pesquisa macroeconômica na academia e são amplamente utilizados na maioria dos bancos centrais dos países da OCDE e de muitas economias emergentes (Gerlach, 2017). De acordo com Kocherlakota (2010), modelos DSGE são os modelos que constituem a macroeconomia moderna, que despontou a partir dos anos 1980.

A origem dos modelos DSGE, por sua vez, se encontraria no famoso trabalho de Finn Kydland e Edward Prescott, de 1982, “*Time to Build and Aggregate Fluctuations*” (Slanicay, 2014), e, apesar de serem frutos de diversas influências dentro do pensamento econômico, pode-se

considerar que o desenvolvimento dos modelos DSGE se deu como uma conclusão da teoria walrasiana de equilíbrio geral (Kaizoji, 2016), de tal modo que economistas como White (2015) se referem aos modelos DSGE simplesmente como “modelos walrasianos” e Colander se refira à macroeconomia contemporânea dominante como “síntese walrasiana DSGE” (2006, p. i). Como colocam Daal e Walker (2007), para se aprofundar no entendimento da teoria moderna do equilíbrio geral é indispensável o estudo de seu fundador, Léon Walras.

Dessa forma, o estudo do pensamento do economista de Lausanne trata de algo presente nos tempos atuais, que influencia e fundamenta em grande medida o pensamento econômico dominante, tanto na academia quanto entre formuladores de políticas públicas e macroeconômicas. Vale relembrar aqui a clássica frase de John Maynard Keynes ([1936] 1996): “As ideias de economistas e filósofos políticos são mais poderosas do que é comumente entendido. (...) Homens práticos, que creem estar livres de qualquer influência intelectual, são em geral escravos de algum economista defunto” (p. 349). Walras é um autor incontornável para se entender o pensamento econômico moderno e, por conseguinte, o mundo moderno como um todo, visto o peso que o discurso econômico impõe sobre a política, sobre o debate público e sobre toda a vida social no geral nas sociedades capitalistas.

Ironicamente, pretende-se estudar um autor fundamental para o pensamento econômico *mainstream*, cujas ideias ainda vivem, a partir de uma perspectiva negligenciada por esse próprio pensamento econômico *mainstream*. Buscar-se-á na dissertação entender que mudanças Walras propôs na diferenciação entre o econômico e o não econômico, sua tentativa de delimitação do que seria escopo da economia política e que papel relegou à história, ao social e à moral. Como colocam Fine e Milonakis (2009, p. 4), há uma grande lacuna na literatura econômica acerca de reflexões sobre os desígnios da “ciência econômica” e sua relação com a história e o social, sob o prisma da própria história do pensamento econômico.

Talvez mais irônica ainda seja a constatação de que, embora Walras seja um dos economistas mais presentes na história contemporânea da disciplina, ele é em si relativamente pouco pesquisado e, conseqüentemente, pouco entendido. Morishima (1977, p. 1) já apontava que Walras era incompreendido inclusive entre a maioria dos especialistas em teoria do equilíbrio geral - e é seguro afirmar que o apontamento ainda é atual. Houve, além disso, dificuldades no acesso aos escritos de Walras durante o século XX, de tal maneira que a maioria esmagadora dos trabalhos sobre o autor se concentraram sobre *Elementos*, menosprezando-se outras ideias tão importantes quanto às de *Elementos* presentes em outros escritos (Daal e Walker, 2007).

É importante mencionar um marco relativamente recente que viabilizou o acesso a todos os escritos de Walras, a conclusão em 2005 do projeto editorial das obras completas de Auguste e de Léon Walras (*Œuvres économiques complètes d'Auguste et de Léon Walras*). Esse projeto se iniciou em 1984 a partir de formação do Centro Auguste e Léon Walras, na Universidade de Lyon, por um grupo de pesquisadores que considerou importante retomar o trabalho de edição das obras de Léon iniciadas por sua filha Aline Walras; o Centro contou também com a colaboração do Centro Walras-Pareto, da Universidade de Lausanne. O trabalho dos editores resultou na publicação de quatorze volumes com a obra completa de pai e filho, além de um décimo quarto volume com tabelas, índices e listas. A conclusão desse projeto, com a disponibilização de textos inéditos e reunião de todos os escritos de Léon e de seu pai em uma só edição foi importantíssima para pesquisadores do mundo inteiro interessados no pensamento de Auguste e Léon Walras (Ibid.).

Este trabalho está estruturado em três capítulos, com diversos subcapítulos, além desta introdução e uma conclusão ao final. O primeiro capítulo, “Aspectos Históricos”, busca a contextualização histórica do lugar em que o pensamento walrasiano nasceu e se desenvolveu, apresentando a trajetória de vida de Léon Walras, uma breve história política e econômica da França e da Europa ao longo do século XIX e o movimento histórico do marginalismo, no qual Walras foi um dos protagonistas. O segundo capítulo, “Em busca do sistema walrasiano: a economia política entre a verdade, a arte e a moral”, já entra nos textos de Léon, buscando desvendar nexos internos na obra walrasiana a fim de examinar a possibilidade de existência de algum sistema ali, no qual a teoria do equilíbrio geral inserir-se-ia. Após uma breve exposição das linhas interpretativas da obra de Walras na história do pensamento econômico, inicia-se um exame mais cuidadoso das três principais obras do autor: *Elementos de Economia Política Pura*, *Estudos de Economia Social* e *Estudos de Economia Política Aplicada*, expondo e analisando os desenvolvimentos teóricos ali presentes. O terceiro capítulo, “Nascimento da *economics*, morte da economia política”, consiste em uma tentativa de identificação e interpretação de um sistema teórico walrasiano, à luz tanto da perspectiva histórica quanto da lógica interna da própria obra do autor, relacionando as obras entre si e considerando o contexto histórico no qual esses desenvolvimentos se deram.

Ao longo de todo esse processo dissertativo, há também um esforço para inserir este trabalho no âmbito das elaborações de importantes estudiosos e pesquisadores tanto de Walras, especificamente, quanto do processo histórico do qual ele fez parte. São buscadas referências

em especialistas na interpretação da obra walrasiana como William Jaffé e Donald Walker tal como em historiadores do pensamento econômico que abrangem o período de Walras, como Phyllis Deane, Ernesto Screpanti e Stefano Zamagni, entre outros, propondo-se diálogos com essa literatura.

Certamente, uma pesquisa sobre o pensamento de Léon Walras – assim como de outros economistas de seu tempo, como Jevons, Menger, Marshall ou Pareto -, sob a consideração do contexto de importantes mudanças históricas no pensamento econômico e no capitalismo, tem um grande potencial de contribuição para pensarmos problemas sociais contemporâneos, principalmente questões como a relação entre ciência econômica, tecnocracia e democracia. Mattei (2022), por exemplo, em sua longa análise do problema da austeridade e de sua relação com o fascismo, identifica parte do sucesso das políticas de austeridade no discurso econômico que se apresenta como neutro, técnico e apolítico, mas que tem como propósito obscuro a preservação da ordem vigente. Ao ocultar seu caráter político, esse discurso econômico, que parte da própria natureza da ciência econômica (ou da *economics*), seria antidemocrático, na medida em que reservaria as condições de decisão sobre os rumos da economia somente aos “técnicos iluminados” comprometidos com interesses políticos de determinada classe (p. 7 e 309).

Assim sendo, pretende-se com a dissertação contribuir com o entendimento do pensamento de um dos economistas mais fundamentais de nosso tempo, que foi (ou é) um dos arquitetos ideológicos das sociedades contemporâneas. Acredita-se que uma abordagem crítica do autor possa contribuir com a devida compreensão de suas teorias, podendo ajudar-nos a lidar com as inúmeras crises que nos afligem e repensar nosso processo de reprodução social, que inevitavelmente perpassa o discurso econômico.

# 1. ASPECTOS HISTÓRICOS

## 1.1. Breve biografia

Marie-Ésprit-Léon Walras nasceu na comuna francesa de Évreux no ano de 1834, em uma família de classe média. Filho do economista político Auguste Walras, Léon encontrou nos trabalhos do pai a base para suas construções teóricas, que o influenciariam fortemente até sua morte.

Auguste desenvolveu um arcabouço original de teoria econômica, especialmente interessado na questão do direito à propriedade privada, sobretudo às terras. Apesar de ter sido até a morte um pesquisador ativo e atento aos problemas econômicos de sua época, nunca conseguiu realizar seu desejo de ocupar o posto de professor de Economia Política, devido ao seu caráter incensurável em relação à manifestação de suas posições; um exemplo disso seria sua adesão às ideias da Revolução de 1848. Embora nunca tenha sido um revolucionário, o pai de Léon tinha inclinações socialistas, tendo frequentado os Círculos de Saint-Simon em Paris (Rugina, 1982).

Já Léon obteve um título de bacharel em letras em 1851 e de bacharel em ciências em 1853. No mesmo ano, tentou ingressar na *École Polytechnique* de Paris, porém não conseguiu ser aprovado no exame de admissão, buscando assim a *École de Mines*, onde estudou por algum tempo, não prosseguindo por falta de interesse na área (Walras, [1910] 2011). Walras busca então o caminho da literatura e começa a escrever romances, de tal modo que em 1858 precisa se decidir entre a carreira científica e a literária. Por orientação do pai, o jovem Léon opta pela carreira científica e se compromete a dar continuidade ao trabalho iniciado por Auguste. Segundo Jaffé (1935), um sistema tão impressionante quanto o do equilíbrio geral só pode ser explicado tendo-se em conta que se trata de um empreendimento de duas gerações.

Decidido que iria dedicar sua vida à economia política, o filho de Auguste não podia ainda adentrar-se por completo na área, já que para ele era praticamente impossível conquistar uma cadeira acadêmica na França, devido às suas divergências em relação aos economistas franceses da época; precisaria, portanto, de trabalhar com outras coisas a fim de auferir dinheiro para si e sua família. Entre 1858 e 1870, Walras fez diversos trabalhos, como jornalista, secretário da *Chemin de Fer du Nord* (companhia ferroviária francesa), diretor de um banco das associações populares e secretário de um grande banco privado de Paris, até ser convidado a assumir em

1870 uma cadeira de economia política na Faculdade de Direito da Académie de Lausanne (que viria a se tornar Universidade de Lausanne em 1890), na Suíça.

Ainda que até 1870 Walras não tivesse alcançado a condição ideal para se dedicar à economia política como gostaria, ele tampouco deixou de se debruçar sobre as questões econômicas que o interessavam. A prova disso é a publicação em 1859 de seu primeiro texto econômico, “Da propriedade intelectual”<sup>1</sup>, no *Journal des Économistes*. No texto, Walras critica a forma como a questão da propriedade intelectual era discutida em seu tempo, por considerá-la confusa e passional. Seria necessária a intervenção de estudiosos metódicos para esclarecer a questão, atentos à abordagem desde o ponto de vista do valor de troca, não do ponto de vista moral (Walras, 1859). Em 1860, vem seu primeiro livro em economia política, *A Economia Política e a Justiça: exame crítico e refutação das doutrinas econômicas de M. P. J. Proudhon*<sup>2</sup>, que, como o próprio título já sugere, trata-se de um embate teórico com o economista político Joseph Proudhon, no qual Walras critica a teoria do valor e da propriedade de Proudhon (Walras, 1860). No período, houve também outros textos publicados no *Journal des Économistes* e *La Presse*, como “Paradoxos econômicos”<sup>3</sup> (1860), “Da organização financeira e constituição legal das associações populares”<sup>4</sup> (1865), além de outros livros, como *As Associações populares de consumo, produção e crédito*<sup>5</sup> (1865) e *Busca do ideal social*<sup>6</sup> (1868)

Ademais, Jaffé (1935) nota que “o contato com a realidade econômica concreta” (isto é, seus trabalhos práticos no mundo econômico) no período referido, entre 1858 e 1870, foi importante para seu desenvolvimento intelectual, influenciando a elaboração de *Elementos*.

O episódio mais notório desse período refere-se justamente à apresentação de um trabalho por Walras em um concurso do qual participou em Lausanne, no ano de 1860, que, mesmo que ele até então não soubesse, consagraria-lo como professor universitário dez anos depois. Isso porque seu trabalho intitulado “Teoria Crítica do Imposto”<sup>7</sup> chamou atenção de Louis Rouchonnet, que anos mais tarde viria a ser chefe do Departamento de Educação do Cantão de Vaud, que, quando necessitou de alguém para ocupar a cadeira de Economia Política, procurou por Léon Walras.

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original: *De la propriété intellectuelle*.

<sup>2</sup> Tradução nossa. No original: *L'Économie politique et la justice : examen critique et réfutation des doctrines économiques de M. P. J. Proudhon*.

<sup>3</sup> Tradução nossa. No original: *Paradoxes économiques*.

<sup>4</sup> Tradução nossa. No original: *De l'organisation financière et de la constitution l'égale des associations populaires*.

<sup>5</sup> Tradução nossa. No original: *Les Associations populaires de consommation, de production et de crédit*.

<sup>6</sup> Tradução nossa. No original: *Recherche de l'idéal social*.

<sup>7</sup> Tradução nossa. No original: *Théorie Critique de l'Impot*.

Nosso personagem seguiu como professor de economia política em Lausanne até 1892, quando se aposentou, sendo sucedido pelo também célebre economista Vilfredo Pareto, seu discípulo. Foi nesse período enquanto ocupava uma cadeira em Lausanne que Léon publicou sua obra mais influente e conhecida, *Éléments d'économie politique pure ou Théorie de la richesse sociale*, entre os anos de 1874 e 1877.

Porém, como relata Jaffé (1935), logo após a publicação de sua grande obra, Walras passou a ser acometido por alguns infortúnios: sua esposa e mãe de seus filhos adoece, a família passa por problemas financeiros e ela vem a óbito em 1879; em seguida, o próprio Léon é vítima de um problema em seu sistema nervoso, que piora de forma progressiva, até que no ano de 1892 ele é obrigado a se aposentar.

A partir da década de 1870 até sua morte em 1910, Walras trocou várias correspondências com diversos economistas políticos, com o intuito de convencê-los de suas ideias. Entre os correspondentes de Léon constam os principais nomes do pensamento econômico que emergia nessa época: Stanley Jevons, Carl Menger, Eugen Böhm-Bawerk, Alfred Marshall, Francis Edgeworth, Philip Wicksteed, Vilfredo Pareto, Enrico Barone, Maffeo Pantaleoni, Irving Fisher, Henry L. Moore, Francis Walker e James L. Laughlin (Walker, 1983, p. 4 – 5).

Mesmo distante do trabalho universitário, a vida intelectual do economista continua, de sorte que em 1896 ele publica a terceira edição de *Elementos* e em 1900 a quarta<sup>8</sup>. Nessa fase, Walras também se dedica à sua “economia social” e à sua “economia política aplicada”, publicando, em 1896, *Études d'économie sociale: Théorie de la répartition de la richesse sociale* e, em 1898, *Études d'économie politique appliquée: Théorie de la production de la richesse sociale*, ambos consistindo em coletâneas de artigos escritos nos anos prévios, visto que, dado seu estado precário de saúde, já não reunia condições de empreender a formulação de obras sistemáticas e detalhadas sobre sua doutrina de “economia social” e de “economia política aplicada”, assim como fizera com *Elementos* na década de 1870, referente à doutrina da “economia política pura”.

Em 1903, Léon organiza um resumo de *Elementos*, publicado somente no ano de 1938 sob o título de *Abrégé des Éléments d'Économie Politique Pure*. Seus últimos escritos foram os artigos *Économie et Mécanique* e *Doctrines Économiques*, do ano de 1909. Léon Walras morreria em janeiro do ano seguinte, 1910, em Clarence-Montreux, na Suíça.

---

<sup>8</sup> A segunda edição de *Elementos* foi publicada em 1889. Houve ainda uma quinta edição póstuma, publicada em 1926 pela filha de Léon, Aline Walras, junto a Gaston Leduc, conhecida como “edição definitiva”.

Walras foi membro da Associação Econômica Americana desde 1892 e testemunhou nos últimos anos de sua vida o reconhecimento de suas teorias na Suíça, Itália, Países Baixos e Estados Unidos, embora tenha morrido com a frustração de nunca ter sido reconhecido em seu próprio país, a França.

## 1.2. Contexto histórico e influências

O século XIX e início do século XX, período que compreende a vida de Walras, foi marcado por diversos acontecimentos políticos, sociais e econômicos, que se refletiram, evidentemente, no pensamento econômico da época – convém, diante desse período turbulento, a fim de contextualizar historicamente o cenário no qual Walras estava inserido, um enfoque na realidade europeia, sobretudo francesa.

O tal período turbulento, entre os anos de 1789 e 1848, ficou conhecido na historiografia como “Era das Revoluções”<sup>9</sup>. Segundo Hobsbawm ([1977] 2015), a Era das Revoluções tem como marco inicial dois acontecimentos fundamentais: a Revolução Industrial, que eclode na Grã-Bretanha entre os anos de 1780 e 1800, e a Revolução Francesa, que eclode em 1789, ou seja, dois acontecimentos contemporâneos, embora distintos. O período inicial da Revolução Industrial terminou na década de 1840, enquanto o processo de subversões sociais inaugurado pela Revolução Francesa teve como último capítulo as revoluções de 1848.

A Revolução Francesa foi um acontecimento complexo envolvendo diversas reviravoltas que não cabe abordar aqui; basta dizer que culminou no Primeiro Império Francês, inaugurando uma fase conhecida como Era Napoleônica, que teve vigência até 1815. Após o governo de Napoleão, a Europa foi marcada por três ondas de levantes revolucionários: entre os anos de 1820 e 1824 (limitada a Espanha, Nápoles e Grécia), entre os anos de 1829 e 1834 e no ano de 1848 (Ibid.). Para este trabalho, vale à pena chamar atenção à segunda e terceira onda de levantes.

No ínterim entre o fim da Era Napoleônica e o ciclo revolucionário de 1848, a França voltou a ser uma monarquia com a volta dos Bourbon ao poder, período que ficou conhecido como Restauração e durou até 1830. Entre 1827 e 1830, o país foi atingido pela segunda onda de levantes que ficou conhecida como “Revolução de Julho”, ocasião em que a monarquia dos Bourbon foi derrubada, representando a vitória do poder burguês sobre os aristocratas, tanto na

---

<sup>9</sup> Expressão cunhada pelo historiador Eric Hobsbawm em sua obra homônima.

França quanto na Europa Ocidental de modo geral (Ibid., p. 187). Essa vitória do poder burguês foi estabelecida a partir de um novo poder monárquico, conhecido como Monarquia de Julho, encabeçada pela casa de Orleães, sob a regência de Luís Filipe I.

O reinado de Luís Filipe I se estendeu até a terceira onda de levantes, conhecida como “Primavera dos Povos”, que foi a maior de todas; segundo Hobsbawm, “Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral (...)” (Ibid., p. 188). Os acontecimentos de 1848 se deram como insurreições contra o caráter autoritário do regime de Luís Filipe I, em uma demanda por maiores liberdade políticas e em defesa dos direitos do homem e do cidadão (Ferro, 2001, p. 281). Na França, o desfecho da revolução de 1848 foi a proclamação da Segunda República Francesa, tendo como primeiro (e único) presidente Napoleão III, que em 1851 organizou um golpe de estado, levando ao estabelecimento do Segundo Império Francês em 1852.

Ainda de acordo com Hobsbawm, o período revolucionário francês entre os anos de 1789 e 1797 deu origem a modelos políticos correspondentes a três tendências políticas principais que emergiram após a Era Napoleônica: a liberal moderada, a democrata radical e a socialista. O levante revolucionário de 1830 teve como consequências o triunfo da tendência liberal moderada na França, o surgimento de uma tendência socialista proletária revolucionária e a cisão entre moderados e radicais (Ibid., p. 189 e 197).

Se Hobsbawm identifica o período entre 1789 e 1848 como a Era das Revoluções, o historiador Robert Tombs (2014) considera que na França tal era está compreendida entre os anos de 1814 e 1871. Apesar de haver um período em comum (entre 1814 e 1848) na consideração dos dois historiadores, é claro que o recorte de Hobsbawm se inicia e termina antes de o de Tombs – não é demais ressaltar que, enquanto a obra de Hobsbawm ([1977] 2015) trata da história europeia no geral, a de Tombs (2014) trata especificamente da história francesa. Não convém aqui entrar em uma comparação pormenorizada das interpretações históricas dos dois, somente chamar atenção para o ano de 1871, sua importância específica para o contexto político francês e a identificação desse ano por Tombs como marco do fim da Era das Revoluções.

1871 foi o ano da ilustre Comuna de Paris, processo revolucionário liderado por republicanos radicais e socialistas que aconteceu na cidade de Paris com uma finalidade primordial: defender a República da reação. A Comuna foi breve, durando pouco mais de dois meses, porém isso não significou que sua dissolução tenha sido suave, pelo contrário, ficou marcada como o maior massacre de civis na Europa desde a Revolução Francesa. A intensidade desse episódio levou a

esquerda francesa à maior aversão aos monarquistas, ao exército e aos republicanos moderados. O desfecho dessa experiência revolucionária, com a derrota da Comuna, serviu para encerrar a Era das Revoluções na França (Tombs, 2014, p. 547 – 9).

É notável o contraste entre a Era das Revoluções na França e seu período subsequente, o da Terceira República Francesa. Entre 1789 e 1871 a França passou por onze constituições, dois impérios, três monarquias e duas repúblicas, enquanto a Terceira República foi marcada como um tempo de relativa estabilidade que perdurou até 1940.

No que se refere à história econômica da França nesse decurso, pode-se estabelecer uma divisão do período entre 1815 e o final do século XIX, com uma inflexão por volta do ano de 1860. Entre 1815 e 1860 a França teria experienciado um crescimento econômico acelerado, de 1860 em diante, um crescimento desacelerado. O cerne da fase de crescimento acelerado estaria entre os anos de 1840 e 1860, fase na qual teria ocorrido a Revolução Industrial Francesa (Crouzet, 1974).

Crouzet propõe a seguinte periodização da dinâmica de crescimento econômico da França entre 1815 e 1913: crescimento irregular, mas às vezes acelerado, entre 1815 e 1840, crescimento acelerado entre 1840 e 1860, crescimento desacelerado entre 1860 e 1882, estagnação entre 1882 e 1896 e crescimento acelerado novamente entre 1896 e 1913 (Ibid.).

Enquanto para Hobsbawm os anos entre 1789 são identificados como “Era das Revoluções”, entre 1848 e meados da década de 1870 tem-se a “Era do Capital”. A palavra-chave desse período, marcado por forte crescimento econômico e avanços tecnológicos, seria “progresso”. A autonomia da empresa privada se consolidaria como propulsora do crescimento industrial, consolidando com isso também um consenso entre economistas, políticos e administradores em torno do liberalismo econômico. Os ideólogos da época, entusiastas desse progresso tecnológico, social e da ciência positiva, acreditavam na possibilidade de entender a realidade social na qual estavam inseridos com a mesma imparcialidade e método da ciência natural. O marco final dessa era seria a eclosão da Grande Depressão de 1873, que duraria até meados da década de 1890 (Hobsbawm, 1979, p. 13 – 7 e 50). Nos centros do capitalismo (Europa Ocidental e EUA), a Grande Depressão foi seguida por outra onda de crescimento econômico e significativos avanços tecnológicos que duraria até a Primeira Guerra – alguns historiadores até falam em uma segunda revolução industrial -, com melhorias nos padrões de vida da classe trabalhadora e relativa ordem social do ponto de vista das revoltas. Esse avanço do capitalismo

foi acompanhado também de sofisticação no sistema de comércio e finanças internacionais (Screpanti; Zamagni, 2005, p. 196 – 7).

Foi no cenário dessas profundas mudanças sociais, com industrialização, modernização, mudança na organização do trabalho e crescimento econômico que novas e antigas ideias econômicas foram desenvolvidas na França e na Europa do século XIX. Faccarello (2024a) demonstra a formação de uma tradição de pensamento liberal francês entre o final do século XVII e o decorrer do século XVIII, distinta da tradição liberal britânica. Contudo, seria após a Era Napoleônica que esse pensamento liberal teria se consolidado e se institucionalizado (2024b).

O processo de consolidação das ideias liberais em economia política na França do século XIX pode ser demarcado por dois pontos de inflexão: um em 1848 e outro no início dos anos 1870. Durante a Era Napoleônica e a Restauração, as ideias liberais na seara da economia política eram consideradas opositoras do regime e foram vítimas de constante censura – o exemplo mais icônico certamente é do economista Jean-Baptiste Say, que teve sua obra *Traité d'économie politique* censurada pelo regime de Napoleão. A situação mudou após a Revolução de Julho, quando a nova monarquia favoreceu a institucionalização e expansão da economia política liberal, com economistas adeptos das ideias de Say assumindo importantes cargos políticos no interior do estado. À época, a atividade intelectual dos socialistas também era intensa (Silvant, 2024).

Nessa primeira metade do século XIX também houve ampla difusão das ideias da economia política clássica britânica, principalmente devido às traduções quase imediatas para o francês das obras dos principais economistas ingleses e escoceses. Assim, a economia política liberal desenvolvida na França nessa fase manteve uma sintonia com a economia política britânica, apesar de resguardar sua independência desta (Ibid.).

A primeira inflexão se dá na interrupção pela revolução de 1848 do processo de afirmação das ideias liberais na França, iniciado em 1830. A partir desse capítulo, houve uma radicalização dos liberais franceses, passando a considerar as ideias socialistas uma ameaça a ser combatida. O combate às ideias socialistas se expressou em um movimento de defesa da propriedade privada e de oposição veemente à organização dos trabalhadores e suas reivindicações por direitos (Ibid., p. 24 – 5). A seguir, o Segundo Império viveu em seus primeiros anos uma relação de desconfiança e vigilância em relação aos liberais em geral, contudo essas dificuldades foram se dissipando ao longo dos anos 1850, de sorte que foi-se assumindo uma

posição liberal em matéria de economia política (Ibid., p. 27), que ficou evidente na seguinte fala de Napoleão III, na ocasião da abertura da sessão legislativa de 1857: “É dever de todo bom cidadão propagar as sãs doutrinas da economia política”<sup>10</sup> (Le Van-Lemesle, 2004, p. 236). Porém, a consolidação da aliança do império com os economistas políticos liberais só aconteceu após a promulgação do tratado de comércio de 1860, promovendo a abertura da economia francesa (Ibid.).

A segunda inflexão ocorre devido a uma conjunção de fatores: a derrota da França na guerra contra a Prússia em 1871, que desmoralizou os economistas políticos liberais dominantes; a “longa estagnação” de 1873 a 1896 (Breton et al., 1997), que levou a uma demanda por renovação teórica na economia política, dada a dificuldade das ideias liberais da época de darem conta do problema; a disseminação na Europa das ideias historicistas e marginalistas em economia política, que vinham confrontando as ideias liberais clássicas (Silvant, 2024, p. 27). O lugar de Walras nesse processo se encontra ligado principalmente ao último fator: primeiro porque ele deixa Paris rumo a Suíça já no ano de 1870, portanto não estando mais tão integrado ao contexto francês a partir daí, segundo porque ele é protagonista no referido processo de emergência das ideias marginalistas.

A França em que Léon nascera e crescera era (junto ao Reino Unido) esse centro e polo dinâmico dos referidos acontecimentos que trouxeram mudanças globais profundas e acarretaram no triunfo do capitalismo liberal burguês. Segundo Schumpeter (1954, p. 795), Walras não era só francês de nascimento, mas era também tipicamente francês em seu pensamento.

A principal e mais direta influência no pensamento de Léon foi, certamente, de seu pai Auguste, que, como colocado, pode ser considerado junto com o filho o artífice da teoria do equilíbrio geral. Auguste nasceu também na França, no ano 1801, onde passou toda sua vida, e morreu em 1866. Sua importância para Léon é retratada na seguinte passagem de seu *Estudos de Economia Social*:

“Meu pai fez de mim um parceiro em seu trabalho; por longos anos, perto ou longe um do outro, o perseguíamos juntos; ele recebeu com satisfação os resultados das minhas pesquisas e penso que, antes de morrer, contava comigo para levar ao público os frutos de seus esforços e de seus estudos. Venho hoje compartilhar com vocês essa herança.”<sup>11</sup> (Walras, 1896, p. 28)

<sup>10</sup> Tradução nossa. No original : “Il est du devoir de tout bon citoyen de propager les saines doctrines de l'économie politique”.

<sup>11</sup> Tradução nossa. No original: “Mon père m'avait associé à son travail; depuis de longues années déjà, de près comme de loin, nous le poursuivions en commun; il accueillait le résultats de mes recherches, et je pense qu'avant

Questões caras a Léon, que se encontram no seio de seu projeto, como sua identificação como um liberal socialista, sua ideia de nacionalização das terras, sua teoria do valor e da propriedade, ele deve a seu pai. Como coloca Cirillo (1981):

“Léon Walras aceitou quase *in toto* tanto a teoria de propriedade privada de seu pai quanto as prescrições políticas que ele avançou. Algumas das declarações que ele escreveu ao discutir a "teoria crítica da tributação" são literalmente arrancadas das obras de seu pai. Ele próprio reconheceu que "a ideia fundamental do meu trabalho eu devo ao meu pai" (...)"<sup>12</sup>

Auguste apreciava todos os tipos de socialismo compatíveis com seu pensamento liberal, mas, assim como seu filho, rejeitava o comunismo e defendia a reforma social como forma de destruí-lo. A reforma para Auguste seria um meio para promover a conciliação entre liberalismo e socialismo, garantindo tanto o que Léon viria a chamar posteriormente de desigualdade de posições entre os indivíduos (devido aos seus respectivos méritos) quanto a igualdade de condições, fortalecendo o socialismo (Ibid.).

A motivação inicial do pai de Léon, que o aproximou da economia política, era o interesse na questão do direito à propriedade privada. Em seu entendimento, a devida compreensão dessa questão só seria possível mediante a compreensão da questão do valor, entretanto, na economia política tal questão era objeto de disputa entre diferentes escolas, principalmente entre a da teoria da utilidade, a da teoria do valor trabalho e a da teoria dos custos de produção. Auguste rejeitou todas essas escolas de teoria do valor, propondo sua própria, que colocava a escassez – a *rareté* (ou raridade, em tradução livre) – como única causa do valor (Ibid.).

A *rareté* consiste em “a razão entre a quantidade do bem disponível e o número de possíveis consumidores, cada um usando uma unidade do bem. É o número médio de bens por consumidor (...)” (Feijó, 2023, p. 383). O valor, a riqueza disponível, seria, portanto, explicado pela *rareté*. O emprego desse conceito pelo pai de Léon é importante porque essa palavra, *rareté*, viria a ser fundamento do sistema desenvolvido pelo filho em sua teoria do valor e, conseqüentemente, em sua teoria do equilíbrio geral; embora Léon tenha complexificado a explicação da *rareté*, assumindo em seu sistema um sentido distinto do empregado pelo pai.

Para Auguste, o desenvolvimento de sua teoria do valor baseada na escassez demandaria conhecimentos de matemática, logo a economia política estaria fadada a se tornar uma ciência

---

de s'éteindre, il a compté sur moi pour livre au public le fruit de ses efforts et de ses études. Je viens aujourd'hui partager avec vous cet héritage.”

<sup>12</sup> Tradução nossa. No original: “Leon Walras accepted almost 'in toto' both his father's theory of private property as well as the policy prescriptions he advanced. Some of the statements he wrote in discussing the "critical theory of taxation" are literally plucked out of his father's works. He himself acknowledged that "the fundamental idea of my work I owe it to my father"”.

matemática (Walras apud Cirillo, 1981), no entanto ele mesmo não tinha formação matemática, tendo se dedicado mais às dimensões filosóficas e humanas da economia política (Feijó, 2023, p. 382).

Léon destaca a influência de Auguste em sua educação filosófica, mencionando a disposição de obras sobre a disciplina na biblioteca de seu pai. Filósofos franceses como Charles Villers, Victor Cousin e Vacherot contribuíram em sua formação (Walras, 1896, p. 459) – vale notar que os três filósofos citados têm forte inspiração kantiana. Dockès (1996, p. 30) também salienta outros nomes como o de Taine e de Juffroy como importantes influências filosóficas.

A influência matemática em matéria de economia política para Léon viria no primeiro momento de Augustin Cournot, matemático e economista político francês contemporâneo de Auguste, tendo sido seu colega de turma na *École Normale Supérieure*. Auguste possuía em sua biblioteca a importante obra de Cournot, de 1838, *Investigações sobre os Princípios Matemáticos da Teoria das Riquezas*<sup>13</sup>, que Léon estudou cuidadosamente e foi o primeiro trabalho através da qual teve contato com a aplicação da matemática para análises econômicas (Jaffé, 1935; Jaffé, 1956).

O filho de Auguste tomou de seu pai boa parte da terminologia, taxonomia e concepção acerca do objeto da economia política e de Cournot o significado das relações funcionais entre as variáveis<sup>14</sup> e aplicação da técnica de análise funcional para economia política (Jaffé, 1968; Jaffé, 1976). Conforme o próprio Léon descreveu em 1906 a gênese de seu sistema: “A meu pai eu devo as definições econômicas que são base de meu sistema, a Cournot eu devo a linguagem matemática que é mais adequada para a formulação desse sistema (...)”<sup>15</sup> (Walras apud Jaffé, 1935, p. 20).

Para Schumpeter (1954), porém, a inserção de Léon na tradição francesa de pensamento em economia política não estaria resumida à evidente e reconhecida influência de seu pai e de Cournot; se daria, sobretudo, devido à sua relação com Jean-Baptiste Say e todo legado que

<sup>13</sup> Tradução nossa. No original: *Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses*.

<sup>14</sup> Jaffé (1968) chama atenção, porém, para o fato de que “(...) foi precisamente sua crescente insatisfação com a função de demanda particular de Cournot que primeiro o levou a buscar uma estrutura mais ampla na qual poderia expressar a quantidade demandada de uma mercadoria como função, não do preço dessa mercadoria isolada, mas de toda sua constelação de preços. Esse foi o ponto de partida para seu modelo de equilíbrio geral.” (Tradução nossa. No original: “(...) it was precisely his growing dissatisfaction with Cournot's particular demand function that first led him to seek a wider framework within which to express the quantity demanded of a commodity as a function not of the price of that commodity alone, but of the entire constellation of prices. This was the point of departure for his general equilibrium model.”).

<sup>15</sup> Tradução nossa. Na citação de Jaffé: “To my father I owe the economic definitions which are the basis of my system, and to Cournot I owe the mathematical language which is most apt for formulating this system. . . .”.

este trazia consigo, envolvendo Condillac, Turgot, Quesnay e Boisguillebert, mesmo que o próprio Léon não tivesse consciência disso (p. 795). Potier (2024) também identifica Walras como herdeiro de uma tradição de pensamento francesa de matematização das questões sociais, que vinha desde o século XVIII. Fato é que a inscrição de Léon na tradição de pensamento francesa em economia política não pode ser reduzida a Auguste e a Cournot, até porque ambos também foram fortemente influenciados e seguiram caminhos já abertos por outros autores franceses que os precederam.<sup>16</sup>

Apesar de Léon não reconhecer tão explicitamente a influência e importância dos economistas políticos franceses do século XVIII para si, como reconhece a de Auguste e de Cournot, é possível identificar essa influência sob uma análise mais atenta. No início de seu *Elementos de Economia Política Pura*, Léon faz uma breve menção aos fisiocratas, considerando François Quesnay e seus discípulos como o primeiro grupo importante de economistas (Walras, 1926, p. 4). Na trigésima sétima lição, o autor constata que sua exposição em uma lição precedente, a trigésima quinta, é um “quadro econômico”. A exposição na referida lição – ou quadro econômico - consiste na apresentação das leis de determinação e variação dos preços dos bens de capital através de equações, chegando-se a um mercado dinâmico com oscilações que tendem a um equilíbrio. De acordo com o autor, esse quadro econômico esboçado seria análogo ao conhecido Quadro Econômico de Quesnay (embora dedique o resto da trigésima sétima lição para criticar o Quadro) (Ibid., p. 385). Em *Estudos de Economia Social*, Quesnay e os fisiocratas são reconhecidos como os formuladores do que ele chama de “princípio superior da produção de riqueza social” (o qual, evidentemente, é importantíssimo para seu pensamento), o *laissez faire, laissez passer* (Walras, 1896, p. 47). Há, também, uma identificação de sua ideia (de Léon) de manutenção do Estado através da renda da terra, e sobre a teoria dos impostos em geral, com Quesnay e Turgot (Walras, 1896, p. 225 e 395).

Feijó (2023) chega a afirmar que “o Quadro econômico de François Quesnay contém o cerne da ideia de equilíbrio geral.” (p. 384) e Jaffé (1968) vai além: coloca que a ideia de equilíbrio geral já havia sido enunciada por Nicholas Barbon em 1690, havendo também indícios da teoria já em Petty, Boisguillebert, Cantillon e Turgot, além de o próprio Quesnay.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Como Jaffé (1972) chama atenção, os principais economistas estudados por Auguste foram Jean-Baptiste Say, Destutt de Tracy, Charles Ganih, Nicholas Massias, e Simonde de Sismondi, entre os franceses; já entre os britânicos, Adam Smith, David Ricardo, James Mill, e John Ramsay McCulloch.

<sup>17</sup> Dockès aponta outra dimensão interessante em que Walras teria sido influenciado por Quesnay e os fisiocratas, que seria no escopo da filosofia do direito natural (Dockès, 1996, p. 31).

A própria ideia de *rareté* de Auguste Walras já teria sido enunciada por Étienne de Condillac em 1798, em uma tentativa de desenvolver o conteúdo de *Valores e Moedas*<sup>18</sup>, de Jacques Turgot, de 1769, no qual o autor teria chegado bem perto da teoria da proporcionalidade entre utilidades marginais e razões de troca. O fato de as obras de Condillac e Turgot terem constado na biblioteca pessoal de Léon Walras sugere que os escritos desses autores serviram de inspiração direta tanto para Auguste quanto para Léon, apesar da falta de devido reconhecimento por parte do pai e do filho (Jaffé, 1972).

Na verdade, Auguste e Léon identificam Burlamaqui como o legítimo precursor da doutrina da escassez<sup>19</sup> (ou da *rareté* de Auguste). A tradução francesa dos escritos de Burlamaqui, *Elementos de direito natura*,<sup>20</sup> também constava na biblioteca pessoal de Léon e a referência a esse autor em específico é importante do ponto de vista da identificação da filiação das ideias porque a discussão de Burlamaqui acerca da questão do valor e da propriedade na referida publicação é essencialmente a mesma de Samuel von Pufendorf em *Do dever do homem e do cidadão*<sup>21</sup> (1675). Desta forma, mesmo sem saber, Auguste estava também inserido na mesma tradição de Pufendorf (Ibid.).

Mesmo que relativamente pouco conhecido, Achylle-Nicolas Isnard foi um economista político e engenheiro francês do século XVIII igualmente relevante nesta história. Segundo Schumpeter (1954), a maior conquista na segunda metade do século XVIII no que se refere à análise do mecanismo de preço foi obtida por Isnard, devido a sua descrição da interdependência entre os preços por meio de um sistema elementar de equações, tornando-o o primeiro a propor uma definição matemática do equilíbrio e o precursor de Léon Walras (p. 209 e 292).

A importância de Isnard para Léon é atestada quando Jaffé (1969) aponta que há “evidências suficientes para indicar que Isnard não foi meramente “um precursor de Léon Walras”, mas, na verdade “um progenitor direto do modelo walrasiano de equilíbrio geral.”<sup>22</sup> (p. 56). O *magnum*

<sup>18</sup> No original: “*Valeurs et monnaies*”.

<sup>19</sup> Em sua obra *De la Nature de la richesse et de l'origine de la valeur (Sobre a natureza da riqueza e a origem do valor)* (1831), em sua explicação sobre a causa do valor a partir da *rareté*, Auguste Walras afirma: “A doutrina de Burlamaqui, que é a minha (...)” (Tradução nossa. No original: “*La doctrine de Burlamaqui, qui est la mienne (...)*”) (p. 220). Em *Elementos de Economia Política Pura* (1926), em trecho sobre a origem do valor, Léon Walras coloca: “Há, na ciência, três soluções principais do problema da origem do valor. (...) a terceira, que é a boa, é a de Burlamaqui e de meu pai, A. -A. Walras: ela encontra a origem do valor na *rareté*. (Tradução nossa. No original: “*Il y a, dans la science, trois solutions principales du problème de l'origine de la valeur. (...) la troisième, qui est la bonne, est celle de Burlamaqui et de mon père, A. -A. Walras : elle met l'origine de la valeur dans la rareté.*”.

<sup>20</sup> Tradução nossa. No original: *Eléments du droit naturel*.

<sup>21</sup> Tradução nossa. No original: *De officio hominis et civis*.

<sup>22</sup> Tradução nossa. No original: “I believe I have evidence enough to indicate that Isnard was not merely “a precursor of Leon Walras,” but actually a direct progenitor of the Walrasian general equilibrium model.”.

*opus* de Isnard, *Tratado sobre as riquezas*<sup>23</sup>, conteria indícios surpreendentes de aspectos estruturais do modelo. Os fatos de Léon ter conhecido o trabalho de Isnard desde o início de sua carreira e de *Tratado* constar em sua biblioteca pessoal trazem à tona a hipótese jaffeana de influência direta.<sup>24</sup>

Embora não tenha sido um economista político, outro autor francês importantíssimo para a formação do pensamento walrasiano foi Louis Poinot. Louis Poinot foi um grande matemático do século XIX, membro da Academia de Ciências e professor da *École Polytechnique*, que publicou em 1803 o livro *Elementos de estática*<sup>25</sup>, um tratado de mecânica clássica voltado para a estática, incluindo a mecânica celestial, apresentado na forma de sistemas de equações simultâneas.

Conforme Jaffé (1968) expõe, *Elementos de estática* foi “A real *fons et origo* da formulação multiequacional do equilíbrio geral de Walras”<sup>26</sup> (p. 132). Esse livro, que Léon leu pela primeira vez aos dezenove anos e manteve consigo pelo resto da vida, tornou-se a fonte de seu entusiasmo pela economia matemática. O economista de Lausanne imitou e adaptou o modelo de Poinot para sua representação do equilíbrio geral, sendo possível encontrar já no matemático francês todo o aparato formal empregado por Léon em *Elementos de Economia Política Pura* (Jaffé, 1968; Jaffé, 1971).

Na verdade, é possível constatar a presença de Poinot desde os primeiros escritos econômicos de Léon. De acordo com De Paula (2002), em *A economia política e a justiça*<sup>27</sup>, de 1860, há uma referência ao conceito de força em *Elementos de estática*, sendo o emprego do conceito de utilidade na obra de Walras análogo ao de força em Poinot.

Além da tradição liberal francesa em economia política desenvolvida no século XVIII e início do século XIX que influenciou Auguste, e conseqüentemente Léon, é importante mencionar também o papel dos socialistas franceses, mais especificamente dos saint-simoneanos, no processo de formação do pensamento de Walras pai e Walras filho. Como Dockès (1996) traz

<sup>23</sup> Tradução nossa. Título original: *Traité des richesses*.

<sup>24</sup> Aqui, basta essa menção a importância de Isnard para Léon, mas Jaffé desenvolve com detalhes sua hipótese historiográfica da influência direta no artigo “A. N. Isnard, Progenitor of the Walrasian General Equilibrium Model” (1969).

<sup>25</sup> Tradução nossa. Título original: *Éléments de statique*.

<sup>26</sup> Tradução nossa. No original: “The true *fons et origo* of Walras' multiequational formulation of general equilibrium was Louis Poinot's once famous textbook in pure mechanics, *Elements de statique* (1803) (...)”.

<sup>27</sup> Tradução nossa. No original: *L'économie politique et la justice*.

sobre Auguste: “(...) ele estava também (...) interessado nas ideias saint-simoneanas e influenciado pela corrente socialista que se desenvolvia.”<sup>28</sup> (p. 3).

Auguste e Léon tiveram seu contato inicial com a economia política sob a influência dos saint-simoneanos (Jaffé, 1971). Léon reconhece a doutrina de Saint-Simon como uma das variedades de socialismo, ao lado do socialismo de Fourier, do comunismo de Louis Blanc, das antinomias de Proudhon e do caos político do anarquismo (Walras, 1896, p. 6); o saint-simonismo seria, contudo, uma forma de socialismo conciliável com o liberalismo. O compromisso de Léon com as associações cooperativas demonstra seu interesse no princípio da associação saint-simoneana, e seu trabalho em economia política pura nunca o levaram a renegar suas amizades saint-simoneanas nem seus acordos com essa doutrina (Jacoud; Potier, 2020), pelo contrário, assumindo, já no final de sua vida, em 1901, que “pegou algo emprestado” dos saint-simoneanos, apesar de nunca ter se considerado um saint-simoneano<sup>29</sup> (Walras apud Jaffé, 1965). Para Léon e Auguste, a abordagem saint-simoneana da reforma social era não-científica (Jaffé, 1971). De acordo com Jolink (1996), o “algo emprestado” que Walras teria pegado emprestado dos saint-simoneanos estaria nas áreas da história e de sua economia social (p. 51).

### 1.3. Marginalismo

Conforme Silvant (2024), a emergência na Europa das ideias marginalistas em economia política teve Walras como protagonista, porém, evidentemente, trata-se de um processo que vai além dele.

Na história do pensamento econômico, o termo “marginalismo” é frequentemente utilizado para se referir a uma “revolução marginalista”, que seria um movimento, uma mudança, que se deu no interior da economia política a partir da década de 1870, sobretudo entre os anos de 1871 e 1874, em virtude das publicações das obras *A Teoria da Economia Política*<sup>30</sup> (1871), do inglês

<sup>28</sup> Tradução nossa. No original: “(...) *il était aussi (...) intéressé par les idées saint-simoniennes et influencé par le courant socialiste qui se développe alors.*”.

<sup>29</sup> O trecho completo da carta é o seguinte: “A morte de Henri Fouquier nesses dias me trouxe de volta uma lembrança um pouco diferente da nossa: a de uma noite passada na casa de Georges Le Roy, sobrinho de Mme Du Camps, na rue des Mathurins, onde Roy, Ch. Habenack e Fouquier iriam converter Thulié, você e eu ao saint-simonismo, e da qual saímos sãos e salvos, embora sem afirmar que eu não tenha tomado algo emprestado dos saint-simonianos.” (Tradução nossa. No original: “*Le mort de Henri Fouquier me rappelait ces jours-ci un souvenir de la nôtre assez différent: celui d’une soirée passée chez Georges Le Roy, le neveu de Mme Du Camps, rue des Mathurins, où Roy, Ch. Habenack et Fouquier devaient nous convertir, Thulié, toi et moi, au St. Simonisme et d’où nous sortîmes sains et saufs, mais sans prétendre pourtant que je n’ai rien emprunté, pour ma part, aux Saint-Simoniens*”).

<sup>30</sup> Título original: *The Theory of Political Economy*.

Stanley Jevons, *Princípios de Economia Política*<sup>31</sup> (1871), do austríaco Carl Menger, e *Elementos de Economia Política Pura*<sup>32</sup> (1874), de nosso Léon Walras.

Como coloca Blaug (1968), a novidade comum que essas obras trariam seria a explicação dos preços relativos a partir das satisfações subjetivas, que teria levado à substituição da teoria do valor trabalho pela teoria da utilidade marginal (p. 407). A identificação do pensamento desses três autores como constituintes de uma “revolução marginalista” é, no entanto, controversa, por dois motivos principais: primeiro, porque, apesar de ser possível encontrar alguns pontos em comum entre as três obras, os autores resguardam importantes diferenças entre si e, segundo, porque é contestável a classificação da publicação e recepção das ideias desses autores como revolucionária. Os dois motivos serão analisados na sequência.

No caso de Walras, uma teoria de utilidade marginal nunca foi a prioridade nem o ponto de partida; pelo contrário, tratou-se de um componente de uma estrutura mais ampla que ele ambicionava: a teoria do equilíbrio geral. Schumpeter (1954), dessa forma, estaria equivocado ao dizer que “a análise do esquema de Walras ao mesmo tempo revela o fato de que a utilidade marginal foi a escada que Walras usou para chegar ao nível de seu sistema de equilíbrio geral.”<sup>33</sup> (p. 885), pois o processo teria sido justamente o contrário, Walras somente teria chegado ao conceito de utilidade marginal após ter claramente concebida a ideia de uma teoria matemática de um sistema de mercados interrelacionados (Jaffé, 1976).

A concepção da ideia de um sistema de equilíbrio geral para Léon adviria, primeiramente, de sua já mencionada influência da tradição francesa de economia política (nesse caso, principalmente Quesnay, Turgot, Condillac e Say) e da economia política britânica (Adam Smith e Ricardo) e, em um segundo momento, para expressar esse sistema em termos matemáticos, de Isnard, Cournot e Poinot. Em nenhuma dessas importantes influências, contudo, haveria qualquer indício de teoria de utilidade marginal do valor (Ibid.).

O incentivo de Léon para buscar algo no sentido de uma teoria de utilidade marginal do valor teria vindo de seu pai. Auguste tentou provar, sem sucesso, que sua *rareté* seria a causa do valor. Para além do senso de dever de resolver um problema herdado do pai, Walras filho tinha outra motivação: a procura do componente que ainda faltava para que, finalmente, sua estrutura de

<sup>31</sup> Título original: *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*.

<sup>32</sup> Título original: *Elements d'Economie Politique Pure*. Obs.: como é apontado neste trabalho, em 1874 é publicado somente a primeira parte da obra de Walras, a segunda seria publicada em 1877.

<sup>33</sup> Tradução nossa. No original: “(...) *analysis of Walras' schema at the same time discloses the fact that marginal utility was the ladder by which Walras climbed to the level of his general-equilibrium system*.”.

determinação de preços em equilíbrio pudesse funcionar. Sua descoberta, com o auxílio do engenheiro suíço Paul Piccard, da utilidade marginal e de sua aplicação para a teoria do valor na troca, solucionou seus dois problemas de uma só vez: o problema do valor, herdado de seu pai, e o problema do funcionamento de sua estrutura de equilíbrio (Ibid.). Mesmo assim, Jaffé enfatiza: “o que Léon Walras estava buscando era a conclusão de seu modelo de mercado competitivo, e não a elaboração de uma teoria subjetiva do valor no consumo.”<sup>34</sup> (p. 315).

Na décima sexta lição de seu *Elementos*, após criticar as doutrinas inglesa e francesa do valor,<sup>35</sup> Walras apresenta a doutrina que, segundo ele, é a correta: a doutrina da *rareté*, de Burlamaqui e de seu pai. Sua explicação dessa doutrina é, no entanto, confusa, pois, primeiro, o autor cita a explanação de Burlamaqui (que seria a mesma de Auguste) e, em seguida, identifica essa doutrina como sendo a mesma de Hermann-Henri Gossen, de Stanley Jevons e de Carl Menger (Walras, 1926, p. 164 – 172). Ora, a *rareté* de Auguste não corresponde à teoria da utilidade marginal de Gossen, Jevons e Menger, são elaborações distintas. Aliás, como já foi mencionado aqui, nem mesmo a *rareté* de Léon é a mesma de seu pai.

Bousquet (1958) chama atenção para um procedimento frequente de Léon em relação ao pai: o uso de uma mesma palavra para designar coisas diferentes, levando o leitor a crer que não há diferença em relação ao que é tratado. É exatamente o que ocorre aqui. De todos os termos herdados do pai, o mais infeliz seria justamente o da *rareté*, visto que em Auguste seu sentido é nebuloso, enquanto em Léon adquire a precisão da derivada da utilidade em relação à quantidade (Jaffé, 1935).

A *rareté* propriamente walrasiana (entenda-se, do Walras filho, de Léon) aparece na oitava lição de *Elementos*, contida na segunda seção, em que é abordada a troca simples, a troca de duas mercadorias entre si. Léon coloca que o valor de troca é produzido no mercado, que é “o lugar onde se trocam as mercadorias”, logo o valor de troca é produzido no próprio processo dinâmico da troca sob o regime da concorrência (Walras, 1926, p. 44). A causa da troca, por sua vez, reside na utilidade ou necessidade dos agentes envolvidos: dadas suas considerações de necessidades, a troca só ocorrerá se os agentes julgarem que o objeto a ser adquirido é mais útil

---

<sup>34</sup> Tradução nossa. No original: “what Léon Walras was after was the completion of his competitive market model, and not the elaboration of a theory of subjective valuation in consumption”.

<sup>35</sup> A doutrina inglesa a que o autor se refere é a teoria do valor-trabalho, de Adam Smith, David Ricardo e MacCulloch; ela estaria errada por ser muito restrita, não reconhecendo valor em coisas que realmente o têm. A doutrina francesa seria a teoria que atribui o valor a utilidade, seria representada por Jean-Baptiste Say e Condillac; essa doutrina seria muito ampla, reconhecendo o valor em coisas que não o têm (Walras, 1926, p. 164).

do que o objeto a ser alienado. A *rareté* então surge como forma de expressar matematicamente essas necessidades ou utilidades, atribuindo um caráter mais “rigoroso e científico” (p. 72 – 3).

A *rareté* é definida como “a intensidade da última necessidade satisfeita<sup>36</sup> por uma quantidade consumida de mercadoria” e essas “intensidades de utilidades são decrescentes, desde a intensidade da primeira unidade ou fração de unidade consumida.”. A *rareté*, portanto, “cresce quando a quantidade possuída decresce, e reciprocamente.”<sup>37</sup> (Ibid., p. 75 - 6). Para conduzir sua explicação, Walras se apoia no seguinte gráfico:

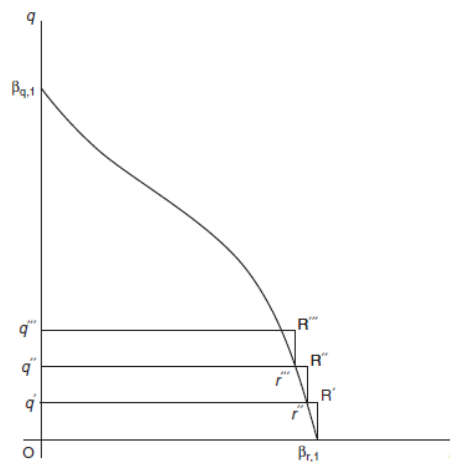


Gráfico 1 (Walras, 1926, Fig. 3, p. I)

No gráfico, o eixo das ordenadas,  $q$ , representa a quantidade consumida e é chamado de eixo das quantidades, o eixo das abscissas,  $r$ , representa a *rareté* e é chamado de eixo da *rareté*. A curva  $\beta_{q,1} \beta_{r,1}$  é a curva de utilidade (ou de necessidade) de uma dada mercadoria para um determinado indivíduo (Ibid., p. 74 – 6).

Em Jevons ([1911] 1983), a teoria da utilidade marginal aparece no terceiro capítulo de *A Teoria*. Primeiro, o autor define utilidade como qualidade abstrata de determinado objeto apropriado para nossos fins e, em seguida, distingue entre suas duas dimensões: a utilidade total e o grau de utilidade. A dimensão que lhe interessa é, sobretudo, a segunda (p. 47 e 51 – 3). Assim como Walras, ele também lança mão de um gráfico cartesiano para conduzir sua explicação (Gráfico 2, na página seguinte).

<sup>36</sup> “Necessidade satisfeita” é sinônimo aqui de utilidade obtida.

<sup>37</sup> Traduções nossa. No original: “l’intensité du dernier besoin satisfait par une quantité consommée de marchandise”, “la rareté croît quand la quantité possédée décroît, et réciproquement” e “l’intensité de la première unité ou fraction d’unité jusqu’à l’intensité de la dernière unité ou fraction d’unité consommée”.

No gráfico jevoniano, o eixo das abscissas,  $x$ , representa a quantidade do bem consumido ( $x$ ), a área sob o gráfico representa a utilidade total e a linha (a função) representa o grau de utilidade, cujo valor se expressa no eixo das ordenadas,  $y$ . Para a teoria econômica, o que interessa é o último acréscimo infinitesimal à quantidade consumida, que Jevons denomina de “grau final de utilidade”. O grau final de utilidade do bem em questão consiste na derivada de  $u$  em relação a  $x$ , isto é, na taxa (ou grau) variação na utilidade diante de uma variação infinitesimal na quantidade.

Como se percebe pelo gráfico, aqui o grau final de utilidade tende a zero à medida em que a quantidade aumenta – a utilidade marginal é decrescente.

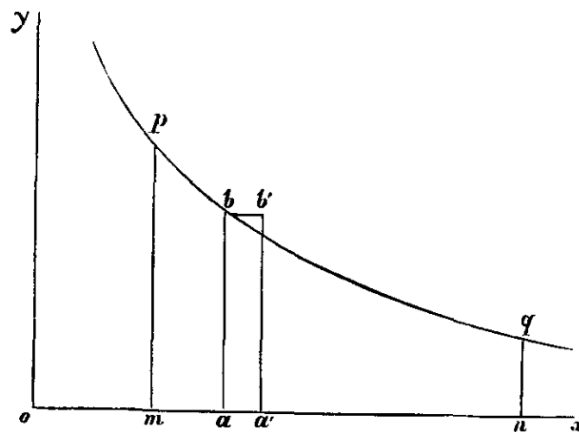


Gráfico 2 (Jevons, 1983, Figura 4, p. 52)

Já Menger ([1871] 1983), desenvolve a teoria da utilidade marginal no terceiro capítulo de *Princípios*, partindo da “Doutrina sobre o Valor”. O valor seria a propriedade adquirida pelos bens<sup>38</sup> econômicos, isto significa, os bens cuja demanda supera a oferta, e seria composto por dois fatores, um subjetivo e um objetivo (p. 283 – 4). Diferentemente de Léon e Jevons, Menger não utiliza um gráfico cartesiano para ilustrar sua explicação, mas apresenta a seguinte tabela<sup>39</sup> (Tabela 1) para esclarecê-la:

<sup>38</sup> “Bem” para Menger é um conceito definido no primeiro capítulo. Em suma, seriam as coisas capazes de efetivamente satisfazer as necessidades humanas – as coisas que têm utilidade (Menger, [1871]1983, p. 243 – 4).

<sup>39</sup> A tabela original, apresentada por Menger em *Princípios*, não conta com a coluna mais à esquerda, enumerada de 1 a 10, denominada “Quantidades disponíveis”, nem com a denominação “Necessidades” para as colunas de I a X, porém, optou-se por usar essa neste trabalho para facilitar seu entendimento e interpretação.

Quantidades disponíveis	Necessidades									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
1	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
2	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
3	8	7	6	5	4	3	2	1	0	
4	7	6	5	4	3	2	1	0		
5	6	5	4	3	2	1	0			
6	5	4	3	2	1	0				
7	4	3	2	1	0					
8	3	2	1	0						
9	2	1	0							
10	1	0								
11	0									

Tabela 1 (Elaboração própria com base na tabela presente em Menger, 1983, p. 291)

Na tabela, como é indicado, a coluna mais à esquerda representa as quantidades disponíveis de determinado bem. As dez colunas enumeradas de I a X representam, cada uma, uma escala de necessidade a ser satisfeita por seu respectivo bem, cuja quantidade varia de acordo com a coluna mais à esquerda. A numeração de 0 a 10 representa os graus de importância atribuídos por certo indivíduo à satisfação de sua necessidade determinada (Ibid., p. 290 – 1).

Dessa forma, uma primeira unidade do bem que satisfaz à necessidade representada na escala I tem uma importância 10, já a segunda unidade desse mesmo bem tem uma importância 9 e assim sucessivamente, em ordem decrescente, até a décima primeira unidade, à qual o indivíduo seria indiferente, atribuindo uma importância 0. Embora a primeira unidade do bem correspondente à necessidade da escala I seja da maior importância para o indivíduo, atingindo o máximo da escala (10), à medida em que essa necessidade é satisfeita, elevando seu grau de plenitude, a unidade adicional do bem torna-se menos importante, de tal maneira que é mais importante para ele uma primeira unidade do bem correspondente à satisfação da necessidade da escala II, que tem importância 9, do que a terceira unidade de I, que tem importância 8. Está, assim, apresentada a ideia de utilidade marginal decrescente à maneira de Menger.

Como se percebe, a ideia da utilidade marginal nos três autores é essencialmente a mesma. Porém, apesar de essa ideia ser importante no pensamento de todos - ainda que importante em diferentes medidas -, suas abordagens se diferenciam para além de suas exposições e explicações acima evidentes.

Diferentemente de Walras, Jevons não usa a teoria da utilidade marginal para derivar funções de demanda e de oferta e a partir daí determinar preços de equilíbrio em um sistema de mercado competitivo; na verdade, sequer há análise da determinação das condições gerais de equilíbrio no pensamento do inglês. Ao contrário da obra de Léon, em *A Teoria* o desenvolvimento da

teoria da utilidade marginal é importante por si só. Seu ponto de partida é o cálculo felicífico de Bentham, buscando transformar o utilitarismo em uma ciência exata, o que serviria para propor uma nova teoria do valor de troca (Jaffé, 1976).

Sobre a diferença entre sua abordagem e a de Jevons, Walras coloca:

“O Sr. Jevons se concentrou em fazer a exposição geral e filosófica do novo método e apresentou as bases de sua aplicação às teorias da troca, do *trabalho*, da *renda* e do *capital*. Já eu, me esforcei especialmente, neste meio-volume, para expor de maneira aprofundada a *teoria matemática da troca*”<sup>40</sup> (Walras, 1926, p. VI)

Porém, Sampaio (2019) faz uma ressalva:

“Por mais que seja quase irresistível a tentação de colocar Jevons como formulador de princípios gerais e Walras como um continuador desta ciência a partir deste princípios, é necessário salientar que a ordem efetiva dos fatores foi bem mais contingente e menos linear que este arranjo (...) esta convergência é contingente, ocasional e a princípio desarticulada” (p. 62 – 3).

Menger, por sua vez, seria o mais divergente dentre os três marginalistas. Streissler (1973) inclusive questiona a identificação do austríaco como marginalista, devido à ausência, em seus trabalhos, de preocupação com o problema da maximização, que seria, segundo ele, a essência do marginalismo. Tal qual Walras, o desenvolvimento da teoria da utilidade marginal para Menger também não seria importante por si só, não seria nem mesmo central para seu projeto teórico. Se em Jevons se percebe a falta de uma análise da determinação das condições gerais de equilíbrio, em Menger tal percepção é mais flagrante ainda, já que ele era avesso à própria ideia de se pensar a economia em termos de equilíbrio (Ibid.).

O que chama atenção diante da mais breve análise dos escritos dos três economistas políticos é o contraste entre o livro de Menger e os livros de Jevons e de Walras em relação à presença de linguagem matemática. Enquanto as obras dos dois últimos são recheadas de equações, operações algébricas e gráficos cartesianos, a do primeiro simplesmente não contém linguagem matemática.<sup>41</sup> E isso não é por acaso. Menger tinha como princípio não usar a matemática para tratar de questões econômicas e essa ausência de matemática em seu trabalho não é senão

<sup>40</sup> Tradução nossa. No original: “M. Jevons s’est surtout attaché à faire l’exposition générale et philosophique de la méthode nouvelle, et à poser les bases de son application à la théorie de l’échange et à celles du travail, de la rende et du capital. Pour moi, je me suis spécialement efforcé, dans le présent demi-volume, d’exposer d’une manière approfondie la théorie mathématique de l’échange.”

<sup>41</sup> A não ser pela presença das tabelas numéricas, se é que isso pode ser considerado linguagem matemática.

reflexo de sua concepção peculiar, frente aos seus dois colegas, sobre como a economia devia ser entendida (Jaffé, 1976).<sup>42</sup>

Sob uma análise mais atenta, outros aspectos divergentes no método do austríaco aparecem, como, por exemplo, seu tratamento mais cuidadoso e profundo da estrutura de desejos dos indivíduos em relação à suas atribuições de valor aos bens no mercado (Ibid.). Ou, ainda, sua crítica a referidos autores ingleses e franceses que vinham descartando o conceito de “valor de uso” e substituindo-o pelo de “utilidade” (Menger, 1983, p. 286), em um contexto de exploração da natureza do valor. O que, para ele, seria um erro é precisamente o que faz Jevons em *A Teoria*, ao considerar o termo “utilidade total” como o termo científico para “valor de uso” (Jevons, 1983, p. 69). Walras, por seu turno, nem ao menos se dá ao trabalho de discutir tal questão, simplesmente emprega o termo “utilidade” sem maiores justificativas.

Apesar disso, é digna de nota a participação de Menger no *Methodenstreit*, ou Disputa dos Métodos, um episódio marcante e memorável na história do pensamento econômico, em que o austríaco cerrou fileiras ao lado de seus colegas inglês e francês nas disputas intelectuais da época. A pretensão de Menger com a publicação de seu *Princípios* passava pela refundação da economia política como uma disciplina de teoria pura, o que confrontava as concepções da escola clássica, porém, simultaneamente, também era uma afronta à economia política que prevalecia no mundo germanófono da época. Essa tradição de economia política ficou conhecida como Escola Histórica Alemã, seu grande representante, o que confrontou Carl Menger, chama-se Gustav Schmoller. Ele defendia uma abordagem histórica, interdisciplinar e fortemente empírica para lidar com os fenômenos econômicos, em vez de um arcabouço teórico abstrato - percebe-se assim que essa escola era crítica tanto à escola clássica quanto ao marginalismo emergente. Menger, dessa forma, teria que batalhar em duas frentes diferentes, contra a escola clássica e contra a Escola Histórica Alemã. O *Methodenstreit* eclodiu em 1883, com a publicação por Menger de “Estudos sobre o método das ciências sociais e da economia política em particular”<sup>43</sup>, trabalho no qual o marginalista argumenta que a economia política deve ser livre de valores (*wertfrei*) e que só pode lidar cientificamente com o comportamento de agentes individuais, não sendo apropriada a abordagem de agregados. Schmoller respondeu

---

<sup>42</sup> Sobre esse aspecto da obra de Menger, Walras disse: “(...) ele e os autores que o seguiram (...) parecem-me privar-se de um recurso precioso e mesmo indispensável recusando-se a empregar francamente o método e a linguagem matemáticas num assunto essencialmente matemático.” (Walras, 1996, p. 153). Jevons também é convicto em sua defesa do uso da matemática: “É claro que, se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática.” (Jevons, 1983, p. 30).

<sup>43</sup> Tradução de Lídia Magyar. No original: *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere*.

publicando, no mesmo ano, “Sobre a Metodologia das Ciências Políticas e Sociais”<sup>44</sup>, em que critica a posição mengeriana considerando-a não uma superação, mas um aprofundamento do problema diagnosticado na economia política clássica, o método abstrato e dedutivo. Em 1884, Menger faz sua tréplica com o trabalho “Os Erros do Historicismo”<sup>45</sup>, no qual recapitula seus argumentos de seu trabalho de 1883 e dá fim à Disputa dos Métodos (Fine; Milonakis, 2009, p. 107 - 8) (Screpanti; Zamagni, 2005, p. 190 – 1).

É verdade que Walras e Jevons não participaram do *Methodenstreit*, porém é nítido que, em termos gerais, a posição defendida por Menger é a mesma pela qual os dois, à sua maneira, lutavam. Walras, por exemplo, chegou a criticar a posição dos economistas alemães e franceses que opunham o método dedutivo ao indutivo, a fim de desmerecer completamente o primeiro em prol do papel da história na ciência moral positiva. Léon argumenta que a escola histórica, em sua obsessão de atestar a historicidade das categorias econômicas, acaba dando razão ao método dedutivo, não ao indutivo; a recusa à dedução científica na economia política seria análoga ao caso de um engenheiro que, tendo que construir uma estrada de ferro, recusasse a mecânica teórica, estudando somente as tecnologias retrospectivas, como a embarcação a cavalo ou a carruagem, sendo essa uma posição conservadora (Walras, 1898, p. 467 – 8).

A questão posta por Jaffé (1976) é justamente sobre se o emprego da expressão “revolução marginalista” (ou qualquer outra que agrupe Menger, Jevons e Walras sob o rótulo do marginalismo) promoveria o apagamento das diferenças que a história já teria mostrado ser mais importante do que quaisquer semelhanças entre eles e destaca que, dos três, Walras foi o único que se consolidou como referência para os principais economistas (da época em que Jaffé escreveu seu artigo), sendo considerado o pai fundador da ortodoxia, ao contrário de Jevons e Menger, que teriam sido marginalizados com o tempo – ou talvez nunca tenham deixado de sê-lo completamente.

A preocupação do historiador norte-americano é justa e o fato de os pensamentos dos três economistas políticos terem tido pesos e consequências evidentemente distintos entre si ao longo da história só corrobora sua pertinência. Entretanto, é proposta aqui outra questão a partir dessa: se é importante diferenciar os autores em suas relevantes particularidades, não seria igualmente importante expressar o eventual movimento histórico do qual os três economistas

---

<sup>44</sup> Tradução de Lídia Magyar. No original: *Zur Methodologie der Staats und Sozialwissenschaften*.

<sup>45</sup> Tradução de Lídia Magyar. No original: *Die Irrtümer des Historismus*.

são alguns de seus protagonistas? Talvez deva-se tratar os três pensadores à luz de um processo histórico mais amplo, envolvendo as importantes mudanças da época na dinâmica capitalista e no pensamento social e humano, atentando-se a como as teorizações desses autores interagiram com essas mudanças, como foram inseridas nesse processo, e não se atendo à mera dicotomia diferença-semelhança pretendida por Jaffé. A análise mais ampla dos movimentos históricos nos permite ir além, compreendendo realmente a necessidade ou não de uma expressão que agrupe os pensadores para a identificação de um processo específico.

A identificação dos três autores em conjunto como protagonistas de uma “revolução marginalista” só ocorreu na historiografia anos após as publicações das referidas obras: a primeira referência a Menger, Jevons e Walras como precursores de uma “revolução marginalista” ocorreu, provavelmente, em 1911 na obra *History of Economic Thought: a critical account of the origin and development of the Economic theories of the leading thinkers in the leading nations*, de Lewis H. Haney. Contudo, Walras em seu tempo já constatava que ele, Jevons e Menger teriam logrado um grande feito no pensamento econômico. Em uma carta de 1898, Léon se considera um dos quatro fundadores da *economics*,<sup>46</sup> junto a Cournot, Gossen e Jevons (Walras apud Jaffé, p. 122). Conforme posto acima, na oitava lição de *Elementos*, Léon reconhece Gossen, Jevons, e Menger como seus pares e antecessores no desenvolvimento e promoção da teoria da utilidade marginal, contudo, esse reconhecimento só apareceu na segunda edição de *Elementos*, pois, coloca Walras, “se não citei na primeira edição, em 1874, as três obras aqui mencionadas, aparecidas anteriormente à minha, isso se deve a que eu ignorava inteiramente sua existência.” (Walras, 1996, p.153).<sup>47</sup> <sup>48</sup> Walras via, pois, o desenvolvimento da teoria da utilidade marginal como um diferencial de seu pensamento, que o enquadrava entre os principais nomes da economia política de sua época, mesmo que ele achasse que suas elaborações sobre equilíbrio geral o levassem além dos demais economistas.

---

<sup>46</sup> Optou-se por não traduzir o termo em inglês porque não sabemos exatamente qual seria a tradução mais adequada, já que não tivemos acesso ao escrito original em francês. Como é abordado neste trabalho, a diferenciação entre os termos “economia política”, “ciência econômica” e “*economics*” é relevante, porém autores anglófonos, incluindo Jaffé, historicamente não costumaram levar essa distinção em conta em suas traduções.

<sup>47</sup> De fato, Léon só tomou conhecimento do trabalho de Jevons no ano da publicação de *Elementos*, em 1874, o que o teria deixado chateado e com inveja, porém, a descoberta, em 1878, do fato de Gossen ter publicado sua ideia de utilidade marginal quase vinte anos antes o consolou (Jaffé, p. 26). O encontro com *A Teoria* de Jevons até mesmo explicaria a publicação em dois volumes de *Elementos*, uma vez que, temendo que trabalhos de outros autores sobre a utilidade marginal pudessem acabar sendo publicados antes do seu, Léon acelerou a publicação de sua obra, lançando o primeiro volume já em 1874, contendo seu desenvolvimento da ideia de utilidade marginal (Jaffé, p. 81). Jevons, por sua vez, foi quem introduziu *Elementos* para os economistas políticos ingleses, sempre rendendo elogios ao trabalho walrasiano (Jaffé, p. 89).

<sup>48</sup> Alfred Marshall foi outro economista político que também reivindicou o desenvolvimento da teoria da utilidade marginal antes da publicação de Jevons, Menger e Walras, apesar de não haver publicado (Jaffé p. 31).

O fato de Menger, Jevons e Walras não terem tido conhecimento do trabalho um do outro nem trocado correspondências até a década de 1870 não é de menor importância. O desenvolvimento simultâneo de teorias da utilidade marginal basicamente idênticas por autores de três países distintos certamente indica que as condições para esses desenvolvimentos teóricos ultrapassavam tanto as contingências da individualidade de cada autor quanto as fronteiras nacionais.

Sampaio (2019) constata que entre os anos de 1850 e 1870 “o solo da Economia Política se encontra tão incerto que é quase impossível uma delimitação de seu objeto que não recorra a uma aglomeração de temas tratados em Economia desde o século XVIII.”, havendo uma “conjuntura turbulenta das bases deste saber.”, de tal modo que “a desarticulação dos discursos da Economia Política findou por dar abertura para que a novidade dos marginalistas pudesse ser pensada” (p. 56). Já Deane (1978, p. 100 - 1) fala em uma crise metodológica na economia política nos anos 1870 e 1880. Tais constatações de turbulência e desarticulação na economia política na segunda metade do século XIX coincidem com as de Walras e Jevons para o mesmo período.<sup>49</sup>

Menger, Jevons e Walras teriam assim, cada um, se esforçado para apresentar uma nova forma de pensamento econômico. Nesse contexto, Sampaio (2019) fala em uma pretensão fundadora, ou refundadora, dos autores (56 – 63). Essa pretensão é mais evidente em Jevons (1886), em trechos como o da seguinte carta de 1860: “(...) nos últimos meses eu felizmente descobri o que, sem dúvidas, é a verdadeira Teoria da Economia, tão completa e consistente que agora eu não posso mais ler outros livros sobre o tema sem me indignar”<sup>50</sup> (p. 151) ou em *A Teoria*, quando ele diz que teria descoberto, de forma inédita, a verdadeira origem do valor (Jevons, 1883, p. 29). O prólogo de *Princípios* revela a ambição de Menger (1883) ao dizer sobre “a reforma que aqui tentamos dos princípios supremos da Economia Política (...)” (p. 241). E em Walras (1926) manifesta-se logo no início do prefácio de *Elementos*: “(...) a publicação de um tratado elementar de economia política e social distribuído segundo um novo plano, elaborado de

---

<sup>49</sup> Sobre o diagnóstico de Walras, ver o segundo capítulo deste trabalho, a parte em que é analisada a primeira lição de *Estudos de Economia Social*. Sobre o de Jevons, ver seu artigo “The Future of Political Economy” (1876).

<sup>50</sup> Tradução nossa. No original: “(...) in the last few months I have fortunately struck out what I have no doubt in the true Theory of Economy, so thorough-going and consistent, that I cannot now read other books on the subject without indignation.”

acordo com um método original, assim como suas conclusões, eu devo dizer, também serão diferentes, em certos aspectos, das da ciência atual.”<sup>51</sup> (p. V).

Sampaio (2019) chama o complexo de eventos inaugurado pelas publicações dos três economistas nos anos 1870 de “momento marginalista”, caracterizado pela fundação de uma nova forma de se pensar a economia política; as novidades emergentes nesse momento seriam precisamente a teoria da utilidade marginal e a teoria do equilíbrio geral. O momento marginalista não seria resumido à publicação das obras, mas envolveria também o processo de recepção e proliferação das ideias ali contidas nos anos posteriores, caracterizando-se como um marco de separação entre a economia política e a ciência econômica (p. 48 e 63). No entanto, tal momento não poderia ser identificado como uma revolução, seria antes “o aparecimento contingente de um novo modo de pensar a Economia.” (p. 63).

Deane (1978) pensa o processo nos termos de uma “revolução marginalista”. Apesar das importantes divergências ideológicas e metodológicas entre os autores do marginalismo, uma revolução não implicaria, necessariamente, que todos seus agentes sejam formados da mesma maneira e que é fato que Mengar, Jevons e Walras marcaram o início de um grande processo de mudança na disciplina. Sob uma perspectiva kuhiana, a historiadora classifica o processo de mudança como uma “revolução intelectual”. Essa revolução consistiria em uma mudança de paradigma, cujo ponto nevrálgico seria a aplicação da análise marginal - que não passaria de uma explicação detalhada da teoria da maximização (Boulding, 1958, p. 34 – 5) -, mudando a orientação do problema econômico e de suas tendências filosóficas e ideológicas associadas. Diferentemente da economia política que vigorava até então, o foco da análise marginal passou a ser o mercado e os economistas que se tornavam adeptos dessa análise passaram cada vez mais a se confinar exclusivamente no estudo dos processos de mercado (Deane, 1978, p. 97 – 100).

Dean faz uma analogia entre a ascensão do novo paradigma na economia política no contexto da revolução marginalista e as razões que, segundo Kuhn, levariam a uma mudança de paradigma nas ciências naturais: a crise metodológica, a capacidade do novo paradigma de resolver os problemas que levaram a essa crise e sua precisão quantitativa superior. De acordo com a autora, todas essas razões estariam presentes na mudança de paradigma para a análise

---

<sup>51</sup> Tradução nossa. No original: “(...) la publication d’un traité élémentaire d’économie politique et sociale distribué suivant un plan nouveau, élaboré d’après une méthode originale, et dont les conclusions, je dois le dire, différeront aussi, sur certains points, de celles de la science actuelle.”

marginal na economia política do século XIX, porém, haveria uma diferença crucial entre o caso das ciências naturais e o da economia política, já que as ciências sociais estariam muito mais vinculadas às questões políticas do que as ciências naturais. Assim sendo, a principal razão para o triunfo marginalista e neoclássico seriam as implicações ideológicas. Jargões como “competição perfeita”, “racionalidade” e “alocação ótima dos recursos” teriam servido para dar legitimidade científica ao *status quo*, que dependia da ideia de harmonia e individualismo econômico. Questões da economia política até então, como bem-estar, distribuição de renda, crescimento e desenvolvimento foram, aos poucos, sendo excluídas do âmbito da disciplina (Ibid., p. 100 – 1 e 109).

Screpanti e Zamagni (2005) também falam em “revolução marginalista” iniciada com a publicação das obras de Menger, Jevons e Walras na década de 1870, mas que só teria realmente se deflagrado na década de 1880 e 1890, sendo caracterizada pelo estabelecimento do sistema teórico neoclássico. Esse sistema teria imposto um padrão de ciência e de linguagem à economia política (que a essa altura já deixava de ser política). Os autores então examinam a adequação do emprego do termo “revolução” para se referir ao processo. O próprio nome “neoclássico” já sugeriria uma continuidade em relação ao sistema teórico “clássico”, sinalizando, portanto, a inexistência de uma revolução. Entretanto, é preciso cautela. A identificação de um sistema teórico “clássico” teria sido feita por Marx, de forma muito rigorosa, para se referir, principalmente, às teorizações de Smith e Ricardo (apesar de encontrar suas origens em Petty e Boisguillebert), enquanto a identificação de um sistema teórico “neoclássico” viria do economista Thorstein Veblen, em alusão ao trabalho de Marshall,<sup>52</sup> não tendo relação com o sentido da classificação marxiana (p. 167 – 8).

Haveria tanto uma continuidade quanto uma revolução dos marginalistas em relação a seus predecessores: haveria continuidade no sentido de que as ideias dos marginalistas podem ser consideradas desenvolvimentos das ideias de economistas que vieram antes, como Say, Cournot, Bastiat, Smith, Mill, Gossen e Galiani, dentre outros<sup>53</sup>; contudo, o sistema teórico desses economistas precedentes ter-se-ia desenvolvido sob o dualismo smithiano, que preservava tanto uma teoria da produção e distribuição baseada em classes sociais e uma teoria do valor baseada

<sup>52</sup> Logo depois, o uso do termo se expandiu para se referir a toda a ortodoxia moderna.

<sup>53</sup> “É honra de os primeiros economistas terem reconhecido, e é mérito nosso, economistas-matemáticos, termos demonstrado que a livre concorrência é, dentro de certos limites, um mecanismo autopropulsor e autorregulador para a produção de riqueza por seres humanos na sociedade (...)”. (Walras, 1898, p. 476). Tradução nossa. No original: “ce sera l'honneur des premiers économistes d'avoir reconnu et ce sera notre mérite, à nous autres économistes-mathématiciens, d'avoir démontré que la libre concurrence est, dans certains limites un mécanisme automoteur et autorégulateur de la production de la richesse par les hommes en société (...)”.

no trabalho quanto uma teoria de equilíbrio competitivo racional de escolhas individuais, dessa forma haveria revolução no sentido de que os marginalistas teriam rompido com esse dualismo, uma vez que descartaram a teoria da produção e distribuição baseada em classes sociais e a teoria do valor baseada no trabalho. As ideias anteriores em economia política que de alguma forma fundamentaram o desenvolvimento do marginalismo eram marginalizadas, não estavam integradas nas tradições que prevaleciam à época; a admiração e reconhecimento de Jevons e Walras por Senior e Gossen, dois economistas à época considerados heterodoxos ou dissidentes, demonstraria isso (Ibid., p. 168 - 9).

Assim, a revolução marginalista teria sido em certo sentido uma expressão oposta de uma “revolução ricardiana”: enquanto Ricardo buscou superar o dualismo smithiano desenvolvendo, a partir do arcabouço do próprio Smith, uma teoria da produção e distribuição baseada em classes sociais e uma teoria do valor baseada no trabalho, livrando-se da ideia de equilíbrio competitivo racional de escolhas individuais, os marginalistas teriam feito justamente o contrário. Em termos marxianos, enquanto Ricardo teria contribuído para desenvolver a economia política clássica, os marginalistas teriam contribuído para enterrá-la em prol do que Marx chamava de “economia vulgar”. A “economia vulgar” realmente não foi criada pelos marginalistas, mas eles teriam sido revolucionários ao alçá-la à condição de ortodoxia (Ibid., p. 169).

De Paula (1977), por sua vez, problematiza o emprego do termo “revolução” entendida como “transformação radical dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época”, pois não haveria à época dominância de qualquer sistema coerente e acabado em economia política, a não ser a coexistência de sistemas ecléticos. A chamada revolução marginalista consistiria então na sistematização de certas ideias, conceitos e problemas que vinham se desenvolvendo lentamente desde Condillac e Smith (Ibid., p. 39 – 40). Conseqüentemente, o autor prefere falar em contrarrevolução, em vez de revolução: “(...) o pensamento marginalista é certamente contra-revolução teórica, momento em que a burguesia abraça ideologia apologeta descartando da economia todos os traços que pudessem revelar a dominação do capital sobre o trabalho, o caráter eminentemente político-social das relações econômicas.” (p. 44).

Classificar o momento marginalista enquanto revolução evidentemente depende do que se entende por revolução. Do ponto de vista kuhniano e da história das ciências em sentido mais amplo, talvez o momento marginalista se aproxime de algo como uma revolução. Contudo,

como foi mostrado, esse processo de mudança intelectual não pode ser descolado das mudanças pelas quais a sociedade, o capitalismo e a política passavam e, do ponto de vista político, o momento marginalista certamente cumpriu um papel conservador, no sentido de legitimação da ordem e do poder vigente – pelo menos da ordem e poder que se consolidavam como global, isto é, a ordem liberal capitalista liderada por Inglaterra e França; sob essa perspectiva seria inadequado considerar esse processo como revolucionário, no máximo uma revolução conservadora. De qualquer forma, é incontestável que aconteceu uma mudança importante nos rumos da história do pensamento econômico a partir da segunda metade do século XIX e que Menger, Jevons e Walras foram protagonistas nesse processo, sendo necessária alguma forma de identificação. Pode-se fazer a ressalva de que outros autores talvez merecessem o reconhecimento de seu protagonismo no processo, ao lado dos três consagrados, como Gossen, Marshall, Böhm-Bawerk e Pareto, já que foram fundamentais para o desenvolvimento do que ficou historicamente conhecido como sistema teórico neoclássico e escola austríaca.

## **2. EM BUSCA DO SISTEMA WALRASIANO: A ECONOMIA POLÍTICA ENTRE A VERDADE, A ARTE E A MORAL**

Pode-se considerar um verdadeiro desafio a tentativa de tomar o pensamento walrasiano em todo seu conjunto e amplitude, dada a quantidade de escritos que esse autor nos legou e, principalmente, dada sua diversidade. É realmente uma questão se se pode falar em um sistema walrasiano unitário e coeso, com uma lógica própria que perpassasse toda a extensão de seus processos reflexivos; em suma, não é de forma alguma simples responder sobre a possibilidade de se falar em Um Walras ou se seria mais apropriado assumir uma clivagem ontológica fundamental entre as elaborações do mesmo homem, Léon Walras.

A questão fica mais complicada quando se percebe que o grande reconhecimento logrado por Walras ao longo da história se deveu quase que exclusivamente à sua obra magna, *Elementos de Economia Política Pura*, cuja temática principal é o desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral. Na seara acadêmica da economia não é diferente: as pesquisas que envolvem Walras costumam se concentrar nessa temática, havendo, no geral, pouca ou nenhuma preocupação em tratar seus outros escritos - muito menos em abordar sua obra em seu conjunto.

Para situar esse tópico, é conveniente trazer aqui a classificação, de Albert Jolink (1996, p. 1 - 3), das interpretações modernas da teoria walrasiana. De acordo com o autor, há quatro grandes grupos: i) os que consideram o conteúdo de *Elementos* a única teoria completa produzida pelo autor, preocupados somente com as contribuições de Léon para a economia moderna, simplesmente ignoram a existência de outros escritos e dedicam-se exclusivamente à análise detalhada da teoria do equilíbrio geral - esse grupo seria representado por Mark Blaug; ii) os que também se concentram em *Elementos*, porém justificam a exclusão da teoria walrasiana de economia social e de economia política aplicada por serem consideradas desinteressantes e pouco influentes para os economistas atuais - esse grupo seria representado por Schumpeter, Hicks, Patinkin e Morishima; iii) os que se concentram nas elaborações referentes à economia social de forma isolada, ignorando sua teoria de economia política pura, como se fossem o inverso do segundo grupo - seus representantes seriam Boson e Cirillo; iv) os que entendem como importante a abordagem de toda a teorização econômico-social do autor, tanto sua teoria de economia política pura, quanto suas teorias de economia social e economia política aplicada. William Jaffé e Donald Walker seriam os representantes desse grupo.

De fato, em sua obra mais conhecida, *Economic Theory in Retrospect*, na qual Blaug empreende uma exaustiva abordagem do pensamento econômico na história, partindo dos mercantilistas e fisiocratas, passando por diversos economistas até chegar ao pensamento keynesiano, as vinte páginas dedicadas a Walras se restringem a apresentação da teoria do equilíbrio geral. Sequer há referência a primeira parte de *Elementos*, muito menos a outra obra ou escrito além do *magnum opus* de Léon (Blaug, 1968, p. 762 – 82).

Schumpeter, por sua vez, confere a Walras, em seu clássico *História da Análise Econômica* (1954), um papel central, rendendo elogios e reconhecimento a Léon por suas contribuições ao estudo da economia. Entretanto, o autor coloca como infelizes as incursões de Walras na filosofia da justiça social, seu esquema de nacionalização das terras, seus projetos de gestão monetária e tudo que não se dissesse respeito a sua teoria pura. Nas palavras do próprio Schumpeter: “De qualquer forma, a homenagem acima deve ser entendida como referente somente a sua teoria pura”<sup>54</sup> (p. 795).<sup>55</sup>

John Hicks e Michio Morishima, em verdade, talvez sejam dois casos intermediários na classificação de Jolink; Hicks estando entre o primeiro e segundo grupo e Morishima entre o segundo e o quarto grupo. Hicks diz, brevemente, considerar desinteressantes os trabalhos de Léon sobre economia aplicada, valorizando somente sua economia pura, porém sequer faz menção às elaborações walrasianas em matéria de economia social (Hicks, 1934). Quanto a Morishima, em seu livro *Walras' Economics*, ele de fato não se debruça sobre o trabalho de Walras para além do que se encontra em *Elementos* e admite ignorar sua economia aplicada e sua economia social, assumindo que isso não seja um problema, contudo, aponta que o julgamento do valor total de sua economia pura só pode ocorrer levando-se em consideração o contexto mais amplo que ela ocupa no projeto walrasiano, que inclui sua economia política aplicada e sua economia social (Morishima, 1977, p. vii).

Além dos nomes citados por Jolink, é possível acrescentar ainda ao segundo grupo outro importante economista muito influenciado por Walras, Vilfredo Pareto. Para Pareto, o grande mérito de Walras teria sido o estabelecimento das equações de equilíbrio econômico, desprezando suas concepções a respeito do socialismo, das ideias humanitárias e, inclusive, suas elaborações sobre o valor em *Elementos* (Pareto, 1909, p. 242 – 7, 1935, p. 1468).

---

<sup>54</sup> Tradução nossa. No original: “In any case, the tribute above must be understood to refer to his pure theory alone”.

A caracterização da posição de Renato Cirillo como inversa a do segundo grupo parece adequada, mas talvez seja correto também notar sua proximidade ao quarto grupo. Cirillo lamenta a falta de atenção dada às ideias sociais de Walras por parte da maioria dos economistas e defende a importância do estudo dessas ideias na medida em que possam auxiliar na compreensão de sua teoria de economia pura (Cirillo, 1980). Apesar disso, o trabalho de Cirillo não se debruça sobre a economia política pura de Walras propriamente dita, concentrando-se em questões como a justiça social e o socialismo no pensamento de Léon.

William Jaffé certamente foi o primeiro intérprete a se debruçar de maneira abrangente e ao mesmo tempo meticulosa sobre a obra de Walras. No âmbito do amplo trabalho de Jaffé, encontram-se importantes pesquisas em relação aos antecedentes da teoria do equilíbrio geral, à teoria walrasiana da formação e acumulação de capital, à mensurabilidade cardinal da utilidade, à teoria do *tâtonnement*, à metodologia walrasiana, à importância de seus “princípios” (como da justiça e do interesse), à sua filosofia do direito natural, entre outras. Percebe-se, assim, a diversidade de tópicos do pensamento walrasiano abrangidos por Jaffé, incluindo a teoria do equilíbrio geral, porém extrapolando-a. Além disso, o historiador chegou a defender explicitamente a necessidade de se compreender as teorizações walrasianas em seu conjunto, rejeitando abordagens como as do primeiro, segundo e terceiro grupos da classificação proposta por Jolink. Inclusive, em seu artigo “Walras’s Economics As Others See It”, Jaffé (1980) critica nominalmente Morishima, Pareto, Hicks e Schumpeter por esse tratamento considerado por ele inadequado; enquanto em seu outro artigo “The Normative Bias of the Walrasian Model: Walras versus Gossen” (1977) explica a importância da ideia de justiça e da “filosofia” da ciência walrasiana para a adequada compreensão da teoria do equilíbrio geral.

Junto a Jaffé, Donald Walker certamente é outro autor corretamente incluído no quarto grupo por Jolink. No entanto, sua relação com William é curiosa no presente contexto. O artigo de Walker (1984) “Is Walras’s theory of general equilibrium a normative Scheme” é, entre outras coisas, uma crítica à interpretação jaffeana da teoria do equilíbrio geral. Walker critica Jaffé justamente por considerar inapropriada a importância que ele confere às elaborações walrasianas de *Estudos de Economia Social* para a compreensão da teoria do equilíbrio geral. Para Walker, a economia política pura de Léon seria mais independente do resto de sua obra do que Jaffé teria entendido. Apesar disso, Walker não despreza os outros âmbitos do pensamento de Walras, nem chega a defender uma clivagem - ou independência - absoluta no interior de suas produções. Aquela que é uma de suas principais obras sobre Léon Walras, *Walrasian Economics* (2006), evidencia o entendimento de Walker de que todos os âmbitos do pensamento

econômico e social de Walras têm sua relevância. A obra se inicia com o tratamento da visão e influências filosóficas de Walras, de sua metodologia e de sua visão social no sentido mais amplo, porém logo em seguida já trata da questão de identificação e descrição dos mecanismos do modelo de equilíbrio geral. Como o autor esclarece no prefácio: “Em *Walras's Market Models* (1996), eu considerei os detalhes técnicos de seus modelos econômicos de forma detalhada, mas algo a mais necessita de ser feito para se ter a visão completa de suas contribuições econômicas e um uso do conhecimento realmente produtivo.”<sup>56</sup> (p. ix). O “algo a mais” que necessita de ser feito seria justamente a extrapolação para outros ramos do pensamento walrasiano para além de sua economia política pura.

Além de Jaffé e Walker, seria possível acrescentar ao quarto grupo autores como Pierre Dockès e o próprio Albert Jolink. O trabalho de Dockès e Potier (2005) “Léon Walras et le statu de la concurrence: une étude a partir des Éléments d'économie politique pure” consiste, justamente, em uma análise do tópico da concorrência em *Elementos* à luz de outros trabalhos de Walras, envolvendo, sobretudo, sua economia política aplicada. Além disso, Dockès também é notável por seu livro *La société n'est pas un pique-nique* (1996), em que é feito um estudo minucioso de diversos aspectos da economia social walrasiana; já na introdução da obra, o autor chama atenção:

“Em primeiro lugar, um argumento dirigido aos walrasianos "puros", aqueles que apenas leram os "Elementos" e selecionaram peças relacionadas a ele em outras obras, o sistema walrasiano deve ser tomado globalmente e, portanto, para compreender os próprios elementos, ou pelo menos da forma como L. Walras os concebeu, o resto do trabalho é necessário.”<sup>57</sup> (p. 9).

Já Jolink, na própria obra referenciada acima, *The evolutionist economics of Léon Walras* (1996), se propõe a demonstrar que a teoria do equilíbrio geral se insere em uma concepção mais ampla de Walras, uma concepção evolucionista da sociedade, que aspira uma nova ordem econômica e social, baseada em suas visões políticas, filosóficas e metodológicas.

Interessa neste trabalho elaborar reflexões sobre a existência de algum nexo possível ou necessário entre as distintas teorizações walrasianas e entre suas diferentes obras, a partir da análise dos próprios escritos de Walras, sobretudo de sua trilogia teórica, representada em seus

---

<sup>56</sup> Tradução nossa. No original: “In *Walras's Market Models* (1996), I considered the technical details of his economic models in great detail, but something more must be done to achieve a fully rounded view of his economic contributions and a truly productive use of a knowledge.”

<sup>57</sup> Tradução nossa. No original: “D'abord, un argument tourné vers les walrasiens "purs", ceux qui n'ont lu que les "Éléments" et des morceaux choisis qui s'y rapportent dans d'autres ouvrages, le système walrasien est à prendre globalement et dès lors, pour comprendre les Éléments eux-mêmes, ou du moins la façon dont L. Walras le concevaient, le rest de l'œuvre est nécessaire.”

três livros – *Elementos de Economia Política Pura*, *Estudos de Economia Política Aplicada* e *Estudos de Economia Social* – e partir de alguns intérpretes de seu pensamento considerados interessantes para esta discussão, alinhados a distintos grupos interpretativos como os apontados acima.

De acordo com Jaffé (1935), no início de sua empreitada pela economia política, no ano de 1862, Walras já vinha concebendo a estrutura filosófica geral de seu sistema, havendo uma conjectura completa de seu trabalho por vir, constituindo-se em três partes: i) a criação de uma ciência pura da economia, lidando com as consequências logicamente inevitáveis da competição perfeita; ii) a criação de uma ciência aplicada da economia, lidando com a teoria da escolha da organização econômica mais eficiente e útil; iii) a criação de uma ciência de economia social, lidando com questões como a avaliação de uma dada estrutura econômica, a distribuição de riqueza e métodos de tributação, desde o ponto de vista da justiça social.

De Paula (2002), por sua vez, também defende que o essencial do projeto e motivações walrasianas já se anunciavam desde a década de 1860, não sendo possível separar sua “economia pura”, nem de sua “economia aplicada”, nem de sua “economia social”, já que estariam articuladas a partir da mesma base conceitual, que teria como motivação a busca de uma reforma social que fizesse frente ao avanço do socialismo. A teorização e os propósitos políticos de Léon seriam, portanto, indissociáveis.

Seja como for, fato é que Walras levou consigo, pelo menos durante toda sua fase madura até sua morte, o ideal de um projeto teórico triádico, no qual dividia suas elaborações econômicas e sociais entre determinados ramos - ou doutrinas, como ele mesmo refere: a de economia política pura, a de economia social e a de economia política aplicada. Eis que surgem questões: qual seria o sentido, para o próprio Léon Walras, dessa divisão? Sua opção em publicar primeiro *Elementos de Economia Política Pura* indicaria alguma primazia da doutrina ali presente sobre as outras? Como a teoria do equilíbrio geral, sua ideia mais notável e tema de *Elementos*, enquadrar-se-ia nesse seu arranjo?

As respostas para essas questões requerem uma análise atenta de seus escritos em si, sobretudo das obras relativas a cada uma dessas doutrinas. À vista disso, antes de se passar à análise mais detalhada, é bem-vinda aqui uma breve apresentação da estrutura e do conteúdo das três obras referentes às três doutrinas: *Elementos de Economia Política Pura*, *Estudos de Economia Social* e *Estudos de Economia Política Aplicada*.

Como já foi dito, *Elementos de Economia Política Pura ou Teoria da Riqueza Social* foi o único dos três livros no qual Walras logrou um desenvolvimento detalhado e coerente da referida doutrina, tal como idealizara, sendo, por isso, sua obra mais sistemática. Vale a pena chamar atenção aqui para o fato, também já colocado, de que apesar de ter sido a primeira das três obras referidas a ser publicada, *Elementos* contou com outras três edições enquanto Walras estava ainda vivo, sendo a última dessas edições, a quarta, publicada após os dois *Estudos*; esta informação é importante para atestar a atualidade das elaborações de *Elementos* - para o próprio autor, em seu tempo - frente ao conteúdo dos *Estudos*.

A obra consiste em quarenta e duas lições<sup>58</sup>, distribuídas em oito seções e dois apêndices.<sup>59</sup> A primeira seção é intitulada “Objeto e divisão da economia política e social” e nela o autor busca uma definição da economia política enquanto ciência, examinando seu objeto, seu método, suas divisões internas, sua natureza e alguns de seus conceitos mais fundamentais. Certamente, essa é a seção dessa obra que mais interessa a este capítulo, visto que é nela em que há alguma preocupação do autor em situar o conteúdo da referida obra no escopo mais amplo de sua visão sobre as ciências sociais.

A partir da segunda seção começa efetivamente o desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral, que se dá através da apresentação de quatro modelos de equilíbrio: da troca (segunda e terceira seções), da produção (quarta seção), da acumulação de capital (quinta seção) e da circulação de dinheiro (sexta seção).<sup>60</sup> Donzelli (1989, p. 43) chama atenção para a questão de que, embora cada um dos quatro modelos seja apresentado separadamente, eles não devem ser considerados como autônomos ou completos, pois constituem um único sistema conceitual fortemente unitário<sup>61</sup>; a exposição segmentada por Walras tem como único propósito a facilitação do

---

<sup>58</sup> *Elementos* tem a estrutura de um curso de economia política, mais especificamente o que Walras professava, durante os anos em que lecionou na Universidade de Lausanne.

<sup>59</sup> Tal estrutura refere-se à quinta edição. Apesar de *Elementos* terem sofrido mudanças importantes no decorrer das edições, o caráter emblemático inaugurado pela primeira edição permaneceu em todas as outras, que é a estrutura do equilíbrio geral. As mudanças com alguma relevância que ocorreram no decorrer das edições são a introdução do “Apêndice I” na terceira edição, sob o título de “*Théorie géométrique de la détermination des prix*” e a formulação de um quarto modelo na quarta edição, que traz como novidade a abordagem da questão do capital circulante e do dinheiro, integrando as questões monetárias ao seu aparato teórico formal – contudo, segundo Donzelli, a integração dessas questões já era visada desde a primeira edição de *Elementos* (Donzelli, 2007).

<sup>60</sup> Na sétima seção, aborda-se brevemente a questão do progresso econômico sob equilíbrio e empreende-se críticas às teorias de economistas ingleses e dos fisiocratas e na última (oitava), trata-se da questão dos monopólios e da tributação em um contexto de equilíbrio geral.

<sup>61</sup> Salientar o caráter unitário do sistema conceitual que constituiu a teoria do equilíbrio geral é importante porque demonstra seu protagonismo na obra, porque não foi levado em conta por diversos intérpretes de Walras ao longo da história (Donzelli, 1989, p. 43) e porque demarca uma diferença elementar dessa obra para os dois *Estudos*, sendo certamente uma constatação valiosa para a questão aqui posta acerca do caráter sistemático envolvendo distintas esferas do pensamento de Walras.

entendimento para o leitor. Os quatro modelos são progressivamente complexos, de tal maneira que o segundo incorpora o que foi abordado no primeiro, o terceiro o que foi no segundo, e o quarto o que foi no terceiro.

Já em relação aos dois *Estudos*, trata-se de dois livros que consistem em coletâneas de textos previamente elaborados por Walras ao longo dos anos. O economista planejava publicar uma obra intitulada *Elementos de Economia Social* e outra *Elementos de Economia Política Aplicada*; na esteira de *Elementos de Economia Política Pura*, ambas também seriam baseadas nos cursos que ministrara na Universidade de Lausanne e concluiriam seu grande projeto teórico inaugurado com a publicação dos anos 1870 (Daal, 2005, p. xxxiv). Entretanto, como foi descrito na breve biografia no primeiro capítulo, devido à sua condição de saúde precária, Walras não foi capaz de desenvolver sua doutrina de economia social e de economia política aplicada da forma sistemática e detalhada que gostaria, restando-lhe recorrer à compilação de seus próprios escritos. Dessa forma, a temática dessas duas obras resultou em algo com um caráter fragmentário e desarticulado, tanto entre os diversos textos entre si, quanto no que se refere à própria estrutura interna dos textos, exigindo um considerável esforço interpretativo e analítico para apreensão das tramas ali desenvolvidas.

*Estudos de Economia Social (Teoria de Distribuição da Riqueza Social)*<sup>62</sup> foi publicado em 1896; com exceção de algumas notas que ocupam duas páginas, todos os trabalhos presentes na coletânea já haviam sido previamente publicados. A obra é composta por treze textos ou conjunto de textos agrupados em quatro partes distintas: a primeira é intitulada “Busca do Ideal Social”, a segunda “Propriedade”, a terceira “Realização do Ideal Social” e a quarta “Imposto”. Para os propósitos do presente trabalho, certamente a primeira parte é mais interessante, pois é nela em que Walras se esforça, de maneira exaustiva, para estruturar sua visão filosófica acerca da ciência, da moral, do homem e da sociedade, dialogando em diversos momentos com a primeira seção de *Elementos*, dissertando sobre o caráter das doutrinas de economia social e de economia política aplicada e ocasionalmente evidenciando seus propósitos políticos. Tais questões serão vistas adiante.

Por fim, chega-se a *Estudos de Economia Política Aplicada (Teoria da Produção da Riqueza Social)*, publicado em 1898. Embora a maioria dos textos presentes aqui já houvessem sido publicados anteriormente, encontra-se uma quantidade mais considerável de escritos inéditos de Walras; contudo, Walker (2006, p. 242) nota que a substância desses inéditos já teria sido

---

<sup>62</sup> Título original de publicação: *Études d'économie sociale (Théorie de la répartition de la richesse sociale)*.

exposta e trabalhada por Walras em publicações pregressas. Algo interessante desse segundo *Estudos* é o caráter mais maduro de todos os textos nele contido; diferentemente do primeiro, que conta com vários textos da década de 1860, aqui o mais antigo é de 1873, depois de Walras já ter chegado a Lausanne e depois da morte de Auguste.

A referida obra é constituída por treze textos ou conjunto de textos (capítulos) agrupados em oito partes distintas: a primeira intitulada “Moeda”, a segunda “Monopólios”, a terceira “Agricultura, Indústria, Comércio”, a quarta “Crédito”, a quinta “Banco”, a sexta “Bolsa” e a sétima “Esboço de uma doutrina econômica e social”. Como o próprio título da obra e de suas partes sugerem, aqui são tratados temas de natureza prática. Léon teoriza, mas com a finalidade de prescrever de forma mais concreta determinadas medidas e políticas econômicas em relação a áreas específicas de uma economia.

Dada a natureza e enfoque dos textos desse segundo *Estudos*, pode parecer que este seria, a princípio, de menor interesse para este trabalho. No entanto, é necessária uma ressalva: embora a sétima parte, “Esboço de uma doutrina econômica e social”, se encontre nessa obra, ela não é exatamente sua parte integrante. No prefácio de *Estudos de Economia Social* o autor deixa claro que esse esboço cumpriria um papel de conclusão, de esclarecimento de seu ponto de vista filosófico, nesse processo de exposição de suas três doutrinas através das obras aqui colocadas (Walras, 1896, p. vi). O próprio conteúdo dessa parte, de certa forma, é claramente destoante do restante do livro, tendo um caráter mais geral e abstrato, o que corroboraria o anúncio de Walras no prefácio de *Estudos de Economia Social*. Para além da necessidade de elucidação a respeito da natureza da obra, essa ressalva é relevante porque a sétima parte é de especial interesse para a finalidade deste trabalho, como será demonstrado.

## **2.1. Elementos de Economia Política Pura**

O que se faz notar na primeira seção de *Elementos* é o complexo sistema conceitual que o autor desenvolve para abordar questões relativas ao objeto da economia política e social.

Seu ponto de partida é a crítica às definições de Adam Smith - que teria sido o primeiro a ser bem sucedido em agrupar em um corpo os estudos de economia política - e de Jean-Baptiste Say - o mais ilustre depois de Smith (Walras, 1926, p. 4 e 7) - do que seria a economia política enquanto ciência. Smith estaria equivocado em sua definição por não entender a qualidade científica da economia política como a busca de verdades puramente científicas e por confundir a ordem do interesse com a ordem da justiça. Já o equívoco de Say estaria em ser um naturalista,

considerando a economia política como uma ciência inteiramente natural. Por conseguinte, é proposta a busca pela verdadeira ciência natural no que tange à economia política, através de sua divisão em ciência natural, ciência moral e arte – tal qual é posto na segunda lição, “Trata-se, em outros termos, de esboçar a filosofia da ciência em geral tendo em vista chegar à filosofia da economia política e social em particular”<sup>63</sup> (Ibid., p. 4 – 11 e 16).

Walras diferencia então a existência de duas espécies de fatos no mundo: os naturais, que teriam origem nas forças da natureza, e os humanitários<sup>64</sup>, que teriam origem no exercício da vontade do homem. Os fatos naturais seriam objeto das ditas ciências naturais (ou somente ciência). Já os fatos humanitários se subdividiriam em duas categorias: a dos fatos industriais - que dariam conta das relações entre pessoas e coisas - e a dos fatos de costume - que dariam conta das relações de pessoas entre si; os primeiros seriam objeto da arte (ou ciência aplicada) e os segundos seriam objeto da moral (ou ciência moral). Ciência, arte e moral teriam como critérios, respectivamente, a verdade, a utilidade ou interesse e o bem ou justiça. Feita a presente exposição, o autor busca encontrar onde o estudo da riqueza encaixar-se-ia, sendo necessário antes, porém, uma investigação sobre a própria ideia de riqueza em si (Ibid., p. 12 – 20).

Riqueza social é definida na obra como “(...) o conjunto de coisas materiais ou imateriais que são raras, isto é, que por um lado nos são úteis e por outro que não estão à nossa disposição a não ser em uma quantidade limitada. (...)”<sup>65</sup>. (Ibid., p. 21). As tais coisas raras, nas quais a riqueza social consistiria, teriam três características: teriam valor de troca, seriam apropriáveis, e seriam produzíveis ou multiplicáveis industrialmente; tais características seriam atributos necessários e exclusivos das coisas raras. A teoria do valor de troca seria a economia política pura – que é também definida como “a teoria da riqueza social considerada em si própria”<sup>66</sup> (Ibid., p. 29), a ciência da apropriação das coisas pelas pessoas seria a economia social e a teoria da produção econômica da riqueza social seria a economia política aplicada – em seguida, essas relações serão melhor explicadas.

---

<sup>63</sup> Tradução nossa. No original : “Il s’agit, en d’autres termes, de faire une esquisse de la philosophie de la science en général en vue d’arriver à la philosophie de l’économie politique et sociale en particulier”.

<sup>64</sup> Traduziu-se aqui o termo francês “humanitaire” como “humanitário”, como é comum nas traduções do termo para o português, inclusive no contexto walrasiano. Entretanto, cabe aqui um esclarecimento. Embora os termos “humanitário” e “humanitaire” carreguem atualmente um sentido comumente relacionado à filantropia, à virtude e à ética, esse não era o caso na França do século XIX; o neologismo teria surgido nos anos 1830 e seu uso teria sido objeto de controvérsia no início (Valentin, 1997). No contexto da obra de Walras, “humanitário” seria referente ao gênero humano, a “humanidade”.

<sup>65</sup> Tradução nossa. No original : “(...) l’ensemble des choses matérielles ou immatérielles (...) qui sont rares, c’est-à-dire qui, d’une part nous sont utiles, et qui d’autre part, n’existent à notre disposition qu’en quantité limitée (...)”.

<sup>66</sup> Tradução nossa. No original : “la théorie de la richesse sociale considérée en elle-même”.

É necessário abrir um parêntese aqui antes de prosseguir. Como foi mencionado no capítulo anterior, a identificação e defesa de Walras da doutrina da *rareté* como teoria explicativa da causa do valor é confusa e ambígua. A definição de riqueza social aqui, isto é, das coisas que têm valor, passa justamente pela tal doutrina da *rareté*; dizer “conjunto de coisas (...) que são raras” é o mesmo que dizer conjunto de coisas que possuem *rareté*. De acordo com o trecho citado, percebe-se que a *rareté* à qual Léon se refere aqui é a de seu pai, não a sua própria baseada na utilidade marginal, que só é apresentada na oitava lição. Feito esse breve adendo, voltemos à exposição do economista de Lausanne de suas três doutrinas da economia política em *Elementos*.

Nessa parte, Walras faz uma analogia interessante que talvez auxilie a lidar com a questão posta acima sobre a ordem de suas doutrinas: assim como a mecânica pura deve preceder a mecânica aplicada, a economia política pura também deveria preceder a economia política aplicada, visto que tal como a mecânica, a economia política pura também seria uma ciência físico-matemática e, portanto, teria como objeto fatos naturais (Ibid.).

Sendo a economia política pura uma ciência físico-matemática, ela deveria empregar o método da matemática, que não é experimental, mas racional, operando a partir da tomada de tipos reais da experiência e abstraindo-os em tipos ideais, a partir dos quais elaboram-se a priori todos seus teoremas e demonstrações, alcançando-se verdades puras; depois, haveria o retorno à experiência, visando a aplicação das conclusões obtidas, não sua verificação. As verdades puras de economia política pura levariam a soluções para os problemas encontrados no âmbito da economia política aplicada e da economia social (Ibid., p. 29 – 30). Após a sucinta caracterização da economia política pura, passa-se à economia política aplicada e à economia social.

A indústria distinguir-se-ia pela produção de coisas raras e teria dois objetivos nesse seu processo produtivo: multiplicar as coisas úteis e transformar as utilidades indiretas em utilidades diretas<sup>67</sup>. A busca por esses dois objetivos seria dada através de duas operações distintas: as operações técnicas e as operações de organização econômica. As primeiras

---

<sup>67</sup> Utilidade direta e indireta, para Walras, estão associadas à qualidade de determinada coisa de satisfazer necessidades humanas imediatamente – coisas com utilidade direta - ou de demandar uma transformação industrial para que corresponda a tal qualificação – coisas com utilidade indireta. Em *Elementos* ele nos fornece o exemplo da lã de carneiro, que para ser útil deve antes ser transformada em tecido e posteriormente o tecido deve ser transformado em roupa. A lã teria utilidade indireta e a roupa utilidade direta (Ibid., p. 31).

constituiriam o fato da indústria técnica e as segundas constituiriam o fato da divisão do trabalho. Ambos os fatos seriam complementares entre si, encadeando-se.

Como Léon coloca, o grupo das operações técnicas “constituiria a totalidade da indústria e o objeto da arte em seu conjunto, se não existisse um fato essencial que encontramos aqui, o fato da aptidão fisiológica do homem à *divisão do trabalho*” (Walras, 1926, p. 32 - 3)<sup>68</sup>. O homem não seria somente apto à divisão do trabalho, mas esta seria uma necessidade para sua própria existência, já que haveria uma dependência entre os destinos de todos os homens em relação à satisfação de suas necessidades (Ibid.).

A teoria da produção econômica da riqueza social, isto é, a teoria da produção de coisas raras pela indústria, seria justamente a economia política aplicada, uma ciência aplicada, que teria como objeto tanto o fato da indústria técnica, quanto o fato da divisão do trabalho, que seriam fatos humanitários industriais.

Já a apropriação de coisas raras, ou da riqueza social, seria também um fato humanitário, porém moral. Conforme expõe Walras, o objeto do problema da propriedade “consiste essencialmente em fixar as relações de pessoas a pessoas, a respeito da apropriação da riqueza social, visando à coordenação dos destinos das pessoas entre si, em conformidade com a razão e com a justiça.” (Ibid., p. 59) e a ciência que lida com o referido problema da apropriação de coisas raras, isto é, de sua repartição entre as pessoas de determinada sociedade, seria a economia social, uma ciência moral, que teria como objeto fatos humanitários morais. Embora possa parecer confuso, em sua exposição, Walras coloca a justiça tanto como objeto quanto como princípio da economia social.

Ao final dessa apresentação de sua visão sobre o objeto da economia política e social, suas divisões e seu caráter, na primeira seção de *Elementos*, Léon propõe uma reflexão sobre a compatibilidade entre a ciência moral e a ciência aplicada, entre justiça e interesse, entre a Moral e a Economia Política, apontando como referência o debate entre Proudhon e Bastiat. Entretanto, apesar de reconhecer a necessidade de desenvolver essa questão a fim de resolvê-la, ele mesmo não o faz em *Elementos*.

Como posto, a partir da segunda seção em diante tem-se efetivamente o desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral e cessam formulações mais abrangentes do autor a respeito da totalidade de seu projeto teórico em matéria de economia política e social que levem em conta,

---

<sup>68</sup> Tradução nossa. No original : “Constituerait l’industrie tout entière et l’objet de l’art dans son ensemble, sans un fait essentiel que nous recontrons ici, le fait de l’aptitude physiologique de l’homme à la Division du travail.”.

pelo menos de forma clara e reconhecida, questões morais, políticas e aplicadas, a não ser pontualmente e de maneira esporádica.

O que se pode tirar dessa primeira seção de *Elementos* é que a economia política pura, a economia política aplicada e a economia social lidam, cada uma, com uma das três características fundamentais da riqueza social, que teriam naturezas distintas, logo suas respectivas teorias ou ciências também guardariam distinções em relação a seus objetos e princípios, sendo todas as três imprescindíveis ao adequado estudo da riqueza social.

## 2.2. Estudos de Economia Social

É oportuno recorrer-se aqui à já aludida primeira parte de *Estudos de Economia Social*, mais especificamente à primeira lição, em que o próprio autor esclarece que as seis lições contidas nessa primeira parte são dedicadas à análise de duas questões morais: “a distinção e a concordância entre o interesse e a justiça; a separação e a conciliação entre o indivíduo e o Estado.”<sup>69</sup> (Walras, 1896, p. 25). Como se percebe, a temática proposta por Walras para as seis lições diz respeito diretamente à questão apontada a ser desenvolvida ao final da primeira seção de *Elementos*.

O adequado tratamento das ditas seis lições requer a consciência de que, apesar de tratarem de temáticas, aparentemente, mais ou menos próximas, que guardam relações entre si, nem sempre há uma continuidade argumentativa entre elas, logo, ao se tratar de suas passagens aqui, será necessária uma breve explicação do conteúdo geral de cada uma, a fim de contextualizar o argumento do autor em cada texto. Feitas as observações preliminares, passemos ao conteúdo das lições que dialogam com as questões apresentadas em *Elementos*.

### 2.2.1. 1ª lição

A primeira lição, intitulada “Competição entre o princípio do interesse e o princípio da justiça nas questões econômico-sociais”<sup>70</sup>, consiste em uma tentativa de Walras de superar o estado em que se encontrava a economia política e social de sua época, que ele considerava

---

<sup>69</sup> Tradução nossa. No original : “la distinction et la concordance de l’interet et de la justice; la séparation et la conciliation de l’individu et de l’Etat. ”.

<sup>70</sup> Tradução nossa. No original: Concurrence du principe de l’intérêt et du principe de la justice dans les questions économique-sociales.

problemático, pois assentar-se-ia sobre uma lei da apropriação individual da riqueza social inconsistente. Seria evidência desse problema a clara falta de consenso entre as teorias dos economistas do período, dividindo-se, principalmente, entre duas escolas radicalmente divergentes e implicando na inexistência tanto da economia política pura quanto da economia social (Walras, 1896, p. 25 – 50).

A primeira escola seria adepta da teoria segundo a qual as coisas teriam valor a depender de sua utilidade e de sua limitação em quantidade, sendo a riqueza social, isto é, o conjunto de coisas com valor, composta por três classes principais de coisas: as faculdades pessoais do homem, a terra e o capital. As duas primeiras classes compreenderiam riquezas naturais, a última compreenderia uma riqueza artificial. Já a segunda escola preconizaria que o valor das coisas adviria da quantidade de trabalho do homem empregada sobre determinada coisa<sup>71</sup> (Ibid.).

A divergência entre os economistas no que se refere à teoria da origem do valor das coisas estaria relacionada à divergência também presente na teoria da propriedade. A partir de duas teorias da propriedade distintas, desdobrar-se-iam, respectivamente, duas teorias igualmente distintas da distribuição de riqueza: a primeira partindo do ponto de vista da justiça ou filosofia moral e a segunda partindo do ponto de vista do interesse ou economia política. Conforme o autor, a adesão a cada uma dessas teorias de propriedade acarretaria, diretamente, em uma adesão a certa teoria do valor vista anteriormente, e vice-versa:

“(...) se desejarmos derivar o valor da utilidade e da limitação em quantidade, será necessário aderirmos à propriedade baseada em considerações de interesse, enquanto se desejarmos, ao contrário, aderir à propriedade baseada em considerações de justiça, será necessário que derivemos o valor do trabalho.”<sup>72</sup> (Ibid., p. 35).

Ainda de acordo com o autor, a teoria do valor baseada na utilidade e limitação em quantidade e sua respectiva teoria da distribuição de riqueza baseada no interesse configurariam a escola dos sensualistas, ao passo que a teoria do valor baseada no trabalho e sua respectiva teoria da distribuição de riqueza baseada na justiça configurariam a escola espiritualista – é notável que a escola dos sensualistas é chamada também de escola dos economistas e a escola espiritualista de escola dos moralistas (Ibid., p. 37).

<sup>71</sup> A designação da segunda escola poderia sugerir que Walras estivesse se referindo à escola ricardiana e sua famosa teoria do valor-trabalho, que foi dominante em parte da Europa durante a primeira metade do século XIX. Contudo, não se encontra referência direta a nenhum autor ao tratar desse tema nessa lição, a não ser uma menção confusa a “escola de Bastiat” na página 40, que, todavia, não deixa claro se é à teoria do valor da segunda escola, referenciada acima, que o autor faz alusão.

<sup>72</sup> Tradução nossa. No original : “si l’on tient à faire dériver la valeur de l’utilité et de la limitation dans la quantité, il faut établir la propriété sur des considerations d’intérêt, tandis que si l’on tient, au contraire, à établir la propriété sur des considerations de justice, il faut faire dériver la valeur du travail.”

Para superar tal cisão dentro da economia política, Léon propõe uma forma de conciliação, que ocasiona na crítica de ambas as escolas, ao mesmo tempo em que reconhece suas legitimidades. É reconhecida a legitimidade da teoria do valor que se baseia na utilidade e na limitação de quantidade, rejeitando-se completamente a teoria do valor que se fundamenta no trabalho; concomitantemente, rejeita-se a teoria da propriedade relativa à teoria do valor baseada na utilidade e limitação de quantidade no que diz respeito à propriedade das terras, reconhecendo-se a legitimidade da teoria da propriedade relativa à teoria do valor fundamentada no trabalho a esse respeito. Apesar desse reconhecimento da legitimidade da teoria da propriedade relativa à teoria do valor fundamentada no trabalho para lidar com a propriedade das terras, o economista de Lausanne detecta que até então essa teoria não havia se desenvolvido sobre esse tópico de maneira satisfatória, competindo a ele essa tarefa.

Tal conciliação configuraria, na verdade, uma tentativa de delimitar e restringir o escopo de cada uma das escolas, evitando que uma avançasse sobre a seara da outra, preservando suas respectivas independências:

“Nós gostaríamos somente de assegurar as respectivas independências da ordem moral e da ordem econômica (...) o princípio do interesse não deve nem se opor nem substituir o princípio de justiça em uma categoria essencialmente moral como a da propriedade, assim como o princípio de justiça não deve contradizer ou substituir o princípio de verdade ou o princípio de interesse em uma categoria essencialmente econômica como as de valor, produção e crédito.”<sup>73</sup> (Ibid., p. 41)

Ainda, apesar de as duas escolas percorrerem caminhos demonstrativos diferentes, ambas chegariam à mesma conclusão de se submeter toda a riqueza social ao regime da apropriação e desfrute individual. Essa conclusão é criticada por Walras, devido ao fato de suas demonstrações serem ruins, desta forma, questiona-se se alguns tipos de riqueza social não deveriam ser submetidos ao regime da apropriação e desfrute comunal e é sugerido que, na conciliação resultante desse embate entre o individualismo e comunismo, seria possível encontrar a conciliação entre o interesse e a justiça. Essa consideração levaria ao que o autor chama de “nó” – *nœd* - da questão social, que seria o tratamento da relação entre o imposto e a propriedade<sup>74</sup> (Ibid., p. 43).

<sup>73</sup> Tradução nossa. No original : “Nous voulons seulement assurer l’indépendance respective de l’ordre moral et de l’ordre économique. (...) le principe d’intérêt n’est fondé ni à s’opposer ni à se substituer au principe de justice dans une catégorie essentiellement morale comme celle de la propriété, non plus que le principe de justice ne serait lui-même recevable à contredire ou à suppléer le principe de vérité ou le principe d’intérêt dans une catégorie essentiellement économique telle que celles de la valeur, de la production et du crédit.”<sup>73</sup>

<sup>74</sup> Em verdade, embora não fique tão claro na primeira lição, logo no início da segunda Walras esclarece que a teoria do imposto e da propriedade e a teoria da distribuição da riqueza social são sinônimos (Ibid., p. 50).

Essa primeira lição é concluída com o diagnóstico do autor de que toda a economia política e social encontrar-se-ia em um estado lamentável, contudo, mediante uma ressalva, aparentemente contraditória, poupa-se a economia política aplicada. A economia política aplicada seria a única divisão da economia política e social que teria sido bem sucedida em seus propósitos científicos, alcançando, desenvolvendo e popularizando o princípio superior de produção da riqueza social, o *laisser-faire, laisser-passer*, uma unanimidade entre os economistas. Mesmo assim, Walras nos alerta para os perigos que indicariam retrocesso, na medida em que esse princípio vinha sendo questionado em sua época (Ibid., p. 47 – 8).

Apresentada a primeira das seis lições de *Estudos de Economia Social*, torna-se conveniente chamar atenção para algo presente aqui que é constante nessa obra e em outros escritos de cunho mais político de Léon: sua obsessão pela conciliação entre correntes teóricas ou políticas divergentes que de acordo com ele estariam em franco confronto. Essa constatação sugere que o questionamento posto em *Elementos* acerca da compatibilidade entre diferentes divisões da economia política e social – e essa própria divisão em si - se insere em um espectro mais amplo e complexo de polarizações. Na segunda lição, especialmente, chega a ser confuso o tanto de oposições que Walras estabelece, não ficando claro até que ponto - e como - uma oposição se relaciona com a outra, o que será visto a seguir.

### 2.2.2. 2ª lição

Nessa lição, cujo título é “Intervenção das doutrinas filosóficas. A luta atual do materialismo e do espiritualismo no terreno da economia política e da ciência social”<sup>75</sup>, o autor se propõe a tratar das disputas existentes entre a economia política e social, de um lado, e a ciência social, de outro, em relação à teoria da distribuição da riqueza social, no contexto das doutrinas filosóficas que ele identifica como materialismo e espiritualismo. Segundo ele mesmo, essa lição trata da mesma divergência da lição anterior (Ibid., p. 51). No entanto, uma primeira dificuldade já aparece aqui nesta tentativa de delineamento do conteúdo geral da lição.

A tal dificuldade decorre das diferentes palavras que Walras emprega para designar a referida disputa da qual pretende tratar. Ainda na primeira página, na apresentação da segunda lição, é colocado: “O objetivo desta segunda lição será lhes mostrar a dissensão que se estende desde o domínio da economia social, por um lado, até o da economia política pura e aplicada, por outro,

---

<sup>75</sup> No original: Intervention des doctrines philosophiques. Lutte actuelle du matérialisme et du spiritualisme sur le terrain de l'économie politique et de la science sociale.

até o da ciência social”<sup>76</sup> (Ibid., p. 50 – 51). O sentido do período acima não é claro; a dissensão (*dissentiment*) a qual o autor se refere seria entre a economia política pura e aplicada e a ciência social, entre os três ramos da economia política e social (economia política pura, economia política aplicada e economia social) e a ciência social ou entre a economia política pura e aplicada e a economia social? Uma interpretação possível seria que a tal dissensão ocorreria dentro da economia social, entre a economia política pura e aplicada e a ciência social.

Na edição traduzida para o inglês de *Estudos de Economia Social*, Daal e Walker puseram o referido trecho da seguinte forma: “*The subject of this lecture will be to show you the difference of opinion, stretching from the domain of social economics on one side to that of theoretical and applied economics on the other.*”<sup>77</sup> (Walras, [1896] 2010, p. 35). Assumiu-se aqui o entendimento de que a dissensão seria dos diferentes ramos da economia política e social entre si: a economia política pura e a economia política aplicada de um lado e a economia social de outro.

Logo em seguida, Léon diz que o estudo da distribuição de riqueza é uma “província limítrofe” que pode ser anexada tanto a economia política e social quanto a ciência social. Devido ao seu caráter misto, ela seria reivindicada por dois princípios divergentes, o do útil e o do justo, e isso por sua vez levaria ao conflito entre a economia política pura e aplicada e a ciência social. Essa disputa teria levado o ponto de vista econômico a reivindicar toda a ciência social e o ponto de vista moral a invadir o escopo de toda a economia política (Walras, 1896, p. 51 – 52). Há aqui, em vez de um esclarecimento, um embaraço. No primeiro período deste parágrafo, é exposto que Walras identifica a disputa em torno do estudo da distribuição da riqueza social como sendo entre a economia política e social e a ciência social – o que contradiria a interpretação de Daal e Walker em sua tradução, porém, a seguir, ele diz que, a partir da divergência entre seus princípios, as disputas seriam entre a economia política pura e aplicada e a ciência social e, depois, entre o ponto de vista econômico e o ponto de vista moral. Ou seja, o próprio autor parece entrar em contradição consigo mesmo, atestando a falta de clareza e coerência do tema desenvolvido na lição.

---

<sup>76</sup> Tradução nossa. No original : “L’objet de cette seconde leçon sera de vous montrer ce dissentiment s’étendant du domaine de l’économie sociale, d’un côté, sur celui de l’économie politique pure et appliquée, de l’autre côté, sur celui de la science sociale.”

<sup>77</sup> “O tema desta lição será lhes mostrar a diferença de opinião que se estende desde o domínio da ciência social, por um lado, até o domínio da economia teórica e aplicada, do outro” (Tradução nossa). Na referida edição em inglês de Daal e Walker, *economie politique pure* é traduzido como *theoretical economics*. Obs.: optou-se aqui por deixar a versão original em inglês no corpo do texto, contrariando o padrão adotado neste trabalho de deixar as passagens na língua original na nota de rodapé, devido a importância no contexto da própria questão de tradução.

As dificuldades prosseguem. Na página 53, a disputa apontada, primeiramente, é entre a economia política e a filosofia moral; em seguida, ele primeiro se refere a um dos lados como “utilitários”, depois se refere a esse mesmo lado como “sensualistas” e identifica o outro lado como “espiritualistas”. Logo depois, na página 55, primeiro a dualidade se expressa entre materialistas e espiritualistas, mais adiante entre o direito e o interesse (Ibid., p. 53 e 55).

De todo modo, mesmo que não esteja claro quais são os dois campos teóricos ou políticos em conflito, o texto se desenvolve à luz da disputa de duas áreas sobre a questão da divisão da riqueza social, sendo, de acordo com o próprio autor, uma continuação do conflito exposto na primeira lição. O problema encontrado por Walras aqui, que ele busca resolver, é o da ingerência deletéria de um campo em outro, na qual o ponto de vista econômico e o ponto de vista moral invadiriam e reivindicariam todo o campo de sua respectiva ciência rival, como mencionado acima.

É interessante chamar atenção aqui para o fato de que, para Walras, uma das consequências negativas da invasão da economia política pela moral, a moralização da economia, seria a emergência da teoria segundo a qual todo o valor advém do trabalho, uma teoria moral, violadora das verdades econômicas. Essa implicação explicita a pretendida continuidade entre a primeira e a segunda lição.

A proposta de resolução do conflito por Walras parte do mesmo *modus operandi* da lição anterior: buscar uma conciliação entre as duas áreas do conhecimento através da restrição de seus escopos de intervenção. Os materialistas precisariam entender que o veredito sobre questões de propriedade é do direito e os espiritualistas precisariam entender que o valor de troca e a riqueza social obedecem a leis naturais. O ponto de vista moral do espiritualismo deve ser aceito em matéria de ciência social e de economia social e contestado em matéria de economia política pura e aplicada (Ibid., p. 55 e 57) – percebe-se que essa passagem talvez ajude a esclarecer a dificuldade de interpretação já apresentada.

Apesar de partir do mesmo *modus operandi* para resolver a questão, a solução à qual Walras chega é distinta aqui. Ele faz duras críticas ao caráter integralmente individualista das duas escolas, com ênfase à escola espiritualista, sobre a qual ele disserta, explicando seu problema em reduzir todos os problemas sociais à moralidade do indivíduo, caindo em um ciclo vicioso. O ciclo vicioso consistiria no fato de a imoralidade individual causar a pobreza e a pobreza, por sua vez, causar a imoralidade individual. A solução para o tal problema do individualismo dos espiritualistas passaria pelo reconhecimento da necessidade da reforma socioeconômica, que

incidiria sobre as desordens econômicas e morais da sociedade, causas fundamentais da pobreza. Nessa parte, Walras aproveita para fazer uma objeção a uma suposta saída dos espiritualistas para o problema, que passaria pelas iniciativas individuais, como a caridade, filantropia, seguro mútuo e associações cooperativas (Ibid., p. 57 – 68).

Percebe-se aqui que, embora o autor reconheça os dois lados da disputa como incapazes de lidar com a questão da distribuição da riqueza social, sua crítica se concentra quase que exclusivamente sobre o espiritualismo. Isso acontece certamente por dois motivos: o primeiro é que ele enxergava o espiritualismo como a doutrina dominante da época, ocupando os principais espaços da sociedade, o segundo é que, para ele, o estrago do espiritualismo na economia política e na ciência social era maior do que do materialismo; o espiritualismo teria causado sérios danos à economia política pura, à economia política aplicada e à ciência social, através da corrupção de seus respectivos princípios: verdade, interesse ou utilidade e justiça, enquanto o materialismo teria pelo menos preservado o princípio da utilidade, preservando também a economia política (Ibid., p. 69).

A crítica ao espiritualismo e defesa da reforma social passa também pela crítica ao cooperativismo em detrimento da reforma social. Segundo Walras, enquanto o cooperativismo era uma questão de iniciativa individual, a reforma era uma questão de iniciativa coletiva ou comunal. A reforma deveria advir do sentimento socialista e da ciência econômica. Eis que é estabelecida outra dualidade interessante nessa lição: ciência *versus* socialismo (Ibid., p. 71).

Walras conclui essa lição dizendo que oposição entre ciência e socialismo seria também, às vezes, oposição entre rotina e progresso ou ainda entre reação e progresso. A existência de socialistas – que no texto ele equivale a empiristas – seria justificada pelo fato de que a economia política não era ainda uma ciência completa, como era a astronomia. Dada essa circunstância, o correto seria se permanecer socialista (o que significa também progressista) até o dia em que a ciência social estivesse completa, quando não haveria mais socialistas (Ibid., p. 73 – 74). Aqui surge outra questão: economia política e ciência social seriam sinônimos? Ou a economia política estaria contida na ciência social? Como será visto, na quinta lição temos uma pista para esse caso, mas a relação com as dualidades estabelecidas anteriormente entre economia política e ciência social seguem incógnitas.

A forma como ele aparentemente intercambia um termo pelo outro ao longo de sua exposição também é um problema, conforme já foi apontado. Poder-se-ia sugerir que os termos supostamente intercambiados seriam sinônimos entre si, mas de qualquer forma isso não é claro,

sobretudo porque não é possível ter certeza se realmente estaria havendo um intercâmbio entre os termos, isto é, se os termos estariam realmente se referindo às mesmas coisas ou se ele estaria tratando de algo realmente distinto<sup>78</sup> – o que só deixaria o texto ainda mais obscuro. Apesar de nas “considerações” desta parte ser abordado o quarto capítulo de *Estudos de Economia Social* - em que ocorrem desenvolvimentos e esclarecimentos sobre alguns dos pares de oposições presentes na segunda lição e suas relações entre si, facilitando um pouco sua interpretação – algumas relações importantes seguem sem elucidação.

Nessa lição, a solução proposta para o impasse causado pela disputa entre os dois campos do conhecimento passa pela defesa de uma medida política explícita, a reforma socioeconômica. Diferentemente da primeira lição, em que a conciliação, no primeiro momento, só se dá no âmbito teórico, não havendo apologia aparente, ou pelo menos explícita, de determinada prática política, aqui ele se aproxima de uma dimensão mais concreta.

### 2.2.3. 3ª lição

O título da terceira lição é “Crítica do materialismo. Crítica do espiritualismo. Novo ponto de vista da moral social”<sup>79</sup>. Nela o autor procura desenvolver melhor a relação das doutrinas filosóficas do materialismo e do espiritualismo com a economia política e a ciência social, que são chamadas de “doutrinas socioeconômicas”. O que chama atenção inicialmente nessa parte é o complexo sistema arquetípico que Walras tenta desenvolver para estabelecer essa relação entre as duas doutrinas, que supostamente o leva a uma filosofia de superação.

O complexo sistema arquetípico é descrito a partir da postulação de que o objeto de conhecimento tem três aspectos: o ser físico, o ser moral e o ser metafísico, que correspondem, respectivamente, à natureza, ao homem e a Deus. Haveria também, “em” nós, três instrumentos disponíveis para se obter conhecimento: a experiência externa, a experiência interna e a formação abstrata de ideias (Ibid., p. 75).

Baseado nesse sistema, define-se materialismo, espiritualismo e idealismo: materialismo é definido como o conhecimento da natureza através dos sentidos, deduzindo-se disso o conhecimento do homem e de Deus – seria a filosofia dos sentidos; espiritualismo é definido

<sup>78</sup> Colocando de outra forma, não é claro se ocorre um intercâmbio entre distintos significantes, porém com o mesmo significado, ou se os significados também seriam alterados com o emprego dos significantes distintos.

<sup>79</sup> Tradução nossa. No original: “*Critique du matérialisme. Critique du spiritualisme. Nouveau point de vue de la morale sociale.*”

como o conhecimento do homem através da consciência, deduzindo-se disso o conhecimento de Deus e da natureza – seria a filosofia da consciência; idealismo é definido como apreensão da ideia do ser metafísico através da razão, deduzindo-se disso o conhecimento do mundo físico e moral; idealismo seria o oposto de empirismo e materialismo o oposto de espiritualismo. Essas definições viriam do transcendentalismo de Kant, do ecletismo de Jouffroy e da filosofia do senso comum e viabilizariam a tal crítica do materialismo e do espiritualismo em relação a economia política e a ciência social pretendida pelo autor. É colocado que nessa lição o objetivo é compreender como materialismo e espiritualismo entendem e interpretam a doutrina moral, deixando de lado o ser físico e o ser metafísico, isto é, a natureza e Deus; no entanto, é colocado também que materialismo é o ponto de vista mais adequado às ciências naturais e o espiritualismo é o ponto de vista mais adequado à filosofia moral (Ibid., p. 75 - 79).

O materialismo teria o homem como um corpo sujeito à necessidade e venceria o espiritualismo no domínio dos fatos, já o espiritualismo teria o homem como uma alma sujeita ao livre-arbítrio e venceria o materialismo no domínio dos princípios (Ibid., p. 79 e 81 – 82). Entretanto, a economia política teria surgido na ciência, que seria contrária ao ponto de vista tanto do materialismo quanto do espiritualismo. Nas palavras de Walras: “(...) na ciência, na qual o propósito é, ao contrário, estudar o universo desde o ponto de vista particular e em suas espécies, é que a economia política foi criada.”<sup>80</sup> (Ibid., p. 82). O que seria o propósito do materialismo e do espiritualismo ao qual o propósito ciência seria contrário não é claro, mas a aparição dos fatos e verdades econômicas teriam ocorrido independentemente das concepções materialistas e espiritualistas da moral, nos séculos XVIII e XIX; esses fatos seriam os da produção e consumo de riqueza (Ibid.).

A emergência das conclusões da economia política por sua vez teria afetado tanto o materialismo quanto o espiritualismo, porém de formas diferentes. Tais conclusões teriam auxiliado o desenvolvimento do materialismo e trazido complicações ao espiritualismo.

Diante dos desafios impostos pela economia política, a saída do espiritualismo dar-se-ia na defesa de que o valor de troca adviria não da utilidade e limitação de quantidade, mas do trabalho e serviços do homem. Esse entendimento tornaria a produção de riquezas dependente exclusivamente de circunstâncias morais, não mais de circunstâncias naturais - como ocorreria

---

<sup>80</sup> Tradução nossa. No original : “(...) dans la science, dont le propre est, au contraire, d’étudier l’univers au point de vue particulier et dans ses espèces, se produisit l’économie politique.”.

na concepção de que o valor de troca advém da utilidade e limitação de quantidade – e transformaria toda a economia política e ciência social em moral individual (Ibid., p. 82 – 86).

A tentativa de supressão da ciência social em prol da economia política e a tentativa de supressão da ciência social e da economia política em prol da moralidade individual seriam as consequências socioeconômicas do conflito entre materialismo e espiritualismo. Da mesma maneira que ocorreu nas lições anteriores, Walras busca uma conciliação que parte de uma crítica aos dois lados em disputa, contudo, a síntese conciliatória aqui encontra-se na defesa do que ele chama de “uma filosofia superior renovada”, o racionalismo moderno, baseado no pensamento de Kant. O racionalismo moderno funcionaria como crítica certa ao empirismo, que seria a causa do individualismo materialista e espiritualista, em termos de moralidade social. (Ibid., p. 86 – 90).

O terreno no qual o indivíduo pode avançar seria formado pelas condições da sociedade econômica e a atmosfera na qual o indivíduo vive e respira seria formada pelas condições da sociedade moral. As condições desse terreno e dessa atmosfera seriam sociais e constituiriam os objetos da economia política e da ciência social. As formas a partir das quais o indivíduo caminha nesse terreno e respira nessa atmosfera seriam condições individuais, objeto da moral privada (Ibid., p. 91 - 92).

Dada essa explicação, Léon clama então pela reforma social (afirmando que a reforma do indivíduo fica a cargo dele mesmo) que dê conta da reconciliação entre as demandas do individualismo e do comunismo. Nessa parte há também algo interessante: o autor classifica a prática dos espiritualistas, criticada ao longo da lição, como “comunismo moral” – que diferiria do “comunismo econômico” (Ibid., p. 93).

Em conformidade com o que o próprio título anuncia, essa terceira lição se trata de uma tentativa do autor de articular certos conceitos, ou termos, já manifestos nas outras lições, com a dualidade materialismo e espiritualismo. Assim como nessas outras duas lições, a articulação das ideias do autor ao longo do texto aqui não é clara. A relação de seu complexo sistema arquetípico, apresentado no início, com a crítica do materialismo e do espiritualismo, que culmina em sua apologia do racionalismo moderno enquanto “filosofia superior renovada” que por fim o leva à defesa de determinada reforma social é, no mínimo, confusa.

O próprio nexos que Léon busca estabelecer entre economia política e ciência social, de um lado, e materialismo e espiritualismo, de outro, que seria o fundamento para sua crítica dos dois últimos, é significativamente obscuro. Primeiramente, ele se refere à escola economista como

materialista, argumentando que a filosofia dos economistas seria a filosofia materialista (sendo a adesão a determinada filosofia inevitável) e que o materialismo seria “o ponto de vista mais adequado às ciências naturais” (Ibid., p. 77 – 79), no entanto, como foi exposto, adiante é afirmado que a economia política teria surgido independentemente das concepções materialistas de moral, pois teria surgido “na ciência”. Sendo a filosofia inevitável e estando a economia política inserida na filosofia materialista, como se daria essa independência da economia política em relação às concepções materialistas da moral? Sendo o materialismo o ponto de vista mais adequado às ciências naturais, como o fato de a economia política ter surgido na ciência explicaria essa independência? A economia política então não seria ciência natural? Essas questões ficam em aberto na lição, comprometendo sua coerência.

Outro tópico que gera questionamentos é o papel da ciência social na argumentação do autor. Tal qual foi mostrado, Walras diz que irá empreender uma crítica do materialismo e do espiritualismo a partir da economia política e da ciência social, todavia, não há qualquer desenvolvimento na lição a respeito da relação da ciência social, especificamente, com as duas filosofias criticadas. O autor se concentra exclusivamente a discorrer sobre a economia política nessa relação, não justificando sua menção à ciência social.

Além do mais, é questionável a afirmação apresentada acima de que a economia política teria surgido dos fatos e verdades científicas da produção e consumo de riqueza. Segundo as definições prévias do próprio autor, os fatos relativos à produção e consumo de riqueza estariam na seara da economia política aplicada; logo pode-se deduzir disso que a economia política teria surgido a partir da economia política aplicada? Em termos históricos, a economia política aplicada precederia os outros ramos da economia política e social? Essas e as outras questões trazidas aqui ficam em aberto no texto.

Apesar das dúvidas e aparente inconsistências da terceira lição, Walras segue para a quarta lição investigando o caráter do ser moral, ou seja, do homem, aqui contemplado; embora o faça desde uma perspectiva distinta, como será visto adiante.

#### 2.2.4. 4ª lição

“Do homem e do destino humano sob o duplo ponto de vista fisiológico-econômico e psicológico-moral.”<sup>81</sup> é o título da quarta lição, que, como já é anunciado, se dá igualmente em torno de uma dualidade com a qual Walras tenta lidar.

Em seu esforço para tentar conhecer o homem, referente ao ser moral, Léon diz se deparar com uma “série de fatos que devem fornecer o material para essa ciência do homem.”<sup>82</sup> (Ibid., p. 99). Esses fatos seriam os fatos humanitários, os quais o autor se propõe a analisar em conjunto e categorizar segundo os princípios da beleza, da verdade, da bondade e da utilidade. O autor diz buscar aqui uma harmonia geral entre os distintos fatos e seus respectivos princípios, com ênfase na conciliação entre os princípios do interesse e da justiça. A ênfase específica se dá devido ao interesse de Walras em lidar com o conflito, já mencionado, entre economia política e ciência social face aos fatos humanitários (Ibid., p. 100 – 101).

Para essa tarefa, o autor tem a preocupação de estabelecer a distinção entre o caráter animal e o caráter humano da vida fisiológica e psicológica do homem. A fisiologia e a psicologia animal seriam físicas, enquanto a fisiologia e a psicologia humana seriam morais e, nessa distinção, deve ser buscada outra, entre as ciências humanitárias e as ciências naturais (Ibid., p. 101).

Todos os fatos humanitários seriam baseados em dois fatos naturais particulares, que demarcariam fronteira entre humano e natural: a aptidão à divisão do trabalho e a personalidade moral. O primeiro fato seria a base fisiológica do homem e o segundo a sua base psicológica. Walras prossegue dissertando sobre os dois fatos (Ibid., p. 101 – 118).

A aptidão humana à divisão do trabalho é vista por Walras como algo completamente natural<sup>83</sup>, sendo, mais do que isso, uma necessidade, condição para a existência humana, compreendendo todo o homem fisiológico e todo o destino econômico humano. Haveria, de acordo o autor, uma lei segundo a qual sem a divisão do trabalho o homem estaria condenado à miséria e à morte e com a divisão do trabalho estaria destinado à riqueza e ao progresso no estado social econômico. Tal aptidão seria demarcação da superioridade do humano sobre o animal (Ibid., p. 103 – 104).

---

<sup>81</sup> Tradução nossa. No original: “*De l’homme et de la destinée humaine au double point de vue physiologico-économique et psychologico-morale.*”

<sup>82</sup> Tradução nossa. No original: “*série de faits qui doivent fournir la matière de cette science de l’homme.*”

<sup>83</sup> “(...) nós dividimos naturalmente o trabalho como somos naturalmente bípedes e temos duas mãos.” (Tradução nossa). No original : “(...) *nous divisons naturellement le travail, comme nous sommes naturellement bipèdes et bimanés.*” (Ibid., p. 103).

Já o fato constituinte de seu ser psicológico (a personalidade moral) é apresentado como um fato mais complexo. O homem teria três faculdades psicológicas: sentimento, inteligência e livre arbítrio, contando cada uma com suas respectivas expressões: amor simpático e senso estético; entendimento e razão; consciência e liberdade (Ibid., p. 104). O autor discorre sobre cada uma das faculdades, buscando, a partir disso, diferenciar o animal do humano.

As definições do homem desde suas dimensões fisiológicas e psicológicas facilitariam a definição dos fatos humanitários propriamente ditos. A arte seria a totalidade das emoções simpáticas e estéticas do homem (relativa ao sentimento), tendo como princípio a beleza; a ciência seria a totalidade das noções e concepções de julgamento e raciocínio do entendimento e da razão (relativa à inteligência), tendo como princípio a verdade; o trabalho ou indústria seria a totalidade dos esforços das pessoas no contexto da divisão do trabalho a fim de alcançar determinado objetivo, tendo como princípio a utilidade ou o interesse; a moral seria a totalidade das relações mútuas entre as pessoas enquanto pessoas morais, tendo como princípio o bem e a justiça (Ibid., p. 119 – 121).

Segundo o autor, arte, ciência, indústria e moral seriam as quatro categorias de fatos humanitários às quais todos os outros deveriam ser conectados, tendo essa classificação valor universal, compreendendo todos os fatos humanitários, em todos os lugares e em todas as épocas. Tais definições descreveriam o homem ideal, dada a partir da análise do homem real (Ibid., p. 121 - 122).

Essa lição é interessante pelo fato de ser protagonizada pelos termos que aparecem como fundamentais na primeira parte de *Elementos* em sua definição da economia política e suas propriedades, que são os referidos fatos humanitários e seus princípios. Contudo, vale à pena chamar atenção para duas coisas: um sentido diferente que o termo “arte” assume a partir daqui e a falta de clareza na relação entre, a moral, e a consciência e liberdade.

Enquanto em outros momentos, principalmente em *Elementos*, o termo “arte” tem como sentido a aplicação da teoria com uma finalidade prática, dirigida de forma consciente e racional – sendo sinônimo de “ciência aplicada”, aqui parece se referir exclusivamente a um sentido estético, tendo como princípio a beleza. Alguns exemplos de arte dados pelo autor nessa lição seriam a poesia natural, a pintura, a escultura e a música (Ibid., p. 119). Os fatos humanitários *arte* e *ciência* são definidos como totalidades de duas classes de expressões das faculdades psicológicas do homem, amor simpático e senso estético; e entendimento e razão, respectivamente. Porém, não fica clara a relação entre o fato humanitário *moral* e alguma das

três faculdades psicológicas. É razoável supor que estaria relacionada à faculdade psicológica do livre arbítrio, a única restante, além de o próprio Léon dissertar sobre a relação entre a liberdade do homem e sua escolha entre o bem e o mal, mas no texto isso não é explícito.

O presente texto aparenta ter uma coerência interna bem mais consistente do que as lições anteriores. O pensamento de Walras aqui se manifesta de forma mais sistematizada, deixando o sentido do texto relativamente claro, não sendo recheado de aparentes contradições e incongruências, como ocorre nas outras lições.

A seguir, uma ilustração esquemática da tentativa de sistematização walrasiana exposta na quarta lição:

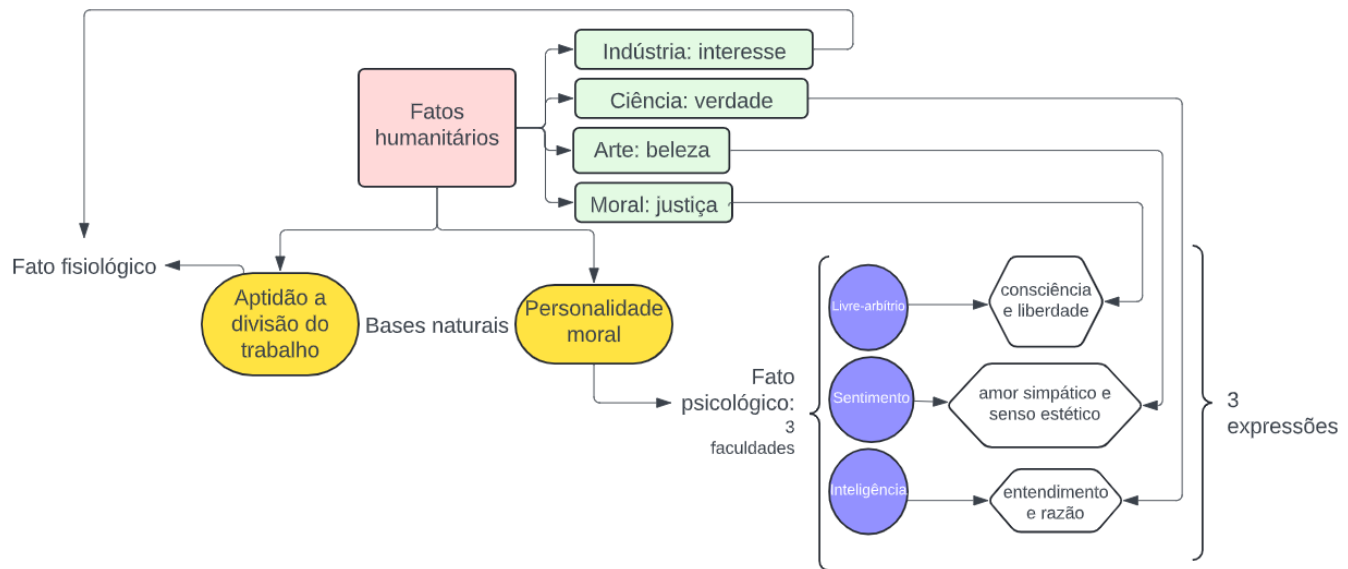


Figura 1 (elaboração própria)

A tal busca pela harmonia geral entre os fatos e seus princípios, mencionada pelo autor no início, não ocorre na lição, entretanto veremos que se dá na lição seguinte, dedicada a isso.

### 2.2.5. 5ª lição

Walras inicia essa lição, intitulada “Da concordância do interesse e da justiça.”<sup>84</sup>, estabelecendo dois tipos de fatos e relações sociais decorrentes dos desenvolvimentos da quarta lição; os primeiros sendo os fatos e relações econômicas e os segundos os fatos e relações morais. O princípio dos primeiros seria a utilidade ou interesse e o dos segundos a justiça. Dessas duas categorias de fatos e relações resultariam também duas ciências sociais: a economia política e

<sup>84</sup> Tradução nossa. No original: “De la concordance de l’intérêt et de la justice. ”.

a ciência social propriamente dita; uma ciência sendo econômica e a outra sendo moral (Ibid., p. 123). Do ponto de vista das relações econômicas, as pessoas seriam seres fisiológicos, já do ponto de vista das relações morais, as pessoas seriam seres psicológicos (Ibid., p. 126).

A economia política compreenderia as teorias da agricultura, da indústria, do comércio, do crédito e da especulação, tendo como objeto a produção agrícola, industrial e comercial de riqueza social advinda da divisão do trabalho e a especialização de cada homem em determinada ocupação. A ciência social, por sua vez, compreenderia as teorias da propriedade e do imposto, da família e do governo, tendo como objeto a distribuição de riqueza, a união entre os sexos e a administração do Estado, resultantes do contato entre os homens enquanto pessoas morais. Os referidos fatos que se constituem enquanto objeto de ambas as ciências são humanitários, não naturais (Ibid., p. 124 – 125).

Nesse trecho de definição dos dois tipos de fatos, seus princípios e suas ciências, Léon traz duas interessantes definições do que seria liberdade de acordo com o ponto de vista de cada um dos fatos. Segundo o ponto de vista dos fatos econômicos, liberdade “(...) consiste unicamente em conformar sua conduta às exigências deste princípio que são reveladas para ele em sua reflexão. E qual é este princípio? É o da utilidade ou do interesse, dito de outra forma, *o melhor da divisão do trabalho*.”<sup>85</sup> (Ibid., p. 124), segundo o ponto de vista dos fatos morais, “(...) consiste unicamente em conformar o exercício de seu arbítrio às exigências deste princípio que se faz perceber pelo exercício de sua inteligência. E qual é este princípio? É aquele do bem e da justiça, dito de outra forma, o melhor da personalidade moral.”<sup>86</sup> (aqui o autor fornece indiretamente uma definição de “interesse” e de “justiça”: interesse consistiria na adequação à melhor divisão do trabalho e justiça consistiria na adequação à melhor personalidade moral) (Ibid., p. 125 - 6). Chama atenção a constatação de que o que o autor entende por liberdade humana está condicionado ou pelas exigências da economia política ou pelas exigências da moral.

Em seguida, Walras estabelece quatro categorias: indústria, moral, arte e ciência, com seus respectivos princípios: interesse, justiça, beleza e verdade. Nenhuma dessas categorias e princípios devem ser subordinadas às outras, sendo independentes entre si. Do ponto de vista dos fatos econômicos, o destino humano é realizado na indústria; do ponto de vista dos fatos

---

<sup>85</sup> Tradução nossa. No original : “(...) consiste uniquement à conformer leur conduite aux exigences de ce principe telles que les leur fait voir la réflexion. Et ce principe, quel est-il ? C’est celui de l’utilité ou de l’intérêt, autrement dit, le mieux de la division du travail.”

<sup>86</sup> Tradução nossa. No original : “(...) consiste uniquement à conformer l’exercice de leur volonté aux exigences de ce principe telles que les leur fait apercevoir l’exercice de leur intelligence. Et ce principe, quel est-il ? C’est celui du bien ou de la justice, autrement dit, le mieux de la personnalité morale.”

morais, o destino humano é realizado na moral, na arte e na ciência (Ibid., p. 126 e 140). Walras coloca em questão então se os dois fatos sociais e suas diferentes categorias e princípios a eles associados são compatíveis ou contraditórios entre si – havendo harmonia no destino humano em caso de compatibilidade e conflito em caso de contradição.

Para desvendar o dilema acerca da harmonia no destino humano, o autor entende que se deve recorrer a análise da natureza humana, isto é, da natureza fisiológica (aptidão a divisão do trabalho) e da natureza psicológica do homem (amor simpático e senso estético; entendimento e razão; livre arbítrio) (Ibid., p. 128). Assim, empreende-se uma breve investigação sobre a relação entre o ponto de vista dos fatos econômicos e o ponto de vista dos fatos morais, que se dá relacionando-se à divisão do trabalho e à indústria, primeiro, o livre arbítrio e a moralidade; em seguida, o entendimento, a razão e a ciência; e, por último, o amor simpático, o senso estético e a arte.

Ao contrário do animal, que satisfaz suas necessidades de modo imediato, o homem só as pode satisfazer indiretamente, através da divisão do trabalho e da troca. No entanto, para que a divisão do trabalho e a troca possam acontecer, é necessário que o homem tenha a posse de si mesmo e o livre arbítrio. A divisão do trabalho implica em uma interdependência entre as pessoas e, conseqüentemente, em uma solidariedade moral entre todos os humanos. O caráter moral do homem seria, neste ponto, condição e consequência da divisão do trabalho e da troca; todos os atos voluntários e livres do homem teriam um caráter moral (Ibid., p. 129 - 133). O autor passa à relação com os fatos da propriedade, da família e do governo, antes de seguir às categorias da ciência e da arte.

Pelo seu caráter intrinsecamente moral, diferentemente do animal, no caso do homem a posse sempre será legítima ou ilegítima. A posse legítima e legal é a propriedade, e a liberdade do homem implica em sua condição de proprietário. São propriedades do homem: seu corpo, sua mente, seu trabalho, seu salário e todas suas posses que são frutos das trocas de seus serviços pessoais. A inscrição do homem no contexto da divisão do trabalho e da troca exige a garantia legal de seu direito de propriedade. Em outras palavras, o fato natural da divisão do trabalho implica no fato da propriedade (Ibid., p. 133 - 4).

Já a relação com a família reside no fato de o homem necessitar de uma formação educacional para ter condições de ocupar alguma posição específica na divisão do trabalho, sendo o apoio de seu pai e de sua mãe fundamental durante esse período de formação, estando junto de seus filhos aprendizes. A família consistiria em um casal com filho(s), com obrigações e direitos

entre os pais e o(s) filho(s) e entre o próprio casal entre si. De acordo com Walras, uma definição essencialmente econômica de casamento seria: “ ‘a associação de dois trabalhadores para criar um ou mais outros e formá-los nas especialidades de suas ocupações’ ”<sup>87</sup> (Ibid., p. 135).

O fato do governo existiria devido ao direito, ao dever e à necessidade econômica de se inscrever como leis as faculdades humanas. Devido a isso, surgiria o poder legislativo, judiciário e executivo, sinônimos do fato do governo (Ibid., p. 136). O governo existiria, entre outras coisas, para atender à divisão do trabalho (a necessidade econômica das leis).

A divisão do trabalho e o livre-arbítrio demandariam o entendimento e a razão. O pertencimento do homem a si mesmo e sua liberdade de escolha só fariam sentido se o homem conhecesse a si mesmo e o mundo em seu entorno, assim como ele não conseguiria satisfazer suas necessidades a partir de suas faculdades e da divisão do trabalho se não fosse pelo entendimento, pela razão, pela linguagem e pela ciência. A indústria, portanto, necessitaria da moral, da linguagem e da ciência. Da mesma maneira, o homem só poderia agir moralmente munido do conhecimento científico do mundo moral. Em suma, a indústria e a moral necessitariam da ciência; na ordem lógica, linguagem e ciência viriam depois de indústria e moral<sup>88</sup> (Ibid., 136 – 7).

O amor simpático e estético seria essencial para a existência humana, pois sem ele o homem não teria motivação e esperanças para lutar pela própria sobrevivência; além disso, ele seria também produzido a partir da divisão do trabalho e do livre-arbítrio, tal como a arte seria produzida a partir da indústria e da moral. A demanda do homem pela poesia e pelas belas artes seria consequência de sua necessidade de se relacionar com o mundo de forma superior através da simpatia e do senso estético (Ibid., p. 138 – 9). Neste ponto, a relação também parece ser de mão dupla: amor simpático e senso estético possibilitariam a própria efetivação da divisão do trabalho (afinal, se o homem não tem forças nem para buscar a própria sobrevivência, não pode se inserir adequadamente na divisão do trabalho) e esse amor simpático e senso estético, por sua vez, só seriam possíveis a partir da divisão do trabalho.

O autor busca resumir sua visão do que foi apresentado até aqui por meio de uma analogia com a física, mais especificamente, com a mecânica e o mecanismo de funcionamento de uma

---

<sup>87</sup> Tradução nossa. No original : “ ‘l’association de deux travailleurs pour en créer un ou plusieurs autres, et les former à la spécialité des occupations’ ”.

<sup>88</sup> Não fica claro o que seria a tal “ordem lógica” que justificaria linguagem e ciência virem antes de indústria e moral. De fato, pelo que foi exposto, parece que faria mais sentido deduzir que linguagem e ciência viessem antes de indústria e moral, já que as segundas seriam necessárias para as primeiras.

locomotiva. O homem seria vinculado ao seu destino moral através de sua sensibilidade, entenderia esse destino através da inteligência e perseguiria esse destino através de seu livre-arbítrio; ele dedicaria-se à ocupação especializada na divisão do trabalho, em busca de seu destino econômico, devido à sua constituição anatômica favorável ao uso de ferramentas e máquinas. Da mesma forma que só é possível que a locomotiva seja uma máquina de tração se ela for uma máquina a vapor – e ela é uma máquina a vapor justamente com o propósito de ser uma máquina de tração, a indústria só seria possível se houvesse a arte, a ciência e a moral – e arte, ciência e moral seriam exercidas justamente com o propósito de se empreender a indústria. As faculdades psicológicas do homem exerceriam sobre suas faculdades fisiológicas a mesma função que o pistão exerce sobre as rodas em uma locomotiva (Ibid., p. 140 – 1). Essas seriam as relações entre os destinos moral e econômico do homem.

A relação entre o ser fisiológico e o ser psicológico do homem seria pacífica e frutífera, haveria complementariedade entre a ordem moral e a ordem econômica e entre seus princípios. Tanto a beleza e a verdade quanto a utilidade (interesse) e a bondade (justiça) estariam em harmonia. Se a arte e a ciência se dão de maneira problemática, é porque elas estariam perseguindo um ideal moral contrário ao ideal econômico (Ibid., p. 141 – 2).

Conforme Walras coloca, o desrespeito à independência entre os princípios, com a subordinação do princípio da justiça ao princípio do interesse, teria causado sérios problemas morais e econômicos ao longo da história. A escravidão, a servidão e o proletarianismo<sup>89</sup> seriam as expressões históricas diversas do mesmo problema relativo à distribuição da riqueza social na sociedade, fruto da tal subordinação indevida de justiça a interesse. O que se faz notável aqui é a proposição de solução do autor para o problema. Segundo ele, diferentemente dos escravos e dos servos que se guiaram pelo ódio e revolta, ansiando pela guerra e pela revolta, os proletários deveriam se guiar pela associação livre e pela reforma legal (Ibid., p. 144 – 6).

Tal como a quarta lição, essa também aparenta ter maior coerência interna, além de estabelecer uma relação de continuidade mais compreensível com a lição precedente. Também da mesma forma como ocorre na lição anterior, aqui há uma abordagem das condições científicas da economia política e da ciência social que se dão mais ou menos nos mesmos termos de *Elementos*, com algumas das diferenças já identificadas na quarta lição. No entanto, ainda há possíveis confusões e incoerências.

---

<sup>89</sup> “Proletário” para Walras é a condição do assalariado cujo salário seja parcialmente subtraído enquanto imposto, impedindo que ele se torne proprietário ou capitalista (Ibid., p. 144).

Uma delas diz respeito ao emprego do termo “moral”. Fica confusa a relação entre os fatos sociais morais, que dualizam com os fatos sociais econômicos, e a moral enquanto uma das quatro categorias que aparece ao lado da indústria, da arte e das ciências, principalmente porque o princípio dos fatos morais seria o mesmo da moral enquanto categoria, o bem ou a justiça, e a ciência social, resultante dos fatos sociais morais, compreenderia os mesmos objetos de análise que a moral enquanto categoria, a propriedade, a família e o governo.

É possível sugerir que nessa quinta lição surge uma solução para o problema identificado na segunda sobre a diferença entre economia política e ciência social. Na segunda lição, ora Walras antagoniza economia política e ciência social, ora coloca economia política como sinônimo de ciência social. Pelo que foi exposto aqui, é sugerida uma polissemia do termo “ciência social”. Ciência social pode se referir tanto ao conjunto de ciências que lidam com fatos sociais quanto à uma ciência específica também chamada de ciência social, a “ciência social propriamente dita”, que estaria contida nesse conjunto ao lado da economia política (Ibid., p. 124). De qualquer forma, o entendimento walrasiano acerca da “ciência social” segue obscuro, seja pela ambiguidade identificada, decorrente da polissemia que o termo assume, seja pela definição incoerente dessa ciência e de seu objeto na quinta lição, decorrente da confusão em relação ao lugar da “moral” em seu sistema.

Outro ponto confuso diz respeito a falta de clareza sobre a relação da quinta lição com a quarta. Até que ponto essa lição se baseia nos desenvolvimentos já apresentados na quarta? Há uma continuidade, de fato, como o autor diz pretender, em relação à quarta lição? Se há essa continuidade, ela não é evidente, entretanto é proposta aqui uma composição da tentativa de sistematização da quinta lição com a quarta. Essa proposta, exposta ao longo deste texto tratando da quinta lição, é ilustrada a seguir, através de um arranjo dos desenvolvimentos da quinta lição com a ilustração esquemática colocada na lição anterior. De fato, as únicas alterações em relação à última ilustração é a introdução dos fatos econômicos em conexão à categoria de fato humanitário “indústria” e dos fatos morais em conexão às categorias de fatos humanitários “ciência”, “arte” e “moral” – a ilustração se encontra ao final desta parte sobre a quinta lição, logo antes de se iniciar a sexta.

Em acordo com a abordagem walrasiana em *Estudos de Economia Social* vista até aqui, a presente lição também tem como ponto de partida e questão central a relação antagônica entre dois campos teóricos, sociais ou políticos, a referida dualidade já apontada, desde a qual o autor busca uma conciliação. Algo interessante da quinta lição é justamente a apresentação de uma nova dualidade (fatos sociais econômicos e fatos sociais morais) que serviria como arcabouço

explicativo e conciliatório para as já conhecidas dualidades entre interesse e justiça e entre economia política e moral.

A sexta e última lição também é marcada pela tentativa do autor de lidar com dilemas através de conciliações.

Ilustração esquemática da tentativa de sistematização presente na quinta lição, em composição com a sistematização da quarta lição:

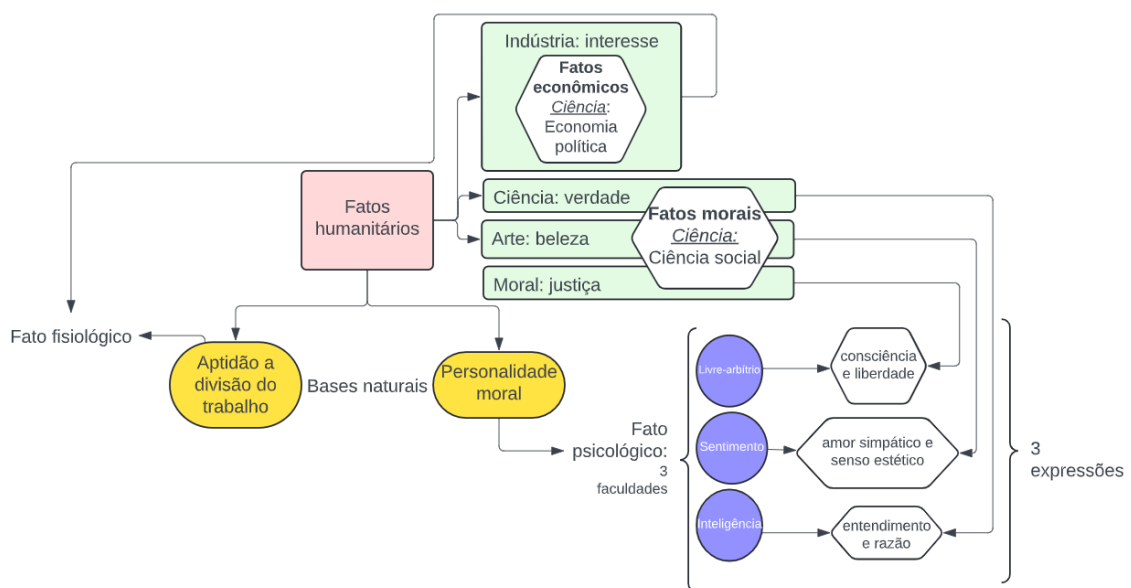


Figura 2 (elaboração própria)

### 2.2.6. 6ª lição

O título da sexta lição é “Do indivíduo e do Estado. Fórmula geral de constituição da ciência social.”<sup>90</sup>. Ela se inicia com uma comparação do autor entre a astronomia e a ciência social. Ao passo que as leis da astronomia seriam reais e objetivas, as leis da ciência social seriam subjetivas e ideais. As verdades das ciências físicas seriam científicas, as das ciências morais seriam morais, embora ambas tenham caráter científico (Ibid., p. 148).

Em contraste com a física e a matemática, que teriam verdades científicas reconhecidas por todos, a economia política e a ciência social caracterizar-se-iam pelo dissenso entre seus especialistas quanto às verdades da área. Léon diz que isso precisa mudar, para que nessas áreas seja possível distinguir o bem do mal, da mesma forma que se distingue o verdadeiro do falso na física e na matemática. Sua ambição seria contribuir para alçar a ciência do mundo moral ao mesmo patamar da ciência do mundo astronômico (Ibid., p. 148 – 150).

Após a comparação da ciência social com outras ciências, o autor parte para a apresentação de duas leis supostamente importantes para o entendimento da ordem social. A primeira lei é chamada de “lei superior da realização do destino humano na sociedade moral” e a segunda de “lei superior da organização da sociedade sobre a base da ordem e da justiça”.

Para explicar a primeira lei, Walras parte da postulação de quatro elementos: o *indivíduo*, que seria o homem abstraído da sociedade a qual pertence; as *condições sociais gerais* que seria a sociedade abstraída das pessoas que a formam; o *Estado*, que seria o agente natural e indispensável que institui as condições sociais gerais; as *posições pessoais particulares*, que seriam o resultado natural e necessário da atividade do indivíduo que se dá em meio às condições sociais gerais (Ibid., p. 153).

Dos quatro elementos, é depreendido um problema duplo: um de ordem e um de justiça. O problema de ordem seria sobre entender quando pessoas deveriam agir individualmente e quando deveriam agir através do Estado, já o problema de justiça seria sobre entender quando pessoas deveriam se beneficiar individualmente e quando deveriam se beneficiar coletivamente dos esforços para alcançar seus destinos (Ibid., p. 153 – 4).

A fim de evitar problemas de desordem e de injustiça, a lei superior da realização dos destinos humanos na sociedade moral prescreveria: “Busca, obtenção e conservação *pelo indivíduo* e

---

<sup>90</sup> Tradução nossa. No original: “De l’individu et de l’Etat. Formule générale de constitution de la science sociale.”

*para o benefício do indivíduo das posições pessoais particulares; estabelecimento, manutenção e aperfeiçoamento pelo Estado e para o benefício do Estado das condições sociais gerais.*”<sup>91</sup> (Ibid., p. 155). O autor identifica sua proposta de solução para o problema de relação entre direitos e deveres do indivíduo e do Estado como a mesma da Revolução Francesa, resumida nas palavras “liberdade” e “igualdade” (*Liberté, Égalité*) (Ibid.). Entretanto, tal proposta, sintetizada nessas duas ideias, ainda precisaria de ser desenvolvida, que é o que é pretendido na lição, a partir das conciliações entre liberdade e autoridade e entre igualdade e desigualdade.

Liberdade seria um direito incontestável do indivíduo, enquanto igualdade seria um direito incontestável do Estado, porém, a autoridade também seria um direito incontestável do Estado e desigualdade seria também um direito incontestável do indivíduo. Só a conciliação entre liberdade e autoridade e entre igualdade e desigualdade traria a solução para os problemas da ordem e da justiça, respectivamente (Ibid., p. 158).

Walras então prescreve a fórmula para conciliação e separação entre direitos e deveres do indivíduo e do Estado desde o ponto de vista da ordem e da justiça. Sob a ótica da ordem a prescrição seria: liberdade para o indivíduo, no que se refere às posições, e autoridade para o Estado, no que se refere às condições; sob a ótica da justiça seria: igualdade de condições no Estado e desigualdade de condições para os indivíduos. Essa prescrição levaria à lei superior da organização da sociedade sobre a base da ordem e da justiça: “Liberdade do indivíduo, autoridade do Estado. Igualdade de condições; desigualdade de posições.”<sup>92</sup> (Ibid., p. 162).

A referenciada prescrição sob a ótica da justiça é explicada pelo autor desde a distinção entre justiça comutativa e justiça distributiva. Em termos de justiça social, a justiça comutativa seria referente à igualdade de condições sociais gerais que o Estado deve proporcionar a todos; a justiça distributiva seria referente a garantia de que toda pessoa individualmente possa desfrutar de sua posição pessoal particular correspondente a seus méritos e deméritos. Sobre essa questão, é interessante mencionar aqui o exemplo dado por Walras para esclarecer esses conceitos de justiça. O exemplo explorado no texto é de uma corrida: a justiça comutativa seria aquela que garantiria que todos os competidores partiriam da mesma posição, enquanto a justiça

---

<sup>91</sup> Tradução nossa. No original: “Recherche, obtention, et conservation par l’individu, des positions personnelles particulières; établissement, maintien et amélioration par l’Etat, et au profit de l’Etat, des conditions sociales générales.”

<sup>92</sup> Tradução nossa. No original: “Liberté de l’individu, autorité de l’Etat. Egalité des conditions; inégalité des positions.”

distributiva seria aquela que garantiria as melhores recompensas para os que chegassem primeiro (Ibid., p. 160 – 1).

Léon reforça nessa lição sua defesa de uma conciliação entre indivíduo e estado (entre individualismo e comunismo) que seria dada aqui pela via da separação e conciliação entre liberdade e igualdade, princípios antagônicos. A coordenação entre a atividade individual e coletiva seria análoga à combinação da dupla movimentação terrestre de rotação e translação, de tal modo que os métodos e resultados da moral e da astronomia seriam os mesmos, havendo, contudo, uma diferença. O duplo movimento da Terra seria natural e inevitável, enquanto o do homem seria dirigido por ele mesmo livremente no mundo moral. Esse movimento do homem ocorreria através de um esforço duplo (um de busca do ideal social e um de sua realização) e de um progresso duplo (progresso das ideias científicas e progresso dos fatos políticos) (Ibid., p. 168 – 9).

Apesar dessa liberdade, o autor alerta para o fato de tanto o individualismo absoluto quanto o comunismo absoluto serem impossíveis por atentarem contra a natureza humana. A humanidade, enquanto grupo, não seria livre para contrariar sua natureza, isto é, o interesse e a justiça, estando fadada a melhorar. A contradição com o que foi dito anteriormente é apenas aparente, já que o homem, individualmente, seria sim livre; a não-liberdade só existiria para a humanidade, não para o homem individual. O triunfo do socialismo científico e liberal seria, logo, inevitável (Ibid., p. 170 – 1).

O conteúdo dessa lição claramente rompe com a aparente continuidade constatada entre a quarta e a quinta lição. Apesar disso, é possível depreender alguma coerência interna, ao mesmo tempo que algumas aparentes contradições se mostram salientes. A importância do que é tratado na lição para os propósitos deste trabalho é explicada pelos esclarecimentos da visão de Walras sobre como economia política e ciência social seriam inseridas entre as ciências, em um sentido mais amplo, e pela maior explicitação da influência de sua visão política e moral em suas aspirações científicas.

De antemão, duas questões já emergem na comparação do autor entre a astronomia e a ciência social, que contextualiza sua abordagem do problema das conciliações (na seara da ordem, da justiça, da liberdade e da igualdade). Uma é a aparente qualificação da economia política como ciência moral e a outra é a identificação do autor de que a distinção entre verdadeiro e falso na física e na matemática seria equivalente à distinção entre bem e mal na economia política e na ciência social.

Devido à ambivalência, já mencionada, do termo “ciência social” e ao não esclarecimento, nessa parte, do que as ciências morais compreenderiam, não é possível ter certeza se a referência do autor às ciências morais incluiria também a economia política. Porém, o contexto no qual a argumentação se insere sugere essa inclusão. São apresentados dois grupos, de um lado, a física e a matemática, do outro, a economia política e a ciência social. A colocação que vem em seguida, de que deve ser possível distinguir o bem do mal no segundo grupo tal como é possível distinguir o verdadeiro do falso no primeiro grupo, indica que as verdades desse segundo grupo seriam verdades morais, sendo relativas, portanto, às ciências morais, caracterizando a economia política como ciência moral, o que leva à segunda questão.

Se a verdade na economia política é uma verdade moral, isto é, que diz respeito à distinção entre bem e mal, e não uma verdade científica, que diz respeito à distinção entre verdadeiro e falso, há uma novidade. A apresentação da economia política dessa forma é diferente, para não dizer antagônica, da forma como essa ciência foi caracterizada nas outras lições e em *Elementos*.

Conforme foi demonstrado, a busca pela conciliação entre dois princípios teóricos ou políticos que Walras percebe como divergentes também marca a sexta lição. No caso, as oposições e conciliações aqui se articulam com certa complexidade entre si. É interessante notar, particularmente, a dualidade “liberdade” e “igualdade”, reivindicada por Léon como ideais da revolução francesa, e a forma como suas oposições se articulam: liberdade opor-se-ia a autoridade, mas também a igualdade, que por sua vez também opor-se-ia a desigualdade.

### **2.2.7. Conclusão**

Se no início deste capítulo foi posta a questão da possibilidade de se falar em Um Walras, com um sistema unitário e coeso, pelo que foi exposto de *Estudos de Economia Social* até aqui, a questão torna-se mais modesta: seria possível apontar alguma unicidade e coesão mesmo na referida obra?

As aparentes contradições e incoerências (tanto entre as lições quanto dentro das próprias lições) e o conseqüente comprometimento do sentido das lições em seu conjunto foram explicitadas. Entretanto, defende-se aqui que seja possível extrair alguma logicidade em meio aos supostos desarranjos; ou, melhor dizendo, que seja possível uma melhor compreensão do que realmente significa se falar em “projeto walrasiano”, integrando as supostas debilidades ao seio dessa compreensão.

Duas características principais atravessam as lições em seu conjunto, fazendo-se notáveis. A primeira é a já apontada desde a primeira lição, que consiste na tônica constante do autor em operar através da identificação de oposições entre duas linhas teóricas ou políticas distintas e a partir disso buscar a resolução dessa contradição através de uma conciliação, que reconhece as virtudes e os defeitos de cada uma das linhas. É uma constante nesse processo de conciliação também que ele culmine na defesa de uma determinada política, seja da reforma social, seja do livre mercado.<sup>93</sup>

Essa característica é explicada pelo próprio Walras no quarto capítulo de *Estudos de Economia Social*, intitulado “Método de Conciliação ou de Síntese”<sup>94</sup>. Nesse capítulo o autor descreve seu método de conciliação da seguinte forma:

“Em cada matéria controversa, primeiramente, se esforça para introduzir uma distinção de pontos de vista; a seguir, através de uma crítica fundamentada, se dá ou não razão a cada um dos sistemas em questão de um ou outro desses pontos de vista; finalmente, se conclui rejeitando as partes falsas e sintetizando as partes verdadeiras.”<sup>95</sup> (Ibid., p. 176 -7)

E em seguida dá como exemplos para a aplicação desse método os casos abordados nas lições: os embates entre materialismo e espiritualismo, empirismo e idealismo, socialismo e liberalismo, comunismo e individualismo, e utilitarismo e moralismo (Ibid., p. 178).

Além do reconhecimento e explicitação por parte do autor desse método, no quarto capítulo também há desenvolvimentos sobre as oposições mencionadas acima. Em moral social, a oposição, ou embate, entre idealismo e empirismo seria traduzida como a oposição entre socialismo e liberalismo<sup>96</sup>, que seria conciliada através da distinção entre ciência e política. A oposição entre materialismo e espiritualismo seria traduzida como sendo entre utilitarismo e moralismo, que seria conciliada através da distinção entre indústria e moral, que por sua vez

<sup>93</sup> A insistência na reforma social como solução conciliatória para as linhas divergentes aparece explicitamente na segunda, terceira e quinta lições (pode-se considerar que se encontra na quarta também, entendendo-se a quinta lição como continuidade da quarta); a defesa do livre mercado, em meio às divergências, aparece na primeira, segunda e terceira lições, mediante a defesa do princípio *laissez faire, laissez passer*. Na sexta lição não há defesa explícita da reforma social como solução para o problema abordado, mas há do socialismo, que no contexto das outras lições é sinônimo de reforma.

<sup>94</sup> Tradução nossa. No original: “Méthode de Conciliation ou de Synthèse”.

<sup>95</sup> Tradução nossa. No original: “En chaque matière controversée, elle s'efforce d'abord d'introduire une distinction de point de vue; puis, par une critique motivée, elle donne alors respectivement raison ou tort à chacun des systèmes en présence à l'un ou à l'autre de ces point de vue; enfin, elle conclut en opérant le rejet de parties fausses et la synthèse de parties vraies.”.

<sup>96</sup> Em relação especificamente às oposições idealismo versus empirismo e socialismo versus liberalismo, convém mencionar que essa é a temática à qual o primeiro texto de *Estudos de Economia Social* é dedicado, cujo título é justamente “Socialismo e Liberalismo. Cartas ao Senhor Ed. Scherer”. (Tradução nossa. No original: “Socialisme et Libéralisme. Lettres à M. Ed. Scherer.”).

levaria à conciliação entre interesse e justiça. Haveria ainda a oposição entre comunismo e individualismo, que seria conciliada através da distinção entre posições e condições (Ibid., p. 179).

A segunda característica é a tentativa de estabelecer sistemas conceituais mais ou menos complexos que se estruturam através das relações entre o que ele chama de categorias, princípios, fatos, teorias, escolas e ciências. Não é claro se o autor busca estabelecer um sistema único ou diferentes sistemas que guardam alguma independência entre si ao longo das lições. A primeira tentativa clara de introdução de um sistema mais complexo ocorre na terceira lição, em que há um esforço de desembaraço das diversas oposições confusas da segunda lição. O sistema apresentado na quarta lição pode ser interpretado como derivação de um caso específico da tentativa de sistematização da terceira lição, sendo, porém, um sistema mais claro e bem arranjado, no qual, supõe-se, é inserida uma oposição central na quinta lição. Já na sexta lição, há um sistema de oposições, distinto das outras duas tentativas de sistematizações e relativamente coerente, apesar de guardar alguma complexidade.

Em suma, no que tange aos sistemas, é possível dividir as lições em três grandes grupos: o primeiro sistema da terceira lição, mais confuso e geral; o segundo sistema da quarta lição, mais coerente e referindo-se especificamente às questões humanitárias; o sistema da sexta lição, também mais coerente e tratando de questões morais na ordem social. O que se pode tirar é que a primeira característica (a da oposição entre as linhas teóricas ou políticas) passa a se inserir nessas tentativas de sistematizações conceituais, complexificando essas relações de oposição. No final das contas, é possível conceber que essas duas características se complementam e são, de certa forma, inseparáveis.

Embora as oposições e os sistemas propostos por Léon sejam teóricos e abstratos, suas preocupações nessa obra são bem concretas: dizem respeito ao problema da propriedade e do imposto na sociedade em que ele vivia, isto é, em países da Europa Ocidental da segunda metade do século XIX. De acordo com o próprio autor, as questões da propriedade e do imposto não poderiam ser separadas, seriam ambas a questão da distribuição da riqueza social, que determinaria a parte da riqueza social que caberia ao indivíduo, dada pelo fruto de seu trabalho e suas respectivas trocas, e a parte que caberia ao Estado, dada pela arrecadação de impostos (Ibid., p. 44). O fato de as resoluções para as questões (colocadas abstratamente no primeiro momento) se darem no campo da defesa de determinada política, no caso a reforma social, atesta isso.

Falar simplesmente em reforma social é ainda abstrato; no entanto, Walras especifica e explica, de forma relativamente detalhada, o que seria essa reforma social por ele defendida que daria conta da questão da propriedade e do imposto. Essa caracterização da reforma defendida por Walras ocorre primeiramente na primeira lição, quando o autor sugere que o comunismo deveria prevalecer no que diz respeito à propriedade da terra e de seu produto e que o individualismo deveria prevalecer no que diz respeito à apropriação dos frutos do próprio trabalho, não devendo haver, portanto, impostos sobre salários (Ibid., p. 44 – 5).

Essa especificação e explicação de seu projeto de reforma social aparece novamente somente na sexta lição, em que Walras descreve:

Aqui está como essa repartição será dada: um dos dois tipos naturais de riqueza social - as faculdades pessoais e o trabalho - é atribuído, de acordo com o direito natural, à propriedade e ao usufruto individuais; o outro tipo natural de riqueza social - a terra e os sua renda - é atribuído, de acordo com o direito natural, ao usufruto comum e coletivo através do imposto; e, então, todos os homens da sociedade contribuem obrigatoriamente em partes iguais para os custos dos serviços do Estado, da mesma maneira que eles participam obrigatoriamente de forma igual nesses mesmos serviços. É assim que eu entendo a aplicação do princípio da contribuição igual e obrigatória.<sup>97</sup> (Ibid., p. 165)

Tal visão é reforçada no texto “Teoria da Propriedade”<sup>98</sup>, na segunda parte, em que são estabelecidos alguns teoremas, dentre eles o primeiro que diz: “As faculdades pessoais são, por direito natural, propriedade do indivíduo”<sup>99</sup> (Ibid., p. 214); esse teorema estaria associado ao princípio da desigualdade de posições apresentado nas lições. Já o segundo teorema diz: “As terras são, por direito natural, propriedade do Estado”<sup>100</sup> (Ibid., p. 218); teorema que estaria associado ao princípio da igualdade de condições, já que a terra, como todos os recursos naturais, pertenceria à humanidade como um todo.

Assim sendo, a justa solução walrasiana para o problema da propriedade e do imposto passaria pela apropriação das terras pelo Estado, seguido pelo arrendamento dessas terras a agricultores e pelo uso da renda advinda desse arrendamento para seu próprio financiamento. O financiamento do Estado via renda da terra possibilitaria a abolição de todos os impostos, garantindo que todo o salário e capital da economia pertencessem integralmente aos indivíduos, abrindo-se espaço à “seleção natural” (Ibid., p, 222- 3). Eis, de modo mais concreto, a

<sup>97</sup> Tradução nossa. No original: “Voici comment cette répartition s'effectue: une des deux espèces naturelles de la richesse sociale, - les facultés personnelles et leur travail, - est attribuée de droit naturel à la jouissance collective ou commune par l'impôt ; et, dès lors, les hommes en société contribuent forcément pour une part égale aux charge des services d'Etat, de même qu'ils participent forcément pour une part égale au bénéfice de ces mêmes service d'Etat. C'est ainsi que j'entends l'application du principe de la contribution égale et obligatoire.”

<sup>98</sup> Tradução nossa. No original: “*Théorie de la Propriété*”.

<sup>99</sup> Tradução nossa. No original: “*Les facultes personnelles sont, de droit naturel, la propriété de l'individu.*”

<sup>100</sup> Tradução nossa. No original: “*Les terres sont, de droit naturel, la propriété de l'Etat*”

conciliação de Walras entre socialismo e liberalismo, entre justiça e interesse, entre Moral e Economia Política.

Apesar de *Estudos de Economia Social* ser uma obra cujo propósito é tratar da economia social no escopo de sua tríade, é evidente que as questões abordadas na terceira e quarta parte podem ser consideradas, segundo os próprios critérios walrasianos, como pertencentes também à sua doutrina da economia política aplicada, como bem percebem Daal e Walker (2010, p. xxvii). Algumas das equações apresentadas em *Elementos* também aparecem aqui, para conduzir as explicações, auxiliando na formação dos argumentos do autor. A terceira parte é dedicada à exposição de como o Estado operaria para comprar as terras de seus proprietários para promover sua nacionalização, discutindo-se questões como o estabelecimento do preço dessa compra e o valor a ser cobrado dos arrendatários. A quarta parte é dedicada à discussão sobre a tributação, porém de forma bem mais concreta, debatendo-se a adequação dos critérios de cobrança de impostos em contextos específicos, como o da França, o da Alemanha e o da Bélgica do tempo em que o texto foi publicado; são abordadas questões como do imposto único ou múltiplo, do imposto progressivo e da forma de se tributar a terra após sua nacionalização.

Dessa forma, é interessante perceber as interseções claras entre as distintas doutrinas walrasianas, embora Walras mesmo não explicita essa intenção nesse texto. Visto o caráter prático e concreto das preocupações walrasianas, passemos agora à doutrina que, em tese, é a mais concreta do pretendido sistema walrasiano, a economia política aplicada.

### 2.3. Estudos de Economia Política Aplicada

O segundo *Estudos* de Walras é, no mínimo, tão valioso quanto o primeiro para se compreender o sentido do pretense projeto walrasiano. Se *Elementos de Economia Política Pura* tem, no geral, um aspecto mais abstrato e árido, pode-se dizer que ambos os *Estudos* se complementam na explicitação do sentido científico e político que a economia política tinha para Walras.

A particularidade desse segundo *Estudos* reside na abordagem tipicamente walrasiana diante de problemas econômicos práticos, de debates econômicos da vida cotidiana. Um caso notável dessa abordagem está presente já na primeira seção da obra, intitulada “Moeda”<sup>101</sup>. O primeiro texto, “Moeda de ouro com nota de prata reguladora”<sup>102</sup>, consiste em uma discussão sobre as

---

<sup>101</sup> Tradução nossa. No original: *Monnaie*.

<sup>102</sup> Tradução nossa. No original: *Monnaie d'or avec billon d'argent régulateur*.

necessidades e possibilidades de se regular o valor do dinheiro. Aqui Walras lança mão novamente de seu método de conciliação, criticando - com base em uma concepção de preços na utilidade marginal, sua *rareté* -, tanto os monometalistas quanto os bimetalistas e propõe uma própria teoria nova, de certa forma intermediária entre as duas posições: um sistema em que a variação do valor do dinheiro seria regulada pela introdução ou retirada de uma nota (*billon*) de prata, mantendo a quantidade de metal precioso usada como moeda em equilíbrio (Walras, 1896, p. 3 – 5).

A abordagem tipicamente walrasiana também aparece na segunda seção, “Monopólios”<sup>103</sup>, no texto “O Estado e as Ferrovias”<sup>104</sup>. Nesse texto, Walras trata da questão da regulação dos mercados, discutindo a legitimidade e o dever do Estado em intervir nos mercados que operam sob monopólio, mais especificamente, no serviço ferroviário. O ponto de partida é a crítica à abordagem dos economistas liberais e dos economistas socialistas. Embora eles tenham visões opostas entre si, com os primeiros advogando pelo *laisser-faire, laisser-passer* e os segundos pelo intervencionismo estatal, nenhum dos dois grupos apresentaria demonstrações rigorosas para defender suas posições (Ibid., p. 195). Mais uma vez, o economista de Lausanne aplica seu método de conciliação, lidando com socialistas e liberais, tal qual no outro *Estudos*, porém com essa disputa se dando aqui em torno de um problema mais imediato que movimentava a Europa em que o autor vivia. Léon então discorre sobre sua posição de forma detalhada, ponderando diversas nuances, analisando quando a livre concorrência seria possível e quando seria preciso alguma intervenção estatal.

A economia política pura de fato demonstraria que a produção e troca sob o regime da competição leva a maior satisfação possível das necessidades de todos – a livre concorrência seria de interesse social, porém isso só seria possível sob duas condições: i) que o preço de cada serviço e produto seja único, com uma igualdade entre oferta e demanda; ii) que o preço de venda seja igual ao custo de produção. A primeira condição seria da ordem do interesse e a segunda da ordem da justiça. Na prática, para que essas condições sejam alcançadas, é necessária uma multiplicidade de ofertantes e consumidores. No caso de um mercado sob monopólio, as mercadorias são vendidas acima de seu preço de custo, levando os ofertantes a auferir lucros e onerando os consumidores. Tal situação seria indesejada, inviabilizando a aplicação do princípio do *laisser-faire, laisser-passer*; é aqui que a intervenção estatal seria bem-vinda, com o Estado mesmo operando como ofertante nesse mercado, ou, pelo menos,

---

<sup>103</sup> Tradução nossa. No original: *Monopoles*.

<sup>104</sup> Tradução nossa. No original : *L'Etat et les Chemins de Fer*.

regulando-o, para que os ofertantes não auferam lucros. O autor faz ainda uma distinção entre dois tipos de monopólios, os morais e os econômicos (p. 196 - 208).

Outro caso que vale a pena chamar atenção é o do segundo texto, “*A économique aplicada e a defesa dos salários*”<sup>105</sup>, da terceira seção, “Agricultura, Indústria, Comércio”<sup>106</sup>. Nesse texto, Walras analisa as causas da insatisfação dos trabalhadores com seus salários e condições de trabalho, o que frequentemente levava a greves. Para Léon, a greve seria algo indesejado já que prejudicaria ambas as partes (trabalhadores e empresários), não resolvendo de fato o problema em questão dos grevistas. O autor recorre então à sua economia política pura para compreender o fenômeno da insatisfação e dos trabalhadores tentar resolvê-lo. Através de equações de seu *tâtonnement*, Walras diagnostica o desequilíbrio no mercado de trabalho como origem do problema de salários injustos e condições precárias. Uma competição falha entre os empregadores, por exemplo, poderia fazer com que a demanda por trabalho ficasse aquém de sua oferta, causando desemprego e salários abaixo de seu valor justo, que seria o salário de equilíbrio. Assim, a insatisfação dos trabalhadores com seus salários e condições trabalho e as consequente greves seriam um indicativo de desequilíbrio nesse mercado. Léon se opõe completamente ao uso da força e da repressão estatal para lidar com as greves; para superar esse problema seria necessário garantir as condições de livre concorrência, onde ela fosse possível, e de regulação do mercado, em caso de um mercado sob monopólio, garantindo com isso a livre mobilidade do trabalho. Em suma, para o autor o mercado de trabalho encontrar-se-ia ainda muito desorganizado, à medida que fosse se organizando, esses problemas trabalhistas desapareceriam. Algo que corroboraria esse diagnóstico seria a comparação do mercado de trabalho com o mercado de capitais: no mercado de capitais não havia greve dos empreendedores em relação aos capitalistas, justamente porque esse mercado seria melhor organizado (Ibid., p. 273 – 9).

Em outros textos de *Estudos*, também há demonstrações do lugar ocupado pelo princípio do *laisser-faire, laisser-passer* - tão caro ao liberalismo walrasiano - no interior da concepção científica, política e social do autor. Em “Teoria do livre comércio”<sup>107</sup>, na mesma seção do texto do parágrafo acima, Léon qualifica o livre comércio simplesmente como a livre concorrência em escala global – sendo, portanto, algo bom, a ser defendido - e coloca como condição para sua possibilidade suas propostas apresentadas no primeiro *Estudos*, a nacionalização das terras

<sup>105</sup> Tradução nossa. No original: *L'Économique appliquée et la défense des salaires*.

<sup>106</sup> Tradução nossa. No original: *Agriculture, Industrie, Commerce*.

<sup>107</sup> Tradução nossa. No original: *Théorie du libre échange*.

e a abolição de todos os impostos, além de uma paz mundial, pelo menos entre os países envolvidos na dinâmica de comércio (p. 298 – 300).

Em “Teoria matemática das cédulas”<sup>108</sup>, na seção “Banco”<sup>109</sup>, é debatida a questão se a emissão de cédulas (de papel-moeda) deve ser feita pelo Estado, por algum banco com poder de monopólio ou por vários bancos. A resposta depende do entendimento da natureza desse serviço: se a emissão é um serviço público, se é um serviço privado que opera sob monopólio natural ou se é um serviço privado que pode operar sujeito à livre concorrência. Ao longo de sua argumentação, Walras enfraquece a ideia de que poderia ser um serviço privado. A sujeição da emissão de cédulas ao princípio do *laisser-faire, laisser-passer* exporia a sociedade às crises financeira e monetária. Por outro lado, o autor não é categórico na defesa de uma proposta clara; segundo ele, os inconvenientes da emissão de cédulas superariam as vantagens, sendo esse serviço um perigoso instrumento de crédito (Ibid., p. 339 – 375).

No texto “A bolsa: especulação e agiotagem”<sup>110</sup>, na seção “Bolsa”<sup>111</sup>, é conduzido um estudo sobre o funcionamento do mercado de ações, ou bolsa de valores, que seria um mercado excepcionalmente bem organizado sob o princípio da concorrência. A atenção de Léon nesse capítulo volta-se especialmente para a figura do especulador financeiro. Especulação financeira consistiria na prática de comprar títulos de propriedade de capital somente com a finalidade de revendê-los por um preço acima do que comprado, auferindo-se lucro. A prática seria normal, legítima e útil, possibilitando o pleno funcionamento desse mercado e impulsionando o estabelecimento de novas empresas e o sucesso de novos empreendimentos. No entanto, ocorreriam abusos por parte de alguns especuladores, que Walras chama de agiotagem (*agiotage*). A agiotagem atrapalharia o funcionamento ótimo desse mercado, demandando, dessa forma, uma regulação por parte do Estado (Ibid., p. 401 - 432).

Ao final desse texto sobre a bolsa, o economista de Lausanne faz considerações que servem para todo o livro *Estudos de Economia Política Aplicada*. Léon critica quem reduz toda a *économique*<sup>112</sup> a duas palavras, *laisser-faire*:

“*Laisser-faire* não significa *ne rien faire* (nada fazer), mas *laisser agir la libre concurrence* (deixar agir a livre concorrência). Lá onde a livre concorrência não pode agir, cabe ao Estado intervir a fim de substituí-la; e lá onde a livre concorrência pode agir, cabe ao Estado intervir a fim de organizá-la, assegurando

<sup>108</sup> Tradução nossa. No original: *Théorie mathématique du billet de banque*.

<sup>109</sup> Tradução nossa. No original: *Banque*.

<sup>110</sup> Tradução nossa. No original: *La bourse: la spéculation et l'agiotage*.

<sup>111</sup> Tradução nossa. No original: *Bourse*.

<sup>112</sup> O uso do termo “*économique*” nas citações deste livro em vez de “economia política” é algo que será tratado no terceiro capítulo. Por enquanto, basta saber que no contexto os dois termos são sinônimos.

suas condições e melhorando seu funcionamento.”<sup>113</sup> (Ibid., p. 430) (parênteses nossos).

Feitas a apresentação geral dos aspectos mais interessantes desse segundo *Estudos* para este trabalho, passemos ao último texto contido nesse livro, “Esboço de uma doutrina econômica e social”, que, como já foi colocado, tem um caráter anexo ao restante da obra.

*Esboço de uma doutrina econômica e social*

“Esboço” é basicamente um resumo das ideias de Walras sobre ciência, mais especificamente, sobre a economia política enquanto ciência. Muito do que está presente nesse texto já foi abordado ao longo deste trabalho, mas, ainda assim, ele nos oferece algumas novas abordagens que podem ser frutíferas para o entendimento do sentido científico da economia política para Léon.

É apresentado ao leitor nessa parte um curioso conceito do pretense sistema walrasiano, denominado *cénonique*. A *cénonique général* seria uma ciência abstrata e racional, compreendendo a ética pura e a economia pura. O *homo ethicus*<sup>114</sup> junto ao consagrado *homo æconomicus*<sup>115</sup> constituiria o *homo cænonicus*, o homem que vive em sociedade (Ibid., p. 450 – 1).

É feita uma suposta analogia com a mecânica: a *cénonique* definiria a vontade humana, a necessidade e o desejo como causa das atividades moral e econômica do homem do mesmo modo que a mecânica definiria a força como causa do movimento (Ibid., p. 451). Contudo, não se trataria de uma analogia, diz Walras: “(...) o *économique* não é uma ciência análoga à mecânica; *ele é a própria mecânica* aplicada ao equilíbrio e ao movimento da riqueza social como a hidráulica é a própria mecânica aplicada ao equilíbrio e movimento dos líquidos.”<sup>116</sup> (destaque nosso) (Ibid., p. 450). O conceito de *cénonique* teria sido tomado por Léon de Franklin H. Giddings.

A seguir, o autor identifica brevemente algumas categorias de ciência. Primeiro define-se a ciência pura natural e a ciência pura moral. A ciência pura natural resultaria da aplicação da

<sup>113</sup> Tradução nossa. No original: “Laisser-faire ne doit pas signifier ne rien faire (nada fazer), mas laisser agir la libre concurrence. Là donc où la libre concurrence ne peut agir, il y a lieu, pour l’Etat, à intervenir afin de la suppléer ; et là où la libre concurrence peut agir, il y a lieu, pour l’Etat, à intervenir afin de l’organiser, d’assurer les conditions et le milieu de son fonctionnement.”

<sup>114</sup> Homem dotado de simpatia, senso estético, entendimento, razão e de uma vontade consciente e livre.

<sup>115</sup> Homem que promove a divisão do trabalho para maximizar a satisfação de suas necessidades, que compra e vende produtos e serviços de acordo com sua rareté.

<sup>116</sup> Tradução nossa. No original: “l’économique n’est pas une science analogue à la mécanique; elle est la mécanique elle-même appliquée à l’équilibre et au mouvement de la richesse sociale comme l’hydraulique est la mécanique elle-même appliquée à l’équilibre et au mouvement des liquides.”

matemática à física, à química e à fisiologia vegetal e animal; a ciência pura moral resultaria da aplicação da *cénonique* e do *économique* à psicologia, à história, à sociologia, à geografia e à estatística. Toda ciência pura dar-se-ia a partir da verdade pura, racional e experimental (Ibid., p. 452 – 3).

Depois, define-se a ciência aplicada moral e a ciência aplicada natural. A ciência aplicada moral diria respeito à relação de pessoas entre si, dando-se a partir da verdade da justiça, que seria exclusivamente racional; a ciência aplicada natural diria respeito à relação entre pessoas e coisas, dando-se a partir da verdade da utilidade, que seria racional e experimental. O autor passa a chamar a ciência aplicada moral simplesmente de ciência moral e a ciência aplicada natural de ciência aplicada. O *économique* aplicado seria uma ciência aplicada *suis generis*, pois trataria da relação dos homens entre si, porém não enquanto pessoas morais, mas enquanto trabalhadores que dividem o trabalho, tendo em vista suas relações com as coisas (Ibid., p. 453).

Haveria ainda a categoria da prática, consistindo, como o próprio nome sugere, na prática dos princípios e regras da ciência aplicada moral e da ciência aplicada natural. A prática da primeira é denominada moral e a da segunda indústria (Ibid.).

A terceira, quarta e quinta parte do texto tratam, respectivamente, da economia política pura, da economia social e da economia política aplicada de Walras. No contexto, a economia política pura seria uma ciência pura natural, a economia social seria uma ciência aplicada moral (ciência moral) e a economia política aplicada seria uma ciência aplicada natural (ciência aplicada).

Na quinta parte, o autor aponta mais uma convergência entre a economia política aplicada e a economia social. Para além de a nacionalização das terras e abolição dos impostos ser condição para o livre comércio, elas trariam também outra vantagem do ponto de vista do interesse, pois a separação entre proprietário fundiário e empresário do cultivo seria mais favorável à produção, logo satisfazendo tanto o princípio do interesse quanto o da justiça concomitantemente (Ibid., p. 471).

### **2.3.1. Conclusão**

Talvez não seja exagero dizer que *Estudos de Economia Política Aplicada* contenha os textos mais descomplicados e assimiláveis na tríade walrasiana, sem a aridez e complexidade de *Elementos* e também sem o caráter enigmático, por vezes obscuro, do outro *Estudos*. A chegada da teoria walrasiana a questões práticas realmente ajuda a esclarecer qual seria o papel social

vislumbrado por Léon com suas elaborações. Como foi visto, no entanto, Walras já começa a abordar questões práticas em *Estudos de Economia Social*, ao discorrer sobre o processo de nacionalização das terras e abolição dos impostos.

Antes de seguirmos ao terceiro capítulo, convém o apontamento de uma aparente contradição entre o texto “O *économique* aplicado e a defesa dos salários” e “Esboço”. Na quarta parte de “Esboço”, Walras trata da questão da correspondência entre as necessidades financeiras do indivíduo e seu salário, respondendo à hipótese de insatisfação do trabalhador em relação ao seu salário, devido a incompatibilidade desse com suas necessidades. A conclusão é que, nesse caso, o Estado não deveria fazer nada a respeito, pois o salário seria correspondente à faculdade pessoal de cada um e uma intervenção estatal faria com que os indivíduos inábeis, preguiçosos e perdulários vivessem às custas dos hábeis, esforçados e poupadores, o que seria contrário ao princípio da justiça e ao princípio do interesse (utilidade) (Ibid., p. 472 – 3). Essa argumentação defende uma tese que é, no mínimo, aparentemente contrária à apresentada “O econômico aplicado e a defesa dos salários”, na qual, como foi visto, o autor identifica insatisfações dos trabalhadores em relação aos próprios salários com desequilíbrios no mercado de trabalho.

### 3. NASCIMENTO DA *ECONOMICS*, MORTE DA ECONOMIA POLÍTICA

Pelo que foi visto até aqui, fica claro que para o próprio Walras havia sim umnexo, não só possível, mas necessário, entre suas três doutrinas. Ele discorre sobre essa questão da forma sistemática na quinta lição de *Estudos de Economia Social*, demonstrando como os fatos relacionados às quatro categorias têm uma interdependência entre si. A relação entre as diferentes doutrinas aparece de maneira prática na sua defesa de nacionalização das terras e abolição dos impostos: ao mesmo tempo em que essas duas medidas fariam justiça, elas viabilizariam a aplicação do princípio do *laisser-faire, laisser-passer*, o mais adequado ao princípio da utilidade ou interesse; seria, porém, necessário se recorrer às elaborações da ciência da economia política pura para maximizar a utilidade social, já que, como é argumentado, a defesa do *laisser-faire, laisser-passer* sozinha, de forma abstrata, poderia trazer efeitos deletérios, sendo necessária a intervenção científica do Estado para garantir o interesse social (ou, colocado de outra maneira, a maximização da utilidade social).

De fato, Walras aponta, mais de uma vez, a precedência de sua economia política pura em relação às outras doutrinas, recorrendo frequentemente à mecânica para justificar sua posição e, na quinta lição, apesar da demonstração da interdependência entre as doutrinas, não é apresentada uma dependência direta dos fatos da categoria ciência em relação aos fatos das outras categorias. Os fatos da ciência só são demonstrados como condicionantes de fatos de outras categorias. Isso, aliado à circunstância de *Elementos de Economia Política Pura* ter sido a primeira obra publicada da trilogia do autor e a que recebeu mais atenção e cuidado em suas edições, pode indicar uma primazia e independência da doutrina da economia política pura em relação às outras e, conseqüentemente, uma primazia e certa independência da teoria do equilíbrio geral em relação ao restante do projeto walrasiano.

Se isso for verdade, não seria tão danoso o fato de o reconhecimento de Walras ter historicamente se resumido praticamente a *Elementos* e de os estudiosos da teoria do equilíbrio geral quase sempre ignorarem as outras elaborações de Léon. Talvez, Léon acreditasse que isso fosse verdade mesmo, entretanto, analisando o encadeamento lógico de seus textos, não procede. Não há nem precedência nem, muito menos, independência possível da economia política pura. As concepções científicas, políticas e sociais presentes nos livros das outras duas doutrinas esclarecem pontos centrais do sentido científico, político e social de *Elementos*. Não é possível uma compreensão adequada do que Walras e sua teoria do equilíbrio geral representam na

história do pensamento econômico e social sem levar em conta seu projeto triádico, seu pretensão sistema.

Para Walras, a primazia e independência da economia política pura ficam evidentes em passagens como a citada no segundo capítulo, em que é colocado que essa doutrina opera

“a partir da tomada de tipos reais da experiência e abstraindo-os em tipos ideais, a partir dos quais elaboram-se a priori todos seus teoremas e demonstrações, alcançando-se verdades puras; depois, haveria o retorno à experiência, visando a aplicação das conclusões obtidas, não sua verificação. As verdades puras de economia política pura levariam a soluções para os problemas encontrados no âmbito da economia política aplicada e da economia social”.

A economia política pura seria, portanto, uma ciência físico-matemática, abstrata.

A questão aqui é que os “tipos reais tomados da experiência” e abstraídos em tipos ideais referem-se a uma experiência específica, no caso uma experiência que se dá em uma ordem social e econômica historicamente determinada. Os tipos reais abstraídos advêm da ordem social e econômica do capitalismo. Na vigésima segunda lição de *Elementos*, o economista de Lausanne aponta que “tivemos que tomar até agora e só tomamos a livre-concorrência como um fato, ou mesmo como uma hipótese; pois pouco nos importava que a tivéssemos visto: bastava, a rigor, que a tivéssemos podido conceber.”<sup>117</sup> (Walras, 1926, p. 232) e reconhece, na quadragésima primeira lição, que é possível um sistema no qual o Estado assuma o papel dos empresários privados na produção, restando, nesse caso, “demonstrar, por meio da Economia Política Aplicada e da Economia Social, que esse sistema não estaria em conformidade com o interesse geral e com a equidade social”<sup>118</sup> (ou seja, reconhece a viabilidade de concepção de um regime de produção que não seja pautado pela livre concorrência). Ainda na vigésima segunda lição, à crítica de que, sendo a livre concorrência uma mera hipótese, seu estudo minucioso só seria justificado pela mera curiosidade, Walras responde que seu estudo, na verdade, conduz “à regra geral e superior da liberdade de produção. A liberdade propicia, em certos limites, o máximo de utilidade (...)”<sup>119</sup> (Ibid., p. 232). No mesmo trecho é colocado:

“estudamos sua natureza, suas causas e suas conseqüências. Acontece agora que essas conseqüências se resumem na obtenção, dentro de certos limites, do máximo de utilidade. Assim, esse fato torna-se um princípio de interesse, ou uma regra, que pode ser minuciosamente aplicada à agricultura, à indústria e ao comércio.

<sup>117</sup> Tradução nossa. No original : “nous n'avons du prendre et n'avons pris jusqu'ici la libre concurrence que comme un fait, ou même que comme une hypothèse; car il importait peu que nous l'eussions vue: il suffisait a la rigueur que nous l'eussions pour concevoir.”.

<sup>118</sup> Tradução nossa. No original : “démontrer, par l'économie politique appliquée et par et par l'économie sociale, que ce système ne serait conforme ni a l'intérêt générale ni à l'équité sociale. ”.

<sup>119</sup> Tradução nossa. No original: “à la règle générale et supérieure de la liberté de la production.”.

Dessa forma, a conclusão da ciência pura nos leva ao limiar da ciência aplicada.<sup>120</sup> (Ibid.)

Ou seja, a equivalência do tipo real da experiência tomado pela economia política pura walrasiana aos elementos que condicionam uma sociedade regida pela livre concorrência é uma escolha que seria justificada pelo fato de a livre concorrência ser o sistema que levaria à maximização da utilidade. No entanto, como Walras afirma, a maximização de utilidade, ou o interesse, é uma consequência da economia política pura, não seu princípio, seu princípio seria a verdade. Se, dentre as diversas formas de reprodução social possíveis,<sup>121</sup> os elementos constituintes da forma capitalista sob livre concorrência seriam os únicos representantes da ciência pura porque essa forma seria a única que levaria à maximização de utilidade, a maximização de utilidade torna-se também um princípio da economia política pura, não só da economia política aplicada, como fora colocado até aqui – no contexto, pode-se compreender também a maximização de utilidade como um princípio da verdade para Léon. A economia política aplicada e sua defesa da livre concorrência estão presentes na economia política pura desde o início da construção da teoria do equilíbrio geral pelo menos como pressupostas.<sup>122</sup>

De acordo com as passagens das duas lições acima consideradas, até parece haver algo de tautológico nessa relação entre a economia política pura e a economia política aplicada: o tipo real da experiência no qual a economia política pura se edifica são elementos do capitalismo que condicionam uma idealização walrasiana da livre concorrência; a abstração desses elementos e dedução lógica de seus mecanismos internos levaria à maximização de utilidade; a maximização de utilidade, por sua vez, seria princípio da economia política aplicada; a economia política aplicada, isto é, o estudo da aplicação da teoria do equilíbrio geral, levaria à conclusão de que o capitalismo sob livre concorrência é o sistema maximizador de utilidade; esse fato explicaria a tomada de certos elementos na economia política pura como fundamento

---

<sup>120</sup> Tradução nossa. No original: “nous en étudions la nature, les causes, les conséquences. Il se trouve à présent que ces conséquences se résument en l'obtention, dans certains limites, du maximum d'utilité. Par là ce fait devient un principe d'intérêt, ou une règle, dont il n'y a plus qu'à poursuivre l'application détaillée à l'agriculture, à l'industrie, au commerce. Ainsi, la conclusion de la science pure nous met au seuil de la science appliquée.”

<sup>121</sup> Ou, pelo menos, entre duas possíveis, já que Walras reconhece ao menos uma alternativa concebível à livre concorrência.

<sup>122</sup> Vale lembrar aqui que foi visto na exposição da primeira lição de *Estudos de Economia Social* que, para Walras, enquanto a economia política pura e a economia social efetivamente inexistiam, devido à absoluta falta de consenso entre as diferentes escolas, a economia política aplicada seria a única bem-sucedida. Dessa forma, historicamente, a economia política aplicada precederia tanto a economia política pura quanto a economia social; ela teria sido a primeira a surgir, o que aparentemente contraria a tese walrasiana de precedência necessária da economia política pura.

para se deduzir a livre concorrência ideal. A livre concorrência como regime maximizador de utilidade é ao mesmo tempo ponto de partida e conclusão na relação.

Economistas como William Baumol (1965) já apontaram impasses e circularidades no argumento walrasiano. William critica o salto lógico na teoria do equilíbrio geral que advém da conclusão de que, na troca, se a razão entre as utilidades marginais for igual à razão entre os preços, os consumidores estarão na melhor situação que a atividade humana pode propiciar, dado o estado da técnica e os recursos disponíveis. Ora, se a troca maximizadora de utilidade é fruto da atividade humana, o sistema de preços, assim como o preço de cada mercadoria também é. O que garante que a outra relação de preços os consumidores não poderiam estar melhores (p. 61 – 2)? Walras não tem uma resposta para isso, mas outra configuração de preços não seria possível em seu modelo, já que dado nível de preços não é um axioma, mas consequência de condições institucionais e de regras básicas de negociação (Walker, 1984). O ponto é que a teoria do equilíbrio geral já parte de determinado arranjo institucional, tomado como dado. Independente do juízo moral que se faça das consequências da economia política pura de Walras, fato é que ela leva a uma situação social específica, dada pelas condições institucionais e regras assumidas por Léon em seu modelo abstrato, porém não é possível afirmar que essa situação seja a única possível na realidade – muito menos a melhor. Um dos problemas da economia política pura walrasiana aqui parece ser justamente a confusão entre a interpretação de seu modelo abstrato e a interpretação da realidade em si.

O que se pode concluir disso é que a separação entre economia política pura e economia política aplicada não é possível da forma como Walras gostaria.<sup>123</sup> Na verdade, é até difícil dizer se haveria a possibilidade de qualquer diferenciação essencial entre as duas doutrinas. Essa indissociação entre a teoria do equilíbrio geral e a promoção do princípio do *laisser-faire*, *laisser-passer* evidencia um caráter político na economia política pura de Walras, o qual ele se recusava a admitir. Nos termos walrasianos, a economia política pura seria uma ciência natural, abstrata e matemática e a economia política aplicada seria a aplicação das elaborações dessa ciência à produção, comércio, crédito e tributação, tendo, portanto, um caráter puramente técnico; logo, a promoção do princípio da livre concorrência pela a economia aplicada teria igualmente um caráter puramente técnico. Questões políticas, humanas (humanitárias, em

---

<sup>123</sup> A relação confusa entre a economia política pura e a economia política aplicada já aparece aqui desde o estudo das lições de *Estudos de Economia Social*, quando Walras parece confundir sua economia política pura com sua economia política aplicada nas diversas vezes em que ele se refere à utilidade, ou interesse, como princípios da economia política no geral, enquanto, em tese, esse seria o princípio apenas da economia política aplicada.

termos walrasianos), morais e sociais envolvidas nos processos econômicos estariam todas relegadas à economia social, essa sim com caráter político.

O caráter político do projeto walrasiano como um todo nunca foi negado, pelo contrário, fica explícito em *Estudos de Economia Social* quando Léon diz buscar tanto um ideal social quanto a realização desse ideal, que, como vimos, passaria por uma reforma social que promoveria, ao mesmo tempo, o liberalismo, expressado na livre concorrência, e o socialismo, expressado na reforma social via nacionalização das terras. O que se verifica, no entanto, é a presença desse caráter político também na doutrina da economia política pura e da economia política aplicada, mesmo que de forma menos explícita. Sendo assim, a expressão política de sua economia social é apenas um complemento e desenvolvimento do que já vinha se expressando desde *Elementos*.<sup>124</sup>

Nesse sentido, pode-se retomar a questão colocada no início do segundo capítulo sobre a possibilidade de se falar em Um Walras ou de se assumir uma clivagem no interior das elaborações do autor. Há a possibilidade de se assumir clivagens no interior das elaborações de Léon na medida em que diversas passagens de seus escritos são confusas, incoerentes, ambíguas e contraditórias, como foi apontado ao longo do segundo capítulo. Contudo, é possível também conceber essas diversas passagens como acidentes no processo de delineamento de um projeto mais amplo, que envolve as três obras aqui analisadas.<sup>125</sup> Mesmo a apresentação desse projeto é confusa por si só, com aspectos que nem o próprio Walras reconhece, muito menos esclarece, demandando um estudo mais cuidadoso dos escritos para decifrar sua lógica. O projeto em questão consiste na elaboração de uma ciência comprometida com a defesa e promoção do regime da livre concorrência baseadas no desenvolvimento de complexos sistemas de equação que buscam o equilíbrio em distintos ramos do mercado – ou seja, no desenvolvimento de uma teoria de equilíbrio geral do mercado -, condicionada pela nacionalização das terras, abolição dos impostos e intervenção científica do Estado quando necessário. Em outras palavras, o projeto walrasiano é a tentativa de desenvolver uma defesa científica da livre concorrência.

A questão então pode se inverter: dado um projeto walrasiano mais ou menos coerente perpassando suas três principais obras, por que dessa divisão triádica? O porquê dessa divisão,

<sup>124</sup> Na verdade, já vinha se expressando desde antes de *Elementos*, em seus escritos da década de 1860, porém, como o foco aqui é o projeto triádico, tomamos *Elementos* como a referência.

<sup>125</sup> Como coloca Dockès (1996) ao analisar a questão dos tipos reais e ideais em Walras: “Mesmo que seu raciocínio não seja sempre perfeitamente claro nem idêntico em diferentes passagens, podemos tentar identificar sua “ideia”!”. (Tradução nossa) No original: “Même si le raisonnement n’est pas toujours parfaitement clair, ni identique dans différents passages, on peut tenter de dégager son « idée » !” (p. 52).

da forma como foi concebida, certamente encontra sua explicação em diversas causas, como nos autores que influenciaram Léon desde cedo (a começar por Auguste) e em seus interesses pessoais. Porém se propõe chamar atenção aqui para o contexto histórico no qual Walras estava inserido, desde sua formação intelectual em meados do século XIX até sua morte no início do século XX.

A turbulência na economia política da segunda metade do século XIX já foi tratada no primeiro capítulo, mas é importante trazer aqui que o cenário intelectual instável e de mudanças do período não se restringiu somente a conflitos internos na economia política. Steiner (2006) coloca que o século XIX, na França, é marcado por uma tensão fundadora nas ciências sociais, com a economia política de um lado e a sociologia nascente de outro. Essa tensão se expressava sobretudo no confronto entre, de um lado, um discurso econômico baseado no comportamento racional e no interesse e, de outro, um discurso – que era do que viria a se tornar a sociologia – baseado em valores de natureza política, moral ou religiosa. Auguste Comte, por exemplo, era bem crítico a uma tendência que ele identificava de isolamento da economia política em relação às ciências sociais em geral; a ordem de fatos dos quais a economia política tratava não poderia ser tomada de forma independente. No período entre o final do século XVIII e início do século XX a economia política e a sociologia passaram por diversas mudanças na definição do que seria o escopo das duas jovens disciplinas, ainda que a economia política sempre tenha tido uma maior clareza de seu escopo do que a sociologia (Almeida, 2020, p. 23).

Essa constatação é relevante para entender que Walras teorizava sobre economia política em um período em que não estava claro o que era da alçada da economia política, o que era da alçada da sociologia nascente e o que era da alçada da ciência social. Aliás, como a preocupação de Comte demonstra, não havia nem um entendimento comum sobre até que ponto a economia política seria uma ciência social, era algo que estava em disputa, se conformando (tal contexto conturbado no que se refere às ciências sociais em geral talvez ajude a compreender também, em parte, a confusão de Léon apontada durante a análise das lições de *Estudos de Economia Social* no que tange à relação entre economia política e ciências sociais).

A apontada conduta proeminente de Walras (seja considerado como fundador, revolucionário ou contrarrevolucionário) no cenário de turbulência e de mudanças na economia política da segunda metade do século XIX e início do século XX, no subcapítulo 1.3, pode ser melhor

expressa levando-se em conta algo muito significativo que ocorria: a morte da economia política e o concomitante nascimento da *economics*.<sup>126</sup>

A partir da década de 1870, debates sobre a substituição do termo “economia política” pelo termo “*economics*”, para se identificar a referida ciência que vinha sendo feita, começaram a ser cada vez mais frequentes. O primeiro registro relevante desse movimento vem de MacLeod, que em 1875 propôs que se definisse *economics* como a “ciência que trata das leis que governam as relações de quantidades permutáveis”<sup>127</sup> (MacLeod apud Groenewegen, 1991). A sugestão de MacLeod foi bem recebida por Jevons, que no prefácio da segunda edição de *A Teoria* anuncia a substituição em sua obra de “economia política” por “*economics*”<sup>128</sup>, devido à maior simplicidade e conveniência do novo termo, além de ser análogo aos nomes “matemática”, “ética” e “estética”<sup>129</sup> (Jevons, 1983, p. 6). Na toada do processo, Alfred e Mary Marshall publicariam em 1879 um texto cujo título era *The Economics of Industry*.

Walras não ficou alheio a esse debate. Em *Estudos de Economia Política Aplicada* ele coloca: “O número crescente de economistas, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que estão adotando essa ciência geralmente se referem a ela como *ECONOMIQUE (Economics, Theory of Economics, Pure Economics)*.”<sup>130</sup> (Walras, 1898, p. 265). Em diversos textos da referida obra Léon não usa mais o termo “economia política”, como acontece em *Elementos* e no outro *Estudos*, mas adota “*economique*” para se referir à disciplina. Tal prática foi explicitada em nossa exposição do segundo *Estudos*.

Léon deixa claro esse seu processo de mudança: sua antiga “economia política” se torna “*économique*”, assim, a “economia política pura” vira “*l'économique pure*”, a “economia política aplicada” vira “*l'économique appliqué*” e a “economia social” vira “*cénonique*”

<sup>126</sup> Optou-se aqui pelo uso do termo em inglês por se acreditar que esse expresse melhor o sentido da mudança do que as traduções como “economia” ou “ciência econômica”, que comumente são feitas para o português. “Economia”, na língua portuguesa, além de se referir ao nome da disciplina, tem também outros significados. “Ciência econômica” certamente expressa a mudança melhor do que “economia”, mas ainda assim pode dar margem a imprecisões, visto que, na língua francesa, o termo “*science économique*” já era usado no século XVIII, em um contexto evidentemente distinto do aqui abordado. Ademais, a mudança se originou na língua inglesa.

<sup>127</sup> Tradução nossa. No original: “science which treats of the laws which govern the relations of exchangeable quantities”.

<sup>128</sup> Na edição brasileira da obra de Jevons aqui referenciada, “*economics*” aparece em sua versão traduzida, como “economia”. Pelo motivo já apresentado, empregou-se o termo original “*economics*”.

<sup>129</sup> Em inglês, o sufixo “*ics*” em *economics* também compõe as palavras *mathematics*, *ethics* e *aesthetics*, traduções dos respectivos nomes análogos citados.

<sup>130</sup> Tradução nossa. No original: “Les économistes de plus en plus nombreux qui, en Angleterre et aux Etats-Unis, se rallient à cette science l'appellent couramment *ECONOMIQUE (Economics, Theory of Economics, Pure Economics)*”. Novamente, por questão de precisão, optou-se por preservar a grafia original em francês “*économique*” apresentada por Walras.

*économique*”. A *cénonique*, que como vimos é um termo que Walras tomou de Giddings, é melhor contextualizada aqui, se inserindo nos debates acerca da configuração das ciências sociais. A *cénonique* é caracterizada como a ciência social no âmbito da ciência moral e racional, já a sociologia seria a ciência social descritiva (Ibid., p. 266).

A mudança no nome da disciplina – ou, eventualmente até surgimento de uma nova disciplina - pode parecer algo menor (e, de fato seria, se a questão se resumisse à nomenclatura), no entanto, a importância dessa mudança não reside na questão da troca das palavras em si, mas no que ela representa. A *economics* surge como expressão de um movimento, que, de tão significativo, impeliu a uma supressão da “economia política”; o movimento, em conformidade com o que foi visto, é a formação, consolidação e avanço do sistema teórico neoclássico. Segundo Screpanti e Zamagni (2005), havia duas motivações principais para a mudança: uma preocupação com a confusão da ciência com interesses particulares, e o desejo de evitar a associação da ciência a corpos políticos ou coletivos, focando-se em agentes econômicos individuais. Havia, sobretudo, uma rejeição à natureza política da disciplina dedicada ao estudo dos fenômenos econômicos, da economia (p. 170).

Em vista desse contexto mais amplo, o sentido da divisão triádica walrasiana pode ser compreendido como uma busca em estabelecer um ramo da economia política que não fosse propriamente político. Esse ramo seria por excelência sua economia política pura, uma ciência natural, que lida com fatos naturais, porém incluiria também sua economia política aplicada, que, apesar de ter um propósito prático social, teria um caráter técnico. Seja como for, vimos que, na realidade das elaborações walrasianas, a própria divisão entre essas duas doutrinas é, no mínimo, questionável. A “política” da economia política e social estaria, portanto, restrita à economia social. Não deixa de ser irônico que as doutrinas que carregam “política” no nome fossem pretensamente não-políticas e a única que não porta esse adjetivo fosse a doutrina propriamente política.

Apesar de entendermos hoje que a economia política pura de Walras nunca foi destituída de propósitos políticos nem pode ser adequadamente compreendida sem levar em consideração o pretense projeto walrasiano mais amplo, não se pode concluir que a teoria do equilíbrio geral, considerada isoladamente, não tenha tido importante serventia a certos propósitos econômicos e políticos. Historicamente, a linguagem criada em *Elementos*, ou seja, o arcabouço teórico do equilíbrio geral, foi muito conveniente para posteriores desenvolvimentos da *economics*, aliás, não é exagero dizer que *Elementos* inaugurou a linguagem da *economics*.

Essa constatação significa que existe um descompasso entre o amplo uso que historicamente se fez (e se faz até hoje, como foi visto na introdução) de certos procedimentos inscritos no sistema teórico do equilíbrio geral e a compreensão de seu real sentido científico, político e histórico (que no final das contas estão juntos). A incompreensão desse sentido por parte daqueles que recorrem ao sistema teórico do equilíbrio geral para elaborar questões da vida econômica não implica, contudo, que ele e suas consequências estejam ausentes nessas elaborações.

Por exemplo, uma das consequências epistêmicas da emergência da *economics* e teoria do equilíbrio geral para o saber econômico é o abandono da história e aparecimento da expectativa sobre o futuro dos bens como determinante para a nova concepção de valor, havendo uma profunda identidade entre os indivíduos e os bens disponíveis no mercado, na medida em que esses bens passam a ser compreendidos como objetos de dependência desses indivíduos. Dessa forma, o *homem* passa a uma posição de passividade, já que fica sujeito aos atributos dos bens, das mercadorias, subordinado a sua utilidade para satisfazer suas necessidades. Ele passa da condição de sujeito à de objeto (Sampaio, 2019, p. 81 – 3).

O deslocamento da condição de sujeito para objeto do *homem* na *economics* e na teoria do equilíbrio geral está intimamente ligado à concepção dos fundamentos da economia política – a economia política pura – como naturais e ao foco da análise exclusivamente sobre agentes individuais, desconsiderando a agência de corpos políticos ou coletivos no sistema teórico, tal qual observado por Screpanti e Zamagni. Para compreender essa relação, Silverman (2021) propõe uma leitura desse aspecto da teoria walrasiana à luz da teoria marxista do fetichismo da mercadoria. Walras tomaria a aparência de que o valor de troca da mercadoria é uma propriedade inerente à própria coisa (em sua forma de mercadoria) como evidência de que o valor de troca dessa coisa é uma propriedade natural da coisa. Diante da constatação de que os agentes econômicos, considerados individualmente, não teriam poder na determinação do valor de troca em um mercado competitivo em equilíbrio, sendo esse autônomo em relação aos indivíduos, Léon conclui que os valores de troca teriam sua causa na natureza. Se é verdade que a natureza condiciona e impõe limites à atividade humana, não é verdade que todo condicionamento e imposição desse tipo tem causas naturais, pode ter causas sociais, como é caso aqui, que são, contudo, ininteligíveis sob uma abordagem que só é capaz de enxergar indivíduos. Logo, a visão de ciência do economista de Lausanne acerca da economia política é a que naturaliza a posição do mercado enquanto sujeito autônomo e a posição dos indivíduos enquanto objetos operados por esse sujeito nos processos econômicos.

## CONCLUSÃO

Foi proposta neste trabalho uma tentativa de abordagem do pensamento do economista político Léon Walras em sua totalidade, buscando-se o delineamento de algum possível sistema teórico que perpassasse os fundamentos do projeto do autor. O que se pôde concluir é que a tomada do pensamento walrasiano de forma ampla revela diversas incoerências e inconsistências internas fundamentais, o que, porém, não implica, necessariamente, a inexistência de um sistema walrasiano, dado que sistemas podem ser e (frequentemente são) incoerentes e inconsistentes. Houve neste trabalho um esforço para esclarecer o máximo possível as elucubrações walrasianas, sobretudo no segundo capítulo, ao abordar seus textos, porém, se mesmo assim o desenvolvimento das ideias do autor pareceu em diversos momentos confusa, não ficando clara uma sistematização rigorosa, é porque esse desenvolvimento é de fato confuso e, tomando as três obras em conjunto, tal sistematização rigorosa interna não existe. Embora possa ter tornado a leitura desta dissertação mais exaustiva, a exposição dos textos de Walras em sua complexidade e contradição foi um dos propósitos deste trabalho e espera-se ter logrado êxito. Também foi visto que a identificação e interpretação do possível sistema não pode se ater somente à leitura dos textos do próprio autor, sendo necessário compreender o processo histórico no qual o desenvolvimento das ideias contidas nos referidos textos se deu. Apesar de Walras ser comumente reconhecido como um dos precursores no emprego da teoria da utilidade marginal a fenômenos econômicos ou como o pai da teoria do equilíbrio geral, este trabalho se propôs a investigar o lugar e papel desses desenvolvimentos teóricos que consagraram o autor tanto na sua concepção acerca da natureza da economia política quanto no processo histórico de desaparecimento da economia política e surgimento da *economics*.

Assim sendo, o sentido do percurso, por vezes errático, de Walras através de suas três principais obras pôde ser melhor compreendido levando-se em conta o processo contraditório de mudanças pelo qual passava o mundo capitalista e as tentativas de sua interpretação, sobretudo na economia política, no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Esse sentido, como foi exposto, seria o da legitimação e naturalização do regime da livre concorrência, buscando destituir a economia de seu caráter político. Em Walras especificamente, esse sentido é evidenciado através da obsessão conciliatória do autor entre as diversas categorias, princípios e doutrinas desenvolvidas por ele mesmo, que através de procedimentos confusos é sintetizada em uma defesa do regime do *laissez faire, laissez passer*. Tais buscas por conciliação são mais patentes em *Estudos de Economia Social* (aliás, o referido livro é praticamente dedicado a elas), mas já ocorrem em *Elementos*, sobretudo no primeiro

capítulo, e em *Estudos de Economia Política Aplicada*, na medida em que a pretensa separação entre as doutrinas da economia política pura e da economia política aplicada se dissolve no decorrer das duas obras.

Ainda que o sistema walrasiano em si não seja tão interessante do ponto de vista científico e filosófico, o espectro de preocupações teóricas constituintes desse sistema torna-o interessante desde um ponto de vista histórico – inclusive para a história da ciência e da filosofia. O cuidado do autor em abordar os problemas da economia política atentando-se às suas dimensões morais, políticas, práticas, científicas e filosóficas (mesmo que o faça de forma precária) contrasta com a forma cada vez mais estéril que a abordagem dos problemas econômicos assumiu posteriormente, à medida em que a *economics* se consolidava.

Pode-se afirmar que o sistema walrasiano foi pelo menos parcialmente bem sucedido em seu propósito histórico. Realmente, sua proposição de nacionalização das terras, assim como suas reflexões morais, não foi levada a sério entre os economistas e demais pensadores sociais posteriores. Contudo, o que se seguiu após a publicação de *Elementos*, o momento marginalista e a publicação do último livro de sua tríade, em 1898, foi a consolidação do processo de legitimação e naturalização do regime da livre concorrência no pensamento econômico através da ascensão da *economics* que significou, entre outras coisas, a despolitização da economia política, ou seja, seu fim.

Empenhou-se aqui para demonstrar que o pensamento de Walras refletiu a condição de um homem de seu tempo, isto é, um de um francês de classe média na Europa da segunda metade do século XIX interessado em questões políticas e sociais. Léon foi influenciado pela forte tradição matemática de seu país e pelo liberalismo francês (cujo expoente era Say), mas também não foi indiferente às turbulências políticas e sociais que abalaram a Europa, principalmente a França, ao longo do século XIX, buscando trazer ao centro de seu projeto teórico alguma forma de lidar com as mazelas socioeconômicas e insatisfações das massas dispostas à revolta. As dificuldades evidentes de Walras em abordar a relação entre economia, sociedade, política e moral, e em determinar como ou em que medida esses temas poderiam ser tratados cientificamente, estavam em sintonia com o processo geral de mudança na forma de lidar com essas questões: a economia política entrava em marcha de desaparecimento enquanto a *economics* e a sociologia nasciam. Dessa forma, esta dissertação aponta também para a necessidade de interpretação do momento marginalista - e não só do pensamento walrasiano – à luz das importantes mudanças epistêmicas mais amplas que ocorriam nas diversas áreas do conhecimento.

Por último, vale a observação de que a economia política referida aqui, que teve sua morte decretada a partir do final do século XIX, não é a mesma a que comumente se faz alusão nos tempos atuais. Como observa Groenewegen (1991), por volta da década de 1960 emerge um novo significado para o termo “economia política”, mais difuso, referindo-se a questões na economia relacionadas a escolhas e à prescrição de determinadas políticas públicas por economistas a governos ou ao público em geral. A economia política com a qual Walras e demais economistas políticos do século XIX e início do século XX lidam é a velha economia política, que se preserva hoje somente em certos nichos específicos de estudiosos e pesquisadores, como o de marxistas, sraffianos e pesquisadores da história do pensamento econômico dos séculos XVIII e XIX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ian. *Disciplinarização e cientificidade: a economia política e a nascente sociologia durante o estabelecimento das ciências humanas e sociais na Alemanha (1875-1920)*, 2020. Orientador: Carlos Eduardo Suprinyak. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- Baumol, William. *Economic theory and operations analysis*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965.
- Blaug, Mark. *La teoría económica actual*. Barcelona: Editorial Luis Miracle, setembro de 1968.
- Boulding, Kenneth E. *The Skills of the Economist*. Toronto: Clarke, Irwin, 1958.
- Bousquet, G. H. L'œuvre de Léon Walras doit-elle vraiment quelque chose à celle de son père? *Revue d'histoire Économique et Sociale*, v. 36, n. 1, p. 95-99, 1958. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24073990>. Acesso em: 28 de jun. de 2024. (1958)
- Breton, Yves; Broder, Albert; Lutfalla, Michel (Ed.). *La longue stagnation en France: L'autre grande dépression, 1873–1897*. Paris: Economica, 1997.
- Broder, Albert; Lutfalla, Michel; Breton, Yves (Org.). *La Longue Stagnation en France: l'autre grande dépression 1873 - 1897*. Paris: Economica, 1997.
- Cirillo, Renato. The Influence of Auguste Walras on Léon Walras. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 40, n. 3, p. 309-316, jul. 1981.
- Cirillo, Renato. The 'Socialism' of Léon Walras and His Economic Thinking. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 39, n. 3, p. 295-303, jul. 1980.
- Coalender, David Post *Walrasian Macroeconomics: Beyond the Dynamic Stochastic General Equilibrium Model*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Crouzet, François. French economic growth in the nineteenth century reconsidered. *History*, v. 59, n. 196, p. 167-179, 1974. Publicado por: Wiley.
- Daal, Jan van. Introdução. In: *Studies in Applied Economics*. Abingdon e Nova York: Routledge, 2005.
- Daal, Jan van; Walker, Donald. Introdução. In: *Studies in Social Economics*. Abingdon e Nova York: Routledge, 2010.

Daal, Jan van; Walker, Donald. Les oeuvres économiques complètes d'Auguste et de Léon Walras. *Revue d'économie politique*, 2007/6 (Vol. 117), p. 891-919. Éditions Dalloz.

De Paula, João A. Sobre o Conceito de Revolução Marginalista em Schumpeter, 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1977.

De Paula, João A. Walras no *Journal Des Économistes*: 1860-65. *Revista Brasileira de Economia*, v. 56, n. 1, p. 121-146, 2002.

Deane, Phyllis. *The Evolution of Economic Ideas*. Nova York: Cambridge University Press, 1978.

Dockès, Pierre. *La société n'est pas un pique-nique: Léon Walras et l'économie sociale*. Paris: Economica, 1996.

Dockès, Pierre; Potier, Jean-Pierre. Léon Walras et le statut de la concurrence: une étude à partir des *Éléments d'économie politique pure*. In: *Histoire des représentations du marché*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2005. p. 366-391.

Donzelli, Franco. Equilibrio, disequilibrio e tempo in Walras. *Dipartimento di Scienze Economiche, Aziendali e Statistiche. Università degli Studi di Milano*. 2007.

Donzelli, Franco. The concept of equilibrium in neoclassical theory: an inquiry into the evolution of general competitive analysis from Walras to the "Neo-Walrasian Research Programme", 1989. Tese (Doutorado em Economia) - University of Cambridge, Cambridge, 1989.

Daal, Jan van. Introdução. In: Walras, Léon. *Studies in Applied Economics: Theory of the production of social wealth*. Volume I. Oxford; Nova York: Routledge, 2005.

Faccarello, Gilbert. Prelude. In: Faccarello, Gilbert; Silvant, Claire (Ed.). *A History of Economic Thought in France: Political Economy in the Age of Enlightenment*. Oxford e Nova York: Routledge, 2024a.

Faccarello, Gilbert. Turgot, Graslin and sensationist political economy. In: Faccarello, Gilbert; Silvant, Claire (Ed.). *A History of Economic Thought in France: Political Economy in the Age of Enlightenment*. Oxford e Nova York: Routledge, 2024b.

Feijó, Ricardo Luis Chaves. *História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas*. São Paulo/Orlando: Amazon, 2023.

- Ferro, Marc. *Histoire de France*. Paris: Odile Jacob, 2001.
- Fine, Ben; Milonakis, Dimitris. *From Political Economy to Economics: Method, the social and the historical in the evolution of economic theory*. Abingdon: Routledge, 2009.
- Friedman, Milton. LEON WALRAS AND HIS ECONOMIC SYSTEM. *The American Economic Review*, Pittsburgh, vol. 45, n. 5, p. 900 - 909, Dez. 1955.
- Gerlach, Stefan. DSGE models in monetary policy committees. In: Gürkaynak, Refet S.; Tille, Cédric (Eds.). *DSGE Models in the Conduct of Policy: Use as intended*. Londres: Centre for Economic Policy Research, 2017, p. 31 – 37.
- Groenewegen, Peter. 'Political Economy' and 'Economics'. In: EATWELL, J. (Ed.). *World of Economics*. Londres: Palgrave Macmillan, 1991. p. 556-5.
- Hicks, J. R. Léon Walras. *Econometrica*, v. 2, n. 4, p. 338-348, out. 1934.
- Hobsbawn, Eric. *The Age of Capital 1848 – 1875*. Londres: Abacus, 1977.
- Hobsbawn, Eric. *A Era das Revoluções 1789 - 1848*. São Paulo: Paz e Terra Ltda., 2015.
- Jacoud, Gilles; Potier, Jean-Pierre. Auguste and Léon Walras and Saint-Simonianism. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 27, n. 3, p. 368-387, maio 2020. Publicado por: Taylor & Francis Journals.
- Jaffé, William. A. N. Isnard, progenitor of the Walrasian general equilibrium model. 1969. In: Walker, Donald A. (Ed.). *William Jaffe's Essays on Walras*. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William (Ed.). *Correspondence of Léon Walras and Related Papers*. Amsterdam: North Holland, 1965.
- Jaffé, William. Leon Walras. 1968. In: Walker, Donald A. (Ed.). *William Jaffe's Essays on Walras*. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. Leon Walras and his conception of economics. 1956. In: Walker, Donald A. (Ed.). *William Jaffe's Essays on Walras*. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. Leon Walras's role in the "marginal revolution" of the 1870s. 1972. In: Walker, Donald A. (Ed.). *William Jaffe's Essays on Walras*. Nova York: Cambridge University Press, 1983.

- Jaffé, William. Menger, Jevons and Walras de-homogenized. 1976. In: Walker, Donald A. (Ed.). William Jaffe's Essays on Walras. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. Reflections on the importance of Leon Walras. 1971. In: Walker, Donald A. (Ed.). William Jaffe's Essays on Walras. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. The Birth of Leon Walras's Elements. 1977. In: Walker, Donald A. (Ed.). William Jaffe's Essays on Walras. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. Unpublished papers and letters of Léon Walras. 1935. In: Walker, Donald A. (Ed.). William Jaffe's Essays on Walras. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jaffé, William. Walras's economics as others see it. 1980. In: Walker, Donald A. (Ed.). William Jaffe's Essays on Walras. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Jevons, Stanley. A Teoria da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Jolink, Albert. The evolutionist economics of Léon Walras. Londres; Nova York: Routledge, 1996.
- Kaizoji, Taisei. Toward Economics as a New Complex System. International Christian University, Mitaka, 2016.
- Keynes, John M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultra Ltda., 1996.
- Kocherlakota, Narayana. Modern Macroeconomic Models as Tools for Economic Policy. In: FEDERAL RESERVE BANK OF MINNEAPOLIS. 2009 Annual Report Essay. Disponível em: <https://www.minneapolisfed.org/article/2010/modern-macroeconomic-models-as-tools-for-economic-policy>. Acesso em: 12 jul. 2023, às 3:30.
- Le Van-Lemesle, Lucette. Le juste ou le riche: L'enseignement de l'économie politique 1815-1950. Vicennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2004.
- Leminski, Paulo. Ensaios e anseios crípticos. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- Mattei, Clara. The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism. Chicago: The University of Chicago Press, 2022.
- Menger, Carl. Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Morishima, Michio. *Walras' Economics: A pure theory of capital and money*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

Pareto, Vilfredo. *Manuel d'économie politique*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1909.

Pareto, Vilfredo. *The Mind and Society: Trattato di Sociologia Generale*. Volume IV: *The General Form of Society*. Londres: Jonathan Cape, 1935.

Pessoa, Fernando. *FERNANDO PESSOA: Obra Poética em um volume*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1990.

Potier, Jean-Pierre. *Léon Walras: a trilogy of pure, applied and social economics*. In: *A History of Economic Thought in France: The Long Nineteenth Century*. Oxford e Nova York: Routledge, 2024.

Rugina, Anghel N. *Leon Walras: The Pure Scientist versus the Social Reformer*. *International Journal of Social Economics*, v. 9, n. 3, p. 3-40, 1982.

Sampaio, Pedro I. *O momento marginalista: uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX*, 2019. Orientador: Alex de Campos Moura. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Schumpeter, Joseph A.. *History of Economic Analysis*. Abingdon: Routledge, 1954.

Screpanti, Ernesto; Zamagni, Stefano. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Silvant, Claire. *Prelude I*. In: *A History of Economic Thought in France: The Long Nineteenth Century*. Oxford e Nova York: Routledge, 2024.

Silverman, Mark S. *Conceptions of the natural and the social in Walras's economic thought*. *Review of Political Economy*, 2021.

Slanicay, Martin. *Some Notes on Historical, Theoretical, and Empirical Background of DSGE Models*. *Review of Economic Perspectives*, Volume 14 (2014), p. 145-164. Disponível em: <<https://sciendo.com/article/10.2478/revecp-2014-0008>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Steiner, Philippe. *La science de l'économie politique et les sciences sociales en France (1750-1830)*. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, v. 15, p. 15-42, 2006.

- Streissler, Erich. To what extent was the Austrian school marginalist? *History of Political Economy*, v. 4, n. 2, p. 426-441, 1972.
- Tombs, Robert. *France 1814-1914*. Abingdon e Nova York: Routledge, 2014.
- Walker, Donald A. Introdução. In: Walker, Donald A. (Ed.). *William Jaffe's Essays on Walras*. Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- Walker, Donald A. (1984). Is Walras's theory of general equilibrium a normative scheme?. *History of Political Economy*, 16(3), 445-469.
- Walker, Donald A. *Walrasian Economics*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.
- Walras, Auguste. *De la Nature de la richesse et de l'origine de la valeur*. Paris : Furne, Libraire-Éditeur, 1832.
- Walras, Léon. Autobiographie. *L'Économie politique*, n. 51, p. 50-69, 2011.
- Walras, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- Walras, Léon. *Éléments d'Économie Politique Pure*. Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias; Lausanne: Libraire F. Rouge, 1926.
- Walras, Léon. *Études d'Économie Politique Appliquée*. Paris: R. Pichon; Lausanne: Libraire F. Rouge, 1898.
- Walras, Léon. *Études d'Économie Sociale*. Paris: R. Pichon; Lausanne: Libraire F. Rouge, 1896.
- Walras, Léon. *Studies in Social Economics*. Oxford e Nova York: Routledge, 2010.
- White, Lawrence H. *Hayek and Contemporary Macroeconomics*. GMU Working Paper in Economics No. 15-05. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2553031>. Acesso em: 12 jul. 2023.